

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CAIO AUGUSTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA**

**DAS AMEAÇAS SECURITIZADAS: O CASO DA *WIKILEAKS***

**Santana do Livramento**

**2016**

**CAIO AUGUSTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA**

**DAS AMEAÇAS SECURITIZADAS: O CASO DA WIKILEAKS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do grau  
de Bacharel em Relações Internacionais pela  
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Renato José da Costa

**Santana do Livramento**

**2016**

Catálogo da Publicação  
Serviço de Documentação  
Universidade Federal do Pampa - Unipampa

Oliveira, Caio Augusto Guimarães de.

Das ameaças securitizadas: o caso da *Wikileaks*/ Caio Augusto Guimarães de Oliveira. – Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2016. xii, 88 f. : 3 il. : 29,7 cm.

Orientador: Renato José da Costa

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Pampa, Unipampa, Bacharelado em Relações Internacionais, 2016.

1. Wikileaks. 2. Segurança Internacional. 3. Securitização. 4. Julian Assange. 5. Mudança Social. – Monografia. I. Costa, Renato José da. II. Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Curso de Relações Internacionais, 2016. III. Das ameaças securitizadas: o caso da *Wikileaks*.

CDD: 327.172

**CAIO AUGUSTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA**

**DAS AMEAÇAS SECURITIZADAS: O CASO DA WIKILEAKS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do grau  
de Bacharel em Relações Internacionais pela  
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
Banca examinadora

---

Prof. Dr. Renato José da Costa  
Orientador  
(UNIPAMPA)

---

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento  
(UNIPAMPA)

---

Prof. Dr. Antonio José Guimarães Brito  
(UNIPAMPA)

A todos que buscam e buscaram a verdade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimentos são dedicados a todos aqueles que estiveram presentes na minha caminhada. Colegas, professores, amigos, familiares, companheiros de estudos, companheiros caninos, companheiros de moradia.

Agradecimentos especiais a todos os orientadores que tive durante a graduação: Professora Kamilla Raquel Rizzi, Professores Ricardo Severo, Hector Cury Soares e Rafael Balardin.

Agradecimentos especiais também a todos meus amigos. Todos. 503. CDL. CLEP. Em especial a Carolina Sabatini Amaral e a Yesa Portela Ormond.

Um agradecimento mais especial ao meu amigo e orientador, Professor Renato José da Costa. Outro agradecimento mais que especial a minha família. Agradeço a minha m(p)ãe, irmão, avó, avô, tios, primos. Obrigado por acreditarem em mim. Obrigado pelo suporte para me manter a mais de 2000 quilômetros de distância de “casa”. Obrigado.

*“During times of universal deceit, telling the truth  
becomes a revolutionary act”.*

(Atribuído a George Orwell)

## RESUMO

Mundialmente conhecida desde 2010, a *Wikileaks* realizou diversos vazamentos de documentos confidenciais de Estados e empresas desde sua criação, em 2006, por Julian Assange. Esses vazamentos geraram repercussões que possuem potencial desestabilizador, de modo, a até mesmo, poder gerar mudanças no Sistema Internacional. Utilizando a teoria da Securitização, cunhada dentro do campo da Segurança Internacional, buscaremos analisar se a *Wikileaks* teve sua atuação comprometida. Desse modo, nosso problema de pesquisa é: se ao realizar a divulgação de documentos confidenciais dos Estados, a *Wikileaks* se apresenta como um ator capaz de criar instabilidade no Sistema Internacional, e estaria, assim, suscetível à securitização? Nosso argumento é que essa instabilidade social seria causada devido as mudanças sociais geradas pela atuação da organização. O objetivo geral do presente trabalho é entender como a *Wikileaks*, ao gerar mudanças no Sistema Internacional, ficou suscetível a sofrer um processo de securitização por atores desejosos em manter o *status quo*. Desse modo, o trabalho se configura em um estudo de caso do possível processo de securitização sofrido pela *Wikileaks*.

Palavras-chave: *Wikileaks*. Segurança Internacional. Securitização. Julian Assange. Mudança Social.



## ABSTRACT

Globally known since 2010, Wikileaks exposed multiple secret documents of States and companies since its establishment, in 2006, by Julian Assange. These leaks had repercussions with the potential to, in a way, destabilize, and even promote changes in the International System. Using the Securitization theory, conceived within the field of International Security, we are going to analyze if Wikileaks had its performance compromised. Hence, our research problem is: if by leaking secret documents of States, Wikileaks presented itself as an actor capable of creating instability in the International System, and would be, consequently, susceptible to securitization? Our argument is that this social instability would be caused by social changes promoted by the acts of the organization. The overall goal of the present paper is to understand how Wikileaks, by creating changes in the International System, became susceptible to be subject to a process of securitization by actors willingly interested in preserving *status quo*. Thus, the paper is a case study of the possible process of securitization undergone by Wikileaks.

Key words: Wikileaks. International Security. Securitization. Julian Assange. Social Change.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Caracterização de Julian Assange (Estados Unidos) .....	91
Gráfico 2 - Julian Assange deveria ser processado?.....	92

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Frequência de assuntos .....	86
---	----

## LISTA DE SIGLAS

CIA – Agência Central de Inteligência

COPRI – *Copenhagen Peace Research Institute*

CRS – Complexos Regionais de Segurança

DIIS – *Danish Institute for International Studies*

EC – Escola de Copenhague

ESI – Estudos de Segurança Internacional

FISA – Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira

GCHQ – Central de Comunicações do Governo

IMMI – Iniciativa de Mídia Moderna Islandesa

NASA – Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço

NSA – Agência Nacional de Segurança

ONU – Organização das Nações Unidas

RI – Relações Internacionais

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	16
2.1 Evolução dos Estudos de Segurança Internacional.....	18
2.2 A Escola de Copenhague.....	25
2.3 O estudo da securitização.....	31
3 A <i>WIKILEAKS</i> .....	38
3.1 História da organização.....	39
3.2 Julian Paul Assange.....	55
4 <i>WIKILEAKS</i> – vazamentos e mudança social.....	64
4.1 Vazamentos e repercussões.....	65
4.2 Acesso a informação e potencial de mudança.....	75
5 O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO.....	79
5.1 Agente securitizador, ameaça existencial e objeto referente.....	80
5.2 O <i>speech act</i> .....	81
5.3 Audiência e convencimento.....	88
5.4 Ações fora do contexto normal da política.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	101

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2010 a palavra *Wikileaks* tornou-se famosa mundialmente. A organização, ao divulgar documentos secretos do governo norte-americano, como os Diários de Guerra do Iraque e Afeganistão e os telegramas das suas embaixadas, realizou o que o Ministro das Relações Exteriores italiano, à época Franco Frattini, chamou de o “onze de setembro da diplomacia mundial” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 201). Desde 2010, a *Wikileaks* não realizou outros vazamentos que gerassem tanta repercussão, tendo atuado no caso de Edward Snowden como coadjuvante e não ator principal.

Como não poderia deixar de ser, esses vazamentos tiveram grandes repercussões – bem como os anteriores realizados pela organização –, por mais que tenham sido criticados por só mostrarem o óbvio, serem entediantes confidências diplomáticas ou haver pouca ilegalidade em seu conteúdo que justificasse o vazamento (LEIGH; HARDING, 2011, p. 211). O que essas repercussões poderiam vir a causar, como é analisado nesse trabalho, não seria interessante para aqueles atores que não desejam que a situação se altere.

Desse modo, ao propagar documentos considerados confidenciais pelos Estados, a *Wikileaks* informou ao mundo segredos de Chefes de Estado e Ministros, além de demonstrar o modo como os países conduzem sua política externa. Essas informações podem ser úteis para outros presidentes e tomadores de decisão, porém são muito mais importantes para a sociedade civil. Os cidadãos, ao se darem conta de como seus governantes realmente administram e do que é feito com os seus impostos, podem se engajar na busca por mudanças gerando, assim, instabilidades governamentais. Os atores que desejam manter o *status quo* não enxergariam com bons olhos posturas revisionistas e, dessa maneira, buscariam diminuir a sua importância recorrendo até mesmo a processos de securitização.

A *Wikileaks* tem deixado de ter o destaque que tivera outrora. O que terá acontecido? Será que os documentos perderam importância com o passar do tempo? Será que o *site* foi supervalorizado? Será que o método empregado pela *Wikileaks* representa algum tipo de insegurança para o Sistema Internacional? Questionamos, então – se configurado esse nosso problema da pesquisa –, se ao realizar a divulgação de documentos confidenciais dos Estados, a *Wikileaks* se apresenta como um ator capaz de criar instabilidade no Sistema Internacional, e estaria, assim, suscetível à securitização?

Os documentos que a *Wikileaks* divulgou no seu *site* poderiam se configurar em um elemento gerador de instabilidade tanto domesticamente, quanto internacionalmente. Sendo o ator central da atual configuração do Sistema Internacional, uma alteração no *status quo* não

seria útil para os Estados Unidos. Acreditamos, então, que por se tratar de um ator capaz de trazer mudanças para o *status quo* vigente na arena internacional e por afetar a soberania de alguns Estados, a *Wikileaks* não só seria suscetível como teria sofrido um processo de securitização perpetrado pelo ator preponderante no Sistema Internacional, os Estados Unidos, configurando essa nossa hipótese. Supomos que o agente securitizador objetivaria reduzir a influência internacional da organização fazendo com que fosse marginalizada e deslegitimada a sua atuação, assim, sem toda a cobertura midiática, os vazamentos poderiam ser esquecidos e a sociedade civil não lhes atribuiria mais importância, reduzindo os riscos de questionamentos e de realização de protestos. Dessa maneira, anulando o potencial desestabilizador da *Wikileaks*.

O estudo de um ator internacional – um *site*, uma organização – que não se classifica dentro dos rótulos atuais, se mostra importante por estar ligado às novas tecnologias. Tecnologias, estas, responsáveis por tornar o mundo mais internacional, por conectá-lo. A *Wikileaks* possui servidores em um país, seus gestores concedem entrevista em outro e seus vazamentos dizem respeito a um terceiro. Sua internacionalidade é inegável. Inegável também é a internacionalidade dos arquivos vazados, os documentos diplomáticos norte-americanos versam sobre os mais diversos Estados. Entender seu *modus operandi*, então, é estar ciente das novas dinâmicas políticas globais.

Outro fator diz respeito ao seu ineditismo. Os trabalhos que versam sobre a *Wikileaks* muitas vezes não estão preocupados com o conteúdo dos documentos vazados ou com o que eles podem causar. Desse modo, é necessário que se estude a organização voltando-se para a importância dos seus feitos e não se o vazamento representa a incapacidade de um Estado controlar seus dados. A *Wikileaks* movimentou organizações *hacker*, agrupamentos reivindicatórios contra governos, falas de presidentes e políticos, recursos estatais e jurídicos, a indústria cinematográfica e a midiática, contudo, muito pouco ainda é dito sobre ela. Faz-se necessário entender as razões disso.

Por fim, não podemos deixar de lado as mudanças causadas pela atuação da *Wikileaks*, que esteve presente, entre outros eventos, no começo da Primavera Árabe, na mudança de intenção de votos nas eleições do Quênia e na crise bancária islandesa. Isso demonstra que uma sociedade civil está se organizando na busca de mudanças conforme possui acesso às informações, perante a um Estado que outrora a dominava – tanto a sociedade quanto a informação.

A partir dessas considerações iniciais, apresentamos que o objetivo geral desse trabalho é entender como a *Wikileaks*, ao gerar mudanças no Sistema Internacional, ficou

suscetível a sofrer um processo de securitização por atores desejosos em manter o *status quo*. Para alcançá-lo trilhamos um caminho através de seis objetivos específicos. Primeiramente, 1) buscar definir o que é Segurança Internacional; e, 2) analisar como são realizados os processos de securitização. Essa discussão se dá no capítulo dois, denominado “Segurança Internacional”. O primeiro passo nessa direção será analisar como surge a Escola de Copenhague, responsável por cunhar a teoria da securitização. Dessa maneira, realizamos um estudo histórico através da obra de Buzan e Hansen (2012) para entender como surge essa escola de pensamento. Na análise da securitização utilizamos o pensamento de Buzan *et al.* (1998) e de outros teóricos, como Balzacq (2011), e estudiosos da temática como Vânia Pinto (2014) e Williams (2003).

No capítulo três, denominado “A *Wikileaks*”, buscamos 3) analisar a estrutura funcional da organização *Wikileaks*; e 4) analisar o método de atuação da organização *Wikileaks* para compreender seu potencial. Posteriormente, no capítulo quatro, *Wikileaks* – vazamentos e mudança social, objetivou-se 5) analisar, de modo amostral, o conteúdo dos vazamentos realizados e como eles foram capazes de propagar movimentos em busca de mudança. Para entender como a *Wikileaks* funciona, utilizamos as obras de David Leigh e Luke Harding (2011) e de Daniel Domscheit-berg (2011). Os primeiros são jornalistas e estiveram diretamente ligados à *Wikileaks* quando do processo de publicação dos documentos vazados em 2010, e o segundo, atuou na organização tendo a deixado por diferenças com Julian Assange, idealizador da *Wikileaks*. Por fim, utilizamos uma série de estudos e análise de situações geradas pela atuação da *Wikileaks* que demonstram o potencial desestabilizador da organização.

O último objetivo específico, 6) analisar o caso do processo de securitização sofrido pela *Wikileaks*, é realizado no capítulo cinco, “O Processo de Securitização”. A esse momento relacionamos a teoria exposta no capítulo dois com algumas situações do capítulo três e quatro. Para isso apresentaremos fatos que comprovem que a *Wikileaks* foi apontada como sendo uma ameaça existencial por um agente securitizador, e por essa razão, traremos algumas informações novas, como falas de diversas pessoas ligadas a esse suposto agente securitizador.

O presente trabalho utiliza como método de base lógica de investigação o método indutivo. A escolha se justifica, pois partimos da observação de um caso concreto da realidade para realizarmos generalizações, haja vista esse tipo de pesquisa ser utilizado em estudo de caso. Como buscamos “[...] descrever a complexidade de determinado problema e a interação entre certas variáveis” (DIEHL; TATIM, 2004, p. 52), a estratégia de abordagem do problema



adotada é a qualitativa. Por fim, essa pesquisa ainda se configura como descritiva devido a mesma justificativa da pesquisa qualitativa, qual seja, o objetivo de compreender as relações entre algumas variáveis.

Como exposto anteriormente, o procedimento técnico utilizado foi a realização de um estudo de caso. Esse procedimento foi escolhido devido ao nosso tema se encaixar dentro das 3 possibilidades apontadas por Yin (2010): “quando as questões ‘como’ ou ‘por que’ são propostas; quando o investigador tem pouco controle sobre os eventos; ou, quando o enfoque está sobre um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real” (p. 22). A primeira razão está bem relacionada com os nossos objetivos de entender como a *Wikileaks* poderia ter sido securitizada e os motivos disso ter ocorrido. Claramente, como investigadores, não temos qualquer tipo de controle sobre os eventos analisados, visto ocorrerem na órbita do relacionamento político internacional entre Estados e outros atores internacionais. Por fim, nosso objeto de pesquisa é contemporâneo à nossa análise, haja vista a *Wikileaks* ainda existir e continuar atuando.

## 2 SEGURANÇA INTERNACIONAL

Ao trabalhar com o tema de Segurança Internacional, a primeira coisa que devemos esclarecer é que o termo não possui um conceito amplamente, ou melhor, universalmente aceito. Atualmente, por se tratar de uma subárea das Relações Internacionais (RI) suas explicações estão intimamente relacionadas com a vertente teórica com a qual o pesquisador se identifica. De modo explicativo: os realistas tenderão a se voltar para os Estudos Estratégicos, os quais privilegiam o papel do Estado e das forças militares. Contudo, os Estudos de Segurança Internacional (ESI) não surgiram dentro das RI, desse modo, seu desenvolvimento inicial não obedeceu ao estilo de pensamento da macro-área, criando seus próprios aportes.

A Segurança Internacional, como compreendida hoje, tem suas bases na primeira metade da década de 1980, se apresentando, como definido por Buzan (1983, apud BUZAN; HANSEN, 2012, p. 167) um “conceito subdesenvolvido”. Conforme a década assistia seu fim, o conceito emergia como uma conexão dos Estudos Estratégicos e da Pesquisa de Paz (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 167). Os Estudos Estratégicos nascem em um momento singular na história mundial, entre os anos de 1940 e 1950, refletindo sobre os problemas políticos derivados da posse e possível utilização de armamentos nucleares. Seu núcleo de estudo se voltou para os aspectos militares, políticos, tecnológicos e estratégicos das superpotências (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 115). Assim como os Estudos Estratégicos, a Pesquisa de Paz possuía diversas ramificações dentro do seu pensamento, o que torna esses grupos bastante plurais, embora ligados a certos temas centrais. A Pesquisa de Paz se preocupava com a racionalidade e a moralidade dos Estudos Estratégicos e com os significados de guerra e paz. A Pesquisa de paz obteve maior destaque na Europa, enquanto os Estudos Estratégicos viveram sua era dourada nos Estados Unidos.

Podemos entender a dificuldade de se conceituar os ESI verificando que até mesmos as suas origens são duais e se ramificam várias vezes. Atualmente, como uma subárea consolidada, a dinâmica interna do debate acadêmico amplia enormemente as variáveis trabalhadas, além de eventos de escala global exercerem influência sobre o andamento das pesquisas. Maiores exemplos são o início e o fim da Guerra Fria e os atentados de 11 de Setembro, que iniciam a Guerra ao Terror ou Guerra Global contra o Terrorismo.

A importância de se ressaltar que os ESI são uma subárea de RI é a influência que as teorias exercem nos estudos de Segurança. O liberalismo e sua Teoria da Paz Democrática, que apregoa que democracias liberais não se enfrentarão em guerras, traz a possibilidade do fim de grandes conflitos e, desse modo, qual seria o papel dos estudos de segurança estatal que só se preocupam com as ameaças externas? Os estudos críticos, influenciando a Pesquisa de Paz, começam a trazer o indivíduo para o centro da análise e surgem as preocupações relacionadas à fome, ao desenvolvimento desigual e até mesmo ao analfabetismo. Importante ressaltar que um pressuposto da Pesquisa de Paz Positiva era de que “os indivíduos e as nações podiam mudar suas percepções (errôneas) uns dos outros e que as imagens de inimigos nem sempre eram realistas” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 192). Não menos importantes são as teorizações Feministas e Ambientalistas. Embora esses temas tenham surgido devido ao momento, ou seja, trazidos para o debate devido ao florescer das preocupações feministas e com o meio-ambiente em certo período, eles ganharam muita força devido aos debates acadêmicos, os quais estavam cada vez mais ligados aos estudos de RI.

Buzan *et al.* (1998, p. 23), ao trabalharem com Securitização, mais particularmente, ao defini-la, trazem uma breve explicação do que é Segurança. Para eles “[...] segurança é o que move a política para além das regras estabelecidas pelo jogo e enquadra a questão como um tipo especial de política ou algo superior às políticas”<sup>1</sup> (tradução nossa). Wæver (2015) ainda apresenta o que ele chama de um conceito alternativo de segurança elaborado por Johan Galtung e Jan Ørberg, o qual é baseado em quatro conjuntos de metas positivas relacionadas às necessidades humanas, sendo elas: sobrevivência, desenvolvimento, liberdade e identidade. Assim, “a segurança se torna ‘a política combinada de defesa para cada categoria de necessidade, a totalidade de esforços em defesa de toda organização humano-societal” (ØRBERG apud WÆVER, 2015, p. 239).

Como a definição de Segurança Internacional não é a proposta desta pesquisa, optamos por adotar o método de Buzan e Hansen (2012) – haja vista esses autores construírem o pensamento sobre Segurança Internacional ao fazerem uma retrospectiva dos ESI, desde suas raízes com os Estudos Estratégicos e a Pesquisa de Paz, passando pelas abordagens ampliadoras e pela reafirmação dos estudos tradicionais com o fim da Guerra Fria, até 2008 e as últimas repercussões da Guerra ao Terror – para estudarmos a evolução do conceito.

---

<sup>1</sup> “‘Security’ is the move that takes politics beyond the established rules of the game and frames the issue either as a special kind of politics or as above politics” (no original).

Iremos, nesse sentido, nos valer desse estudo para compreendermos as bases de pensamento da Escola de Copenhague (EC) e como ela pôde surgir. Assim terá início nosso outro tópico, no qual estudaremos algumas características dessa Escola, como ela se utiliza da linguística, da mídia e da criação de ameaças para melhor compreensão do último tópico do capítulo, sobre a securitização. Nele estudaremos como são realizados os processos de securitização para adquirirmos as bases necessárias para a realização do estudo de caso no nosso último capítulo.

## **2.1 Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**

Buzan e Hansen (2012) apontam duas abordagens sobre os ESI, tradicionalista e ampliadora, antes e após a Guerra Fria. E propõem perguntas iguais para o pensamento de segurança em cada um desses períodos. Os autores consideram que existem quatro questões (qual o objeto referencial da segurança?; esta deve incluir ameaças internas e externas?; deve a segurança ser restringida ao domínio militar ou incluir outros domínios como o econômico, o societal e o ambiental?; deve a segurança estar intrinsecamente associada a uma lógica de ameaça, perigo e urgência?) que estruturam os ESI e eles são organizados em torno de respostas diferentes para essas perguntas (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 40). Também há as forças motrizes, responsáveis pelas continuidades e transformações dos estudos de segurança. São elas: a política das grandes potências, a tecnologia, os eventos-chave, a dinâmica interna dos debates acadêmicos e a institucionalização (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 78).

Conforme os ESI foram se aproximando das teorias de RI, eles foram absorvendo preocupações não militares, o que explica as diferentes respostas. Assim, o objeto de referência não estava mais restrito ao Estado, podendo abranger os indivíduos e questões mais abstratas como o desenvolvimento. As forças motrizes também são usadas para explicar essa diferença de respostas. Alguns eventos-chaves mostraram que a preocupação para a segurança estatal pode se originar dentro de seu próprio território, bem como a não existência de uma superpotência rival pôde afastar um pouco a preocupação com Estados inimigos. “O que os atores políticos e acadêmicos conseguem fazer com que seja aceito como parte da ‘segurança internacional’ muda com o passar do tempo” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 43).

A primeira transformação histórica necessária para entender o desenvolvimento dos ESI relaciona-se com o surgimento do seu principal objeto de referência, o Estado. A Paz de Vestefália é considerada como o início do processo que culminou na criação do Estado moderno, originando o problema da segurança estatal. Contudo, a criação do Estado também

trouxe outro problema, a questão da segurança individual. Há o questionamento de até que ponto o Estado é o gerenciador ou o criador dos problemas dos indivíduos, sem levar em consideração a quantidade de Estados falidos sem condições de fazerem valer sua vontade dentro de seu território. O contra-argumento é que não foi pensada uma alternativa melhor que a atual configuração e outras ideias são respostas piores que o Estado.

Outra transformação histórica importante foi o surgimento do nacionalismo originado com as revoluções Francesa (1789) e Norte-americana (1776). O nacionalismo foi importante, pois a utilização do argumento de que a alternativa ao Estado seria uma solução pior que sua existência não era mais suficiente, uma vez que o governo havia se tornado democrático, e, caso não agisse de acordo com o interesse do povo, seria deposto. Nesse sentido, o nacionalismo também foi importante para fomentar a coesão da população com o intuito de defender o território que habitavam, visto que agressões contra essa região eram consideradas questões de segurança. Isso está relacionado com os valores defendidos pela população que agora se unia pelo nacionalismo, “[...] com a afirmação de que as nações possuíam identidades específicas e que deveriam governar os territórios nos quais elas viviam, o nacionalismo sacralizou o território” (MAYALL, 1990 apud BUZAN; HANSEN, 2012, p. 61).

Sobre a epistemologia, de como se deve estudar a questão de segurança, são apontadas duas distinções epistemológicas centrais. A primeira é entre as concepções objetivas, subjetivas e discursivas de segurança, e, a segunda, diz respeito aos princípios que deveriam ser adotados para estudar segurança. As abordagens objetivas medem a ausência ou a presença de ameaças concretas a certos valores adquiridos e definem a segurança em termos materiais relativos. A história, as normas, a psicologia do medo e das percepções, os contextos nos quais as ameaças se encontram são enfatizados pela abordagem subjetiva. Está relacionada com a sensação de estar ou não ameaçado. “A compreensão subjetiva da segurança pode ser uma reflexão mais ou menos precisa da segurança objetiva medida por capacidades materiais ou ameaças objetivas” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 68). As abordagens discursivas consideram as outras duas vertentes enganosas, já que apregoa que a segurança não pode ser definida em termos objetivos, mas deriva de um ato de fala, o que é defendido pela EC.

Um fator principal para essa abordagem é compreender como as ameaças se manifestam como problemas de segurança, haja vista as ameaças se tornarem objetivas quando aceitas pelos atores políticos e não porque possuem uma natureza ameaçadora

intrínseca a ela, desse modo, o sucesso do ato de fala está ligado ao convencimento do seu público alvo.

Por fim, antes de adentrarmos nas abordagens específicas de segurança, cabe expor alguns aspectos sobre as forças motrizes. É importante ressaltar que cada força é mais influente em um ou outro período, não estando o tempo todo em destaque. Além disso, a interação entre elas também é fundamental para a explicação. O que cada interpretação de segurança pode variar em relação a elas, é que todas apontam para a capacidade de analisar os eventos, contudo podem discordar sobre quais eventos são importantes e como se deveria responder a eles (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 91).

Consideramos importante entender o imperativo tecnológico nesse trabalho. Para essa força motriz, a preocupação deve recair sobre o desenvolvimento de novas tecnologias e na necessidade de avaliar se elas podem apresentar riscos ou vulnerabilidades. Entendemos que a *Wikileaks* pode se inserir nesse imperativo, visto que o seu surgimento criou preocupações sobre como o *site* funcionaria e como ele poderia causar instabilidades não só ao governo estadunidense, mas a todo o Sistema Internacional, o que será tratado nos capítulos posteriores.

Adentrando agora, de fato, nos ESI, devemos iniciar a análise pelos Estudos Estratégicos. Surgiu nos Estados Unidos e timidamente na Europa um tipo de pesquisa que envolvia as especialidades militares e as Ciências Sociais e buscava respostas para os problemas políticos das armas nucleares e o desafio da URSS. Nesse momento, os Estados Unidos começaram a se envolver mais ativamente nas questões mundiais e, como consequência, o governo começou a investir e financiar projetos de pesquisa estratégica, o que explica o grande desenvolvimento dos ESI e porque os Estudos Estratégicos obtiveram grande destaque nesse momento. O envolvimento de especialistas não militares também foi importante no processo, fazendo com que o termo segurança abrangesse questões civis, assim não havia um único ponto de pesquisa na área. Contudo, o maior tensionamento que a Guerra Fria adquiriria fizera os estudos adentrarem na sua chamada era dourada (entre 1955 e 1965) e se voltarem para as armas nucleares e a disputa entre as potências.

A política das grandes potências do período foi marcada pela disputa entre os Estados Unidos e a URSS, devido às suas diferenças ideológicas. Alguns estudos se desenvolveram sobre o quão estável seria esse momento bipolar: as armas nucleares por proporcionarem uma destruição mútua assegurariam a estabilidade ou seria a bipolaridade naturalmente estável? Isso conduziu os estudiosos a se debruçarem na questão da racionalidade do Estado, se

sabendo que haveria a destruição de ambas as partes até que ponto os Estados seriam racionais para evitar o confronto nuclear (BUZAN; HANSEN, 2012).

“A discussão sobre as evoluções da tecnologia militar e de suas consequências estratégicas tornou-se a principal preocupação da literatura” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 126). Havia o medo de que se manter desinformado “tornaria as forças nucleares de um lado vulneráveis ao primeiro ataque do inimigo” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 131). Aqui, podemos perceber claramente a importância da informação no relacionamento entre os Estados.

Sobre a dinâmica interna dos estudos é interessante notar o surgimento dessa área acadêmica. Os estudos começam a surgir durante as décadas de 1940 e 1950 e atingem sua era dourada nos anos 1950 e 1960, baseados na dissuasão nuclear e, na década de 1970, praticamente todos os principais trabalhos já tinham sido escritos (BUZAN; HANSEN, 2012). Cabe destacar, novamente, o envolvimento civil no processo que trazia um tipo diferente de raciocínio estratégico fundamental para tornar a área singular. Embora os Estados Unidos tenham desenvolvido muito mais estudos, a Europa não estava parada e seus pensamentos se relacionavam, principalmente, com o controle de armamentos.

O estudo sobre a institucionalização é feito através de um modelo geral de como surge e se estabelece uma nova área do conhecimento. Por isso são analisados a fundação de cursos e instituições de ESI, seções de especialistas, a fundação de *think tanks*<sup>2</sup> e os programas de financiamento. Sobre os ESI terem se tornado uma área das RI os autores dizem que ocorreu por volta dos anos 1960 e ninguém realmente viu como ocorreu (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 152). É importante ressaltarmos a atuação dos *think tanks* e das fundações nesse processo de institucionalização que devido às suas preocupações políticas foram importantes fornecedores de recursos no processo. Ao final da Guerra Fria os Estudos Estratégicos sofrem uma perda de credibilidade justamente por terem adquirido tanta notoriedade. Como não foram capazes de prever o que aconteceria com a disputa nuclear, seus ideais foram colocados em dúvida. Outros tipos de análise já vinham surgindo no período e é sobre eles que vamos nos debruçar agora.

Dois áreas de pesquisa relevantes que eram opostas aos Estudos Estratégicos eram a Pesquisa de Paz e o Controle de Armamentos. Embora não estivessem ligadas ao termo

---

<sup>2</sup> “Este termo impreciso serve para descrever um vasto espectro de organizações de pesquisa sem fins lucrativos, comprometidas com análise de políticas públicas. Algumas são estritamente não-partidárias, realizando suas investigações sem se preocupar com os resultados e ganhos políticos. Em outras, esse distanciamento é inexistente, e elas têm entre suas principais funções e metas dar apoio intelectual a políticos e partidos” (TEIXEIRA, 2007, p. 80).

segurança primeiramente, estavam ligadas por conceitos paralelos e no final da década de 1980 o campo de segurança surgia como um conceito que abrangia os Estudos Estratégicos e a Pesquisa de Paz (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 167). A grande importância dessas áreas foi que elas trouxeram o indivíduo como objeto de referência no lugar do Estado. Um conceito importante que surgiu no período foi o de segurança comum, que dentre suas perspectivas defendia a deslegitimação global do uso da força e a reestruturação e redução do armamento militar (DIAS *et al.*, 2011, p. 7).

Os pesquisadores de paz estavam interessados na moralidade e racionalidade dos Estudos Estratégicos e também nos significados de guerra e paz. Essa área estava dividida entre os pesquisadores da paz negativa e os da paz positiva. A primeira era definida como a ausência de guerra e violência física, já a segunda tinha múltiplas conotações, mas um importante pressuposto era que “[...] os indivíduos e as nações podiam mudar suas percepções (errôneas) uns dos outros e que as imagens de inimigos nem sempre eram realistas” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 192). “A lógica da Pesquisa de Paz era organizada principalmente por um desejo de diminuir a probabilidade estatística de que se utilizassem armas nucleares” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 186). Esse desejo se baseava tanto em possíveis acidentes nucleares quanto a ataques propositais. Em certa maneira ela era conservadora, pois admitia o *status quo* das superpotências nucleares de serem as únicas a possuírem esse tipo de armamento.

Uma importante área da Pesquisa de Paz era o estudo da opinião pública e da propaganda e como ela poderia ser cooptada a aceitar imagens de inimigos e ideias sobre guerra e paz (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 192). Podemos perceber outra possível influência à EC, a preocupação com a aceitação do público alvo de uma ideia. Por esse motivo, uma das metas da Pesquisa de Paz Liberal era incentivar a mídia a apoiar formas pacíficas para resolver os conflitos e não realizar intervenções violentas empreendidas por terceiros (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 193). Assim, o fato de que certos acontecimentos poderiam ser cobertos pela mídia e, outros simplesmente ignorados, poderiam gerar um processo de criação de um inimigo.

As abordagens linguísticas não podem deixar de serem citadas. Surgida em meados de 1980, essa abordagem se baseava em filósofos linguísticos como Austin, Searle e Chilton, que dentre seus ideais comuns apregoavam que “[...] a linguagem possui uma capacidade estruturadora e influenciadora capaz de fornecer poder social” (HOOK, 1984, p. 260, apud BUZAN; HANSEN, 2012, p. 223). Possuía afinidades com a Pesquisa de Paz Crítica e sua preocupação como a mídia manipulava e estruturava a realidade. Desse modo, as ameaças



perdiam um pouco sua objetividade e podiam ser avaliadas como uma prática na qual podiam ser constituídas. “As ameaças, portanto, eram elas mesmas discursivas: constituir algo como ameaçador significava evocar ‘discursos de perigo e segurança’ e situar tal ‘coisa’ como particularmente importante ao *Self* ameaçado” (DILLON, 1990, p. 102 apud BUZAN; HANSEN, 2012, p. 225). A linguística é outra influência clara da EC.

Com o ruir da URSS deu-se, de fato, o fim da Guerra Fria, que além de trazer a mudança de configuração na polaridade de poder no mundo, também trouxe o fim da preocupação iminente de uma guerra nuclear, além de diminuir as probabilidades de uma guerra convencional. Esse declínio nas preocupações militares foi o que abriu espaço para uma expansão mais ampla da agenda de segurança, fazendo com que os Estudos Estratégicos perdessem a preponderância, visto os novos desafios que enfrentava. O que, talvez, tenha sido o responsável por manter vivos os estudos tradicionais foi a fusão entre os Estudos Estratégicos e a Pesquisa de Paz negativa. O Estado continuou a ocupar o centro da análise, os militares ainda eram o setor principal e sobre a localização das ameaças, a visão foi ampliada, o que pode ter dado uma relativa vantagem à Pesquisa de Paz anteriormente.

O tradicionalismo necessitava de outras questões para se preocupar e começou a voltar seus estudos para os motivos que teriam levado ao fim da Guerra Fria, a preocupação se as abordagens estadocêntricas militares ainda teriam serventia com o fim da bipolaridade e qual polaridade seria vigente agora no Sistema Internacional (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 247). Os tradicionalistas continuaram se voltando para a área militar e estadocêntrica, por considerarem que outras questões poderiam ampliar bastante o conceito de segurança e isso poderia trazer problemas. Walt (1991, p. 213, apud BUZAN; HANSEN, 2012, p. 253) explica o porquê dessas demandas serem importantes, ao mostrarem que

[...] questões não militares merecem atenção contínua de acadêmicos e tomadores de decisão e que o poder militar não garante o bem-estar. Mas esta receita traz o risco de ampliar os ‘Estudos de Segurança’ de maneira excessiva; por esta lógica, questões como poluição, doenças, abuso infantil ou recessões econômicas poderiam todas ser vistas como ameaças à ‘segurança’. Definir a área desta forma destruiria sua coerência intelectual e tornaria mais difícil o alcance de soluções para qualquer um desses importantes problemas.

Não compartilhando da visão de Walt de que o aprofundamento de questões na área de segurança poderia destruir a coerência intelectual da área, vários estudiosos continuavam insistindo que o tradicionalismo não estava apto a lidar com os desafios do pós-Guerra Fria, como conflitos infraestatais, destruição do meio-ambiente, epidemias de doenças e as migrações. Não era novidade desafiar os estudos tradicionais, a novidade era não mais se

considerar como um pesquisador de paz, mas sim um estudioso de segurança ou de RI. A área ia, assim, passando cada vez mais por uma maior perspectiva ampliadora e surgiram diversas abordagens diferentes sobre a Segurança Internacional, orbitando ao redor de segurança econômica, ambiental, societal e ampliando o objeto de referência para além do Estado (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 291).

O construtivismo de Wendt pode ser considerado como o principal oponente às correntes tradicionais e surge no debate de segurança como uma consequência natural do debate vivido dentro das RI. Ele foi essencial no alargamento do conceito, pois:

Apesar de não advogar explicitamente pelo alargamento e aprofundamento da agenda securitária, o Construtivismo apresenta-se como uma abordagem crítica da tradição realista. Esta, viciada pelo seu ocidentalismo e estatocentrismo, ignora as especificidades securitárias no mundo não ocidental. A focalização nas ameaças externas ao Estado, que resultam da própria história da formação do Estado moderno no Ocidente, não se adapta às necessidades dos Estados não ocidentais e reflecte as relações desiguais entre o Ocidente e o resto do mundo (AYOUB, 1991 apud DIAS *et al.* 2011, p. 9).

Na década de 1990 o construtivismo se divide em duas áreas, uma convencional e outra crítica. O convencional era uma perspectiva ampliadora, porém pouco radical, visto que estava preocupada com o problema da segurança estatocêntrica militar, buscando explicá-la por meio de fatores ideacionais em vez de materiais (KATZENSTEIN, 1996b, p.10 apud BUZAN; HANSEN, 2012, p. 294), desse modo, ela pode ser considerada tradicionalista, por mais que ataque diversos pontos do realismo. Já o crítico buscava “[...] analisar os discursos e as ligações entre a constituição de identidades históricas e discursivas, por um lado, e as políticas de segurança, de outro” (KATZENSTEIN, 1998, p.677 apud BUZAN; HANSEN, 2012, p. 300). Uma de suas características principais é a afinidade com a Pesquisa de Paz linguística e, assim, assumem uma abordagem mais discursiva em relação à identidade e à segurança.

Os construtivistas críticos que trabalham na tradição linguística defendem que os conceitos realistas essenciais, por exemplo, o interesse nacional, são construídos discursivamente por representações (de países, povos etc.) e de elementos linguísticos (substantivos, adjetivos, metáforas e analogias) (WELDES, 1996, 1999). Políticas externas e de segurança, portanto, não surgem de interesses nacionais objetivos, mas se legitimam mediante construções particulares que não são flutuantes ou “apenas palavras”, mas seguem um conjunto específico de jogos presos a regras (FIERKE 1996, 1998, 1999, 2000) (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 301).

Outras abordagens que extrapolaram o Estado como objeto de referência surgiram, indo para além do que o construtivismo propôs. Dentre eles podemos citar os estudos pós-coloniais, o feminismo, os estudos críticos de segurança e a segurança humana.

Baseados em uma epistemologia diferente podemos citar a segurança discursiva. A EC se encaixa nesse modelo. Barry Buzan e Ole Wæver estão entre seus maiores estudiosos. Suas contribuições mais importantes foram os conceitos de segurança social e securitização. “Estabelecida nos anos 80 e imbuída pelas preocupações teóricas que caracterizaram a época, a Escola de Copenhague visa a desenvolver um conjunto de conceitos e quadros analíticos para viabilizar a análise de segurança internacional sob uma perspectiva abrangente” (TANNO, 2003, p. 53). Sobre a EC nos aprofundaremos no próximo subcapítulo. O pós-estruturalismo também pode se encaixar dentro da segurança discursiva, visto que voltava sua “atenção à política visual das notícias e dos anúncios televisivos, do fotojornalismo e da cultura popular” (DER DERIAN, 1992, 2001; SHAPIRO, 1997; DEBRIX, 1999; CAMPBELL, 2002a, 2002b apud BUZAN; HANSEN, 2012, p. 333).

## 2.2 A Escola de Copenhague

O *Centre for Peace and Conflict Research* foi fundado em 1985 e, posteriormente, mudou seu nome para *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI). Atualmente o instituto faz parte do *Danish Institute for International Studies*<sup>3</sup> (DIIS). O DIIS surgiu em 2003 a partir da junção do COPRI e de mais três outras instituições dinamarquesas de pesquisa: o *Centre for Development Research*, o *Danish Centre for Holocaust and Genocide Studies* e o *Danish Institute of International Affairs*, seguindo o objetivo do governo de reduzir gastos administrativos (DIIS, 2013, p. 5). Os estudos do COPRI ficaram conhecidos como a EC devido a coerência e continuidade das obras que publicavam. Como já dito, os pesquisadores de maior fama da escola são Barry Buzan e Ole Wæver. Outros estudiosos também merecem destaque como Jaap de Wilde.

A EC é um exemplo de como os estudos de segurança europeus eram. Diferentemente dos estudos realizados nos Estados Unidos, os europeus se voltavam mais para a questão da paz (muito por viverem entre a tensão de estarem no meio da disputa entre as duas superpotências) e possuírem um caráter mais internacionalista que nacionalista. Para Duque (2009, p. 487), o que a EC visa é “desvendar não só os processos constitutivos da agenda de segurança, como também as implicações políticas da agenda atual”. Dentre os conceitos mais

---

<sup>3</sup> Site oficial do instituto: <<http://www.diis.dk/en>>. Último acesso em 16 set 2015.

importantes desenvolvidos pela escola podemos lembrar o conceito de securitização e de segurança societal ou social, além das inovações nas unidades de análise de segurança e a abordagem multissetorial. Sobre a securitização só nos cabe antecipar que está ligado às construções de ameaças. Esse tema será melhor abordado no próximo subtópico.

No livro “*Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*”, Wæver desenvolve o conceito de segurança social. “A ‘segurança social’ era definida como ‘a capacidade de uma sociedade persistir com seu caráter essencial sob condições cambiantes e ameaças possíveis ou reais’ (WÆVER *et al.*, 1993, p. 26 apud BUZAN; HANSEN, 2012, p. 322). O conceito de segurança societal, como exposto por Williams (2003, p. 518, tradução nossa), foi criado “para destacar o papel que a ‘identidade’ desempenha nas relações de segurança”<sup>4</sup>.

O que, então, pode significar um termo tal como “segurança societal”? A segurança das sociedades está estreitamente relacionada à segurança política, mas é distinta dela. A segurança política tem a ver com a estabilidade organizacional dos Estados, dos sistemas de governo e das ideologias que dão legitimidade aos seus governos e Estados. No mundo de hoje, as fronteiras entre Estado e sociedade são raramente contíguas. A chave para compreender a sociedade envolve, portanto, aquelas ideias e práticas que identificam indivíduos como membros de um grupo social. A sociedade diz respeito à identidade, à autoconcepção das comunidades e àqueles indivíduos que se identificam como membros de uma determinada comunidade. A “sociedade” deve ser basicamente concebida tanto como *Gemeinschaft*, quanto *Gesellschaft*, dessa forma, porém, em algum grau necessariamente mais do que a soma das partes (isto é, não redutível a indivíduos) (WÆVER, 2015, p. 261-262).

A obra se desenvolve como uma resposta às primeiras literaturas ampliadoras da década de 1980 que se concentravam somente nos setores econômicos e ambientais, assim, o estudo consistia em uma adição setorial ao campo. Inicialmente estava preocupada com uma série de conflitos nacionais violentos, como os ocorridos na extinta Iugoslávia, para depois se voltar a alguns problemas europeus como o medo da perda da soberania política e autonomia cultural devido à recente integração europeia e, também, do medo de que a imigração se apresentasse como uma ameaça à identidade nacional. Para a segurança social, o objeto de referência era a sociedade. Tal fato inaugura o estudo da segurança da identidade que se preocupava com os casos nos quais o Estado e a sociedade não estivessem pensando igual, um exemplo seriam as minorias nacionais que podem se sentir ameaçadas dentro dos Estados que habitam.

Para a EC, a obra de Wæver foi importante por iniciar

---

<sup>4</sup> “The concept of societal security is designed to highlight the role that ‘identity’ plays in security relations” (no original).

[...] um processo de desvinculação do conceito de segurança da lógica do Estado e sua consequente vinculação com as identidades nacionais. Mostrou-se necessário que os pesquisadores estudassem tanto a segurança estatal quanto a segurança “societal” (TANNO, 2003, p. 56).

A importância disso para a EC é que no início dos seus trabalhos ela ainda utilizava o conceito de segurança atrelado à lógica realista (TANNO, 2003, p. 55). As teorias desenvolvidas por Buzan diziam que as ameaças para a segurança poderiam ser originadas de outras áreas que não a militar, como a econômica, política e ambiental, contudo o Estado ainda deveria ser o objeto principal para a análise.

A despeito de ter defendido a importância das ameaças sociais, ambientais e econômicas nas análises de segurança, Buzan manteve o Estado como principal objeto de referência dos estudos de segurança. Opondo-se aos teóricos críticos que defendem que a segurança individual é mais relevante do que a segurança estatal, a abordagem de Buzan manteve-se estadocêntrica (TANNO, 2003, p. 56).

Apresentaremos, agora, duas contribuições da EC que estão diretamente ligadas a securitização. Contudo, consideramos melhor apresentá-las nesse momento, como uma contribuição geral da Escola para que o estudo sobre securitização possa fluir melhor. São elas: as unidades de análise de segurança e a abordagem multissetorial. Há três tipos de unidades que compõem o processo de securitização que são os objetos referentes, os agentes securitizadores e os atores funcionais ou audiência. Na abordagem multissetorial são apresentados cinco setores: militar, político, econômico, societal e ambiental.

Aquilo que estiver tendo sua existência ameaçada e levar à tomada de medidas com o intuito de garantir sua continuidade será o objeto referente. Tradicionalmente o que aparece como o objeto referente é o Estado, contudo a securitização, com sua abordagem multissetorial, amplia esse escopo. É dito que os objetos fechados como Estados ou nações possuem maiores chances de serem aceitos do que os objetos amplos. “Os objetos referentes, por fim, são a base para a definição dos setores de segurança propostos na abordagem multissetorial da Escola de Copenhague” (DUQUE, 2009, p. 482), desse modo, é imprescindível seu entendimento para a compreensão dos setores apresentada em seguida.

Quem apresenta a iniciativa de securitização e utiliza da retórica para chamar a atenção para um tema, convencer de sua importância e urgência, é o chamado agente securitizador. Seu intuito, com isso, é proteger o objeto referente de alguma ameaça identificada (BUZAN *et al.*, 1998, p. 36 apud DUQUE, 2009, p. 482). Os atores securitizadores costumam ser

identificados entre políticos, representantes de governo, porta-vozes de grupos de pressão, burocratas e podem falar em nome de alguns objetos referentes, como no caso de representantes estatais.

Atores funcionais, ou audiência, são os agentes que possuem capacidade de influenciar de maneira significativa as decisões na área de segurança. Ele terá a capacidade de legitimar determinada ação excepcional realizada pelo agente securitizador, possuindo, assim, importância para o sucesso do processo de securitização.

Adentrando a abordagem multissetorial, temos como principal objeto referente da área militar o Estado, embora outros atores também possam vir a o ser, como as Forças Armadas. As elites militares são os principais agentes securitizadores. O que a EC defende é que seja dado o nome de Estudos Estratégicos para aqueles que se dedicam somente ao setor militar e que seja chamado de Estudos de Segurança os estudiosos da abordagem abrangente. Não é necessário que se possua grande capacidade militar para que o processo de securitização seja bem-sucedido nesse setor, as variáveis geográficas, históricas e políticas são importantes nesse processo (MORGENTHAU, 1985 apud TANNO, 2003, p. 63).

“No setor político, o objeto referente é tradicionalmente definido em função de um princípio constituinte do Estado – a soberania estatal, mas, em alguns casos, também uma ideologia” (DUQUE, 2009, p. 485). Portanto, as ameaças políticas são aquelas que têm como objetivo destruir ou abalar a estabilidade institucional do Estado. Elas podem se consubstanciar na forma de pressões para que seja adotada alguma política específica, realizar pedidos de deposição do governo e incentivar a secessão. Os agentes securitizadores geralmente são os atores governamentais, mas outros como a Organização das Nações Unidas (ONU) também podem vir a identificar ameaças políticas ao Sistema Internacional. Esses dois primeiros setores representam os estudos tradicionais de segurança por dizerem respeito aos objetos de referência mais identificados por eles.

Já apresentamos o conceito de segurança social, que foi o que introduziu o setor societal na análise. “O objeto referente são identidades coletivas de larga escala que funcionam independentemente do Estado, como nações e religiões” (DUQUE, 2009, p. 485) podendo também assumir a forma de tribos, clãs ou civilizações. O entendimento de identidade coletiva é mais do que a soma dos indivíduos e deriva do sentimento do grupo de se constituir como uma entidade. As ameaças societais, portanto, existem quando esses grupos citados se encontram em perigo. “É importante frisar que a identificação das ameaças societais depende, em grande medida, de percepções históricas e não envolvem, necessariamente, avaliação objetiva” (TANNO, 2003, p. 65). Para a EC a globalização deve acentuar problemas como a

migração e intolerância religiosa, o que torna fundamental os estudos focados no setor societal.

Uma das dificuldades do setor econômico é a inconciliável diferença entre posições ideológicas, o que pode tornar bastante controversa a análise das ameaças. Os objetos referentes podem ser regimes econômicos ou até mesmo o próprio mercado. Outra dificuldade é a natureza competitiva do capitalismo que faz com que o sistema seja dominado pela insegurança. Desse modo, com os atores sempre inseguros o que a segurança econômica poderia significar no contexto do mercado? Buzan (1991 apud TANNO, 2003, p. 66) responde a essa pergunta: “o dilema é resolvido quando se estabelece que a insegurança econômica constituirá ameaça no momento em que ultrapassar a esfera econômica, estendendo-se para as esferas militar e política”. O setor ainda apresenta outra importância na análise, deve-se sempre ficar atento na separação do setor político do econômico, o que muitas vezes pode ser somente um artifício. Também se deve prestar atenção nas externalidades das ameaças econômicas para os outros setores, fazendo com que eles sejam incluídos nas análises sobre a área econômica.

Buzan *et al.* (1998, p. 22-23) considera que é ampla a gama de objetos referentes possíveis no setor ambiental, variando entre a sobrevivência de espécies ou habitats a até mesmo o clima do planeta e a biosfera. Wæver *et al.* (1998, p.75 apud TANNO, 2003, p. 68) aponta que são dois os objetos principais de referência: o próprio meio ambiente e a qualidade de vida já alcançada. Os primeiros problemas que se apresentam nesse setor são: 1) as ameaças ao meio-ambiente não são intencionais, e; 2) ainda é obscura a análise de quais estruturas políticas podem ser produzidas pelas questões ambientais. Até o momento surgiram comunidades sociais, organizações internacionais e organizações não governamentais que tentam securitizar questões no âmbito ambiental. Atualmente, é notado baixo nível de securitização no setor, visto que os problemas ambientais, geralmente, tendem a causar prejuízos no longo prazo e como os efeitos não podem ser sentidos imediatamente não trazem maiores preocupações para a questão.

Tanno (2003) ainda apresenta mais duas contribuições criativas da EC: a teoria de Estado e o conceito de Complexos Regionais de Segurança (CRS). A primeira teoria foi desenvolvida por Buzan. Ele propõe que o Estado seja dividido em três componentes: uma base física, uma “ideia” de Estado e um conjunto de instituições. No Sistema Internacional são vários os tipos de Estados, visto que esses componentes podem se relacionar de inúmeras formas. O que compõe o componente físico é a população e o território, com suas riquezas naturais; a “ideia” de Estado é um conceito abstrato – mas importante – é ela que fornece

coesão entre a política, o território e a sociedade; e, as instituições são compostas pelo executivo, legislativo, judiciário, administração, conjuntos de normas e procedimentos. “A qualidade da dinâmica entre esses elementos determina a formação do que Buzan chamou de Estados fortes e Estados fracos. A força do Estado será diretamente proporcional ao nível de coesão político-social” (TANNO, 2003, p. 61). Essa teoria de Estado que permitiu a EC pesquisar a influência de variáveis internas na conformação internacional de segurança.

O conceito de CRS busca analisar as questões relativas ao tema de Segurança Internacional através de um enfoque realista, tendo como ideia inicial que as ameaças viajam mais curtas distâncias do que longas (FUCCILLE; REZENDE, 2013). Um CRS é: “um conjunto de unidades cujo seus principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros”<sup>5</sup> (BUZAN; WÆVER, 2003, p. 44, tradução nossa).

Ao se estabelecer em uma posição intermediária entre os tradicionalistas e os críticos – condição considerada como a maior contribuição da EC por Duque (2009), o seu papel de síntese –, a EC recebe críticas de ambos os lados. São três as principais. O tradicionalismo aponta que sua abordagem abrangente traz perda de coerência intelectual para os estudos de segurança, argumento parecido com o de Walt para às abordagens ampliadoras, como mostramos anteriormente. Já a teoria crítica diz que a abordagem multissetorial dá papel de político aos analistas de segurança e aponta que o conceito de securitização é insustentável sociologicamente.

Respondendo aos tradicionalistas, a EC diz que se deve visar na dessecuritização dos temas, trazendo-os de volta para a esfera normal de discussão. Assim, os temas securitizados seriam reduzidos, o que seria um argumento a favor da agenda estreita de segurança. “De acordo com Buzan, portanto, a única incompatibilidade entre os tradicionalistas e a EC é metodológica, pois aqueles adotam uma perspectiva objetivista, enquanto esta pressupõe a intersubjetividade das ameaças à segurança” (DUQUE, 2009, p. 490). Respondendo ao primeiro ataque da vertente crítica, a EC diz que é paradoxal que se critique suas implicações políticas, já que é justamente isso que permite o questionamento de problemas no âmbito dos estudos de segurança. Além disso, Tanno (2003, p. 73) aponta que

---

<sup>5</sup> “A set of units whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another” (no original).



[é] preciso ressaltar, todavia, que o trabalho acadêmico jamais será não-político. Como afirma Robert Cox (1996), “a teoria dirige-se sempre a alguém e a algum propósito”. A simples identificação dos discursos securitizadores pela Escola pressupõe a realização de uma escolha, constituindo, portanto, atividade política.

Então, considera-se que a EC pode ter atividade política, do mesmo jeito que todos os outros estudos estão sujeitos. Respondendo a segunda crítica, a EC diz que é necessário considerar diferentes tipos de coletividade para a análise, como Estado, sociedade, sociedade internacional, para que o conceito de segurança não se torne muito particular como o que ocorre com a Segurança Humana (DUQUE, 2009, p. 492). Outro ponto é que a EC considera que ela parte sim do princípio da existência de uma realidade externa aos observadores, por isso lhe é permitido manter alguns pontos fixos enquanto questiona outros pressupostos racionalistas.

Consideramos que apresentamos as maiores contribuições da EC. Sua exposição também nos auxilia na compreensão do conceito que desejamos nos aprofundar, a securitização. Para o seu estudo é necessário o entendimento das abordagens multissetoriais, das unidades de análise, a compreensão de ameaças subjetivas e construídas, a segurança discursiva, a tecnologia. Conceitos citados e apresentados ao longo desse primeiro capítulo. Agora, iremos analisar a securitização em si: como é realizada, seus objetivos, o convencimento da audiência, sua definição.

### 2.3 O estudo da securitização

Para entender o que é a securitização optamos por começar de uma maneira geral para depois nos aprofundarmos em detalhes e diferenciações. Dessa maneira, começaremos apresentando definições de alguns teóricos e estudiosos sobre o assunto. Como citado na introdução desse capítulo, Buzan *et al.* (1998, p. 23; tradução nossa) criaram uma definição para Segurança Internacional ao definirem securitização. Para eles, a securitização “pode ser vista como uma extrema versão da politização”<sup>6</sup>. Na sua teoria, uma questão pública pode ser caracterizada em um ranking que vai do não politizado até o securitizado, passando pelo politizado. Uma questão não politizada significa que ela não é de interesse do Estado, logo não faz parte dos debates. Já um assunto politizado representa preocupações por parte do poder público e o Estado gasta recursos com isso. O problema securitizado é apresentando

---

<sup>6</sup> “Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization” (no original).

como uma ameaça existencial e que necessita de medidas emergenciais para ser combatido, justificando ações tomadas fora do contexto normal da política (BUZAN *et al.*, 1998).

Para Balzacq (2011, p. 3), a securitização é:

[...] uma reunião de práticas pelo meio das quais artefatos heurísticos (metáforas, instrumentos políticos, repertórios de imagens, analogias, estereótipos, emoções, etc.) são contextualmente mobilizadas por um agente securitizador, que trabalha para induzir uma audiência a construir uma rede coerente de implicações (sentimentos, sensações, pensamentos e intuições) sobre a vulnerabilidade crítica do objeto referente, que concorda com as razões do agente securitizador para suas escolhas e ações, envolvendo o sujeito referente com uma aura sem precedentes de ameaça que uma política deve ser empreendida imediatamente para bloquear seu desenvolvimento”<sup>7</sup> (tradução nossa).

Já Bourbeau (2011) propôs entender a securitização como um processo de integração discursiva e institucional de um problema nas estruturas de segurança, que enfatizam as áreas de policiamento, controle e defesa. Duque (2009, p. 477), resumiu o pensamento de Buzan sobre securitização da seguinte maneira: “práticas intersubjetivas, por meio das quais um agente securitizador procura estabelecer socialmente a existência de uma ameaça à sobrevivência de uma unidade”. Roxanna Sjöstedt (2008, p. 10; tradução nossa) sintetizou de outra maneira, porém bem parecida: “securitização é um ato retórico que legitima o uso de medidas extraordinárias, bem como justifica a posição central de um problema na agenda”<sup>8</sup>.

O que todas as definições apresentam em comum é a presença de um ente ameaçador a outra unidade e a necessidade de se tomar medidas, tanto para evitar que essa ameaça se concretize quanto para fazer com que ela seja vista como um risco por uma audiência. Dessa maneira, “os estudos de securitização buscam alcançar cada vez mais um entendimento maior de quem securitiza, sobre quais questões (ameaças), para quem (objetos referentes), porque, com quais resultados, e, não menos importante, sob quais condições”<sup>9</sup> (BUZAN *et al.*, 1998, p. 32, tradução nossa).

Alguns conceitos que fazem parte da teoria da securitização já foram expostos na seção anterior, como o entendimento do que pode ser securitizado. O objeto referente – aquilo

<sup>7</sup> “[...] an articulated assemblage of practices whereby heuristic artifacts (metaphors, policy tools, image repertoires, analogies, stereotypes, emotions, etc.) are contextually mobilized by a securitizing actor, who works to prompt an audience to build a coherent network of implications (feelings, sensations, thoughts, and intuitions), about the critical vulnerability of a referent object, that concurs with the securitizing actor’s reasons for choices and actions, by investing the referent subject with such an aura of unprecedented threatening complexion that a customized policy must be undertaken immediately to block its development” (no original).

<sup>8</sup> “Securitization is a rhetorical act that legitimizes the use of extraordinary measures, as well as justifying a high agenda position for an issue” (no original).

<sup>9</sup> “Securitization studies aims to gain an increasingly precise understanding of who securitizes, on what issues (threats), for whom (referent objects), why, with what results, and, not least, under what conditions” (no original).

que é percebido como sendo ameaçado – varia de acordo com o setor no qual se insere. Como dito, existem cinco setores: o militar, político, econômico, societal e ambiental. Os agentes securtizadores também foram apresentados, sendo que o Estado sempre é um elemento presente. Contudo, a securitização não necessariamente precisa passar pelo Estado (Buzan *et al.*, 1998, p. 24), só é necessário que o agente securtizador disponha de poder suficiente para articular politicamente o convencimento da urgência presente em sua disputa (MOTTA, 2014, p. 19).

Deparamo-nos com um caso de securitização quando um agente securtizador alegar a existência de uma ameaça existencial para determinado objeto referente e, assim, agir no intuito de tentar convencer sua audiência a tolerar medidas emergenciais para combatê-lo – indo além das políticas normais –, que em outras circunstâncias não seriam toleradas (WAEVER, 2011, p. 6 apud MOTTA, 2014, p. 21; BUZAN *et al.*, 1998, p. 24). O primeiro passo, então, para um processo de securitização é a identificação de uma ameaça existencial. No nosso estudo de caso, nosso primeiro desafio será identificar como a *Wikileaks* foi apresentada como uma ameaça existencial e para qual objeto referente.

Como dito no parágrafo anterior, buscaremos entender como a *Wikileaks* foi apresentada como uma ameaça existencial. Utilizamos o termo “apresentada”, pois não, necessariamente, a ameaça é real, ela pode ter sido construída como tal. A EC compartilha da visão de que as ameaças não são objetivas, mas sim subjetivas, dependendo do significado que possuem para cada ator, compartilhando de um modo operacional construtivista. “Securitização é intersubjetiva e socialmente construída”<sup>10</sup> (BUZAN *et al.*, 1998, p. 31, tradução nossa). O que importa é que a ameaça seja apresentada discursivamente como sendo um problema existencial, e que tal apresentação seja bem sucedida de forma a produzir o convencimento no público (MOTTA, 2014, p. 19-20).

Nessa construção, através do discurso, a EC se utiliza de um conceito da linguística chamado de *speech act*. O conceito tem sua formulação atribuída a John Langshaw Austin e está baseado na ideia de que o discurso é uma forma de ação e, portanto, carrega consequências (DUQUE, 2009, p. 478). Buzan *et al.* (1998, p. 26) consideram que a securitização é o que se chama, na teoria linguística, de *speech act*, ou seja, é a elocução em si como um ato, é como dizer as palavras e algo acontecer. É desse pensamento que surge a concepção de que ao se dizer “segurança” um representante do Estado já declara condições de

---

<sup>10</sup> “Securitization is intersubjective and socially constructed” (no original).

emergência, pedindo o uso de todos os meios necessários para bloquear o desenvolvimento da ameaça (WÆVER, 1998, 1995b apud BUZAN *et al.*, 1998, p. 21).

Ao falar, algo é realizado (como em apostar, fazer uma promessa, nomear um barco). Ao declarar “segurança”, um representante de Estado transfere um desenvolvimento particular para uma área específica, e, portanto, reivindica um direito especial de utilizar quaisquer meios necessários para bloqueá-lo (WÆVER, 2015, p. 248).

Não se cria a securitização, em si, ao somente apresentar um ator como uma ameaça existencial a um objeto referente. Isso é chamado de *securitizing move* (BUZAN *et al.*, 1998, p. 25). A questão somente será securitizada quando houver a aceitação da audiência. Nesse trabalho, não iremos nos aprofundar nos debates sobre as diferentes audiências e a audiência empoderada<sup>11</sup>. “Se nenhum sinal de aceitação existir, nós só podemos falar de um *securitizing move*, e não de um objeto realmente sendo securitizado”<sup>12</sup> (BUZAN *et al.*, 1998, p. 25, tradução nossa). Isso nos leva ao chamado sucesso do processo de securitização, que só ocorre, portanto, quando a audiência aceita o que é transmitido pelo agente securitizador. Para Buzan *et al.* (1998, p. 26), “[...] uma securitização bem sucedida possui três componentes (ou passos): ameaça à existência, ação emergencial e efeitos nas relações entre as unidades por meio da quebra de regras”<sup>13</sup> (tradução nossa).

“Nem todas as reivindicações são socialmente efetivas e nem todos os atores possuem condições de poder para realizá-las”<sup>14</sup> (WILLIAMS, 2003, p. 514, tradução nossa). Existem as chamadas condições facilitadoras para o processo de securitização que são as mesmas do *speech act* e estão relacionadas com o uso da linguagem e com o capital social do agente securitizador. Elas são classificadas em internas e externas. A categoria interna é a linguístico-gramatical, e apregoa que é necessário seguir as regras do ato de fala, ou seja, agir de acordo com procedimentos previamente estabelecidos da forma e da gramática de segurança. É preciso que se construa a ameaça existencial, a impossibilidade de retorno e de sair da situação (BUZAN *et al.*, 1998, p. 33). O externo se relaciona com o contexto e o social. Ele possui duas condições. A primeira é o capital social do agente securitizador – quais condições o asseguram uma posição de autoridade –, a relação entre o enunciador e a audiência e a

<sup>11</sup> Para maiores detalhes ver Balzacq, 2011.

<sup>12</sup> “If no signs of such acceptance exist, we can talk only of a securitizing move, not of an object actually being securitized” (no original).

<sup>13</sup> “A successful securitization thus has three components (or steps): existential threats, emergency action, and effects on interunit relations by breaking free of rules” (no original).

<sup>14</sup> “Not all claims are socially effective, and not all actors are in equally powerful positions to make them” (no original).

probabilidade da última aceitar as reivindicações feitas na tentativa da securitização. A segunda está relacionada com as ameaças, algumas coisas que possam ser sentidas como ameaçadoras, por exemplo, sentimentos negativos ou águas poluídas. É dito que eles nunca serão determinantes para a securitização, mas sua existência, sem dúvida, é uma condição facilitadora (BUZAN *et al.*, 1998, p. 33).

Dessa maneira, é necessário que a audiência enxergue nas explicações do agente securitizador significado e plausibilidade e, para isso, três condições devem ser obedecidas. As duas primeiras, já apresentadas, que é a obediência a lógica interna dos discursos dos atos de securitização e uma autoridade necessária no assunto para poder falar de segurança nessa área, o que se liga com a questão da legitimidade. Por fim, pode-se falar na conexão entre a ameaça existencial e associações históricas e culturais envolvendo perigo e dano, o que pode ajudar a audiência a relacionar essas questões (PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010, p. 79 apud PINTO, 2014, p. 165). Vânia Pinto (2014) considera que a mensagem de construção da ameaça existencial deve possuir dois critérios para poder efetivamente ressoar sobre a audiência, a credibilidade e a saliência.

O critério da credibilidade possui as características de consistência, credibilidade empírica e credibilidade dos articuladores. Isso significa dizer que a mensagem deve fazer sentido lógico, deve estar alinhada com a percepção de problemas da audiência e o agente securitizador deve ter credibilidade perante o julgamento da audiência (PINTO, 2014, p. 166). Em relação a saliência, seu primeiro critério é a centralidade, que representa o grau de importância que certa questão possui dentro da hierarquia de preocupações do público alvo. A *experiential commensurability* diz respeito a como a questão se relaciona com as visões de mundo da audiência. E, por fim, a fidelidade narrativa, mostrando como o fato se relaciona com as narrativas, os mitos e os pressupostos básicos do público (PINTO, 2014, p. 166).

Motta (2014, p. 44) ainda diz – em relação ao contexto – que não basta apenas dizer a palavra segurança, já que uma série de fatores contextuais influencia o processo de securitização e, assim, não podem ser ignorados. Desse modo, quando o agente securitizador for o responsável por executar a performance, outras variáveis devem ser consideradas, como “gestos, silêncios e comportamentos em geral, que muito esclarecem sobre as intencionalidades e objetivos almejados com o movimento de securitização” (MOTTA, 2014, p. 44).

Dois assuntos ainda merecem ser apresentados, a importância da mídia e a necessidade de drama. “A mídia moderna é um elemento central das relações de segurança”<sup>15</sup> (WILLIAMS, 2003, p. 524, tradução nossa). As informações são transmitidas rapidamente e a escolha de como abordar um tema, ou melhor, de abordá-lo ou não, recai sobre as empresas de comunicação. Dessa maneira, conforme um tema se repete, quanto mais se fala do assunto, ele acaba adquirindo mais importância. Além disso, a mídia é importante devido ao modo como as informações são noticiadas, visto que atualmente elas são cada vez mais dependentes das imagens, como alguns estudos de securitização vêm apontando (WILLIAMS, 2003).

Da Guerra do Golfo à Bósnia e Kosovo, dos eventos do 11 de Setembro e suas consequências (para não mencionar as percepções como problemas de fatos como a migração), uma reflexão sobre o papel dos meios de comunicação contemporâneos na representação e na condução das relações de segurança é quase inevitável<sup>16</sup> (WILLIAMS, 2003, p. 524, tradução nossa).

Geralmente, quando se trata de um processo de securitização as áreas de defesa e segurança são citadas, fazendo com que não haja a necessidade constante de drama nas falas. Visto que ao falar desses assuntos, já se considera a indispensabilidade de urgência (BUZAN *et al.*, 1998, p. 27). “Nem todo ato é apresentado com o drama de urgência e prioridade, já que foi estabelecido um senso geral de que tudo que foi movido para dentro desse campo tem sua forma de tratamento legitimada, só porque essa área é definida como segurança”<sup>17</sup> (BUZAN *et al.*, 1998, p. 28, tradução nossa). Esse assunto é importante, pois quando realizarmos nosso estudo de caso veremos que nem todas as falas que se referem a *Wikileaks* apresentam drama ou uma linguagem apelativa, mas mesmo assim contribuem para a construção da ameaça existencial.

Através das exposições realizadas concordamos que atravessamos todo o processo de securitização, desde o seu ponto inicial (*start point*) até a fase final. O ponto inicial é onde começa o processo de securitização, de um fenômeno ou objeto, e se dá através da criação da ameaça existencial (DAHESHVAR *et al.*, 2014, p. 80). A fase final da securitização está na audiência, sendo que seu convencimento é condição necessária para se completar o processo (DAHESHVAR *et al.*, 2014, p. 80). Vânia Pinto (2014) realiza a análise do processo de

---

<sup>15</sup> “[...] modern media is a central element of security relations” (no original).

<sup>16</sup> “From the Gulf War to Bosnia and Kosovo, to the events of September 11 and their aftermath (not to mention perceptions of issues such as migration), a consideration of the role of contemporary communications media in the representation and conduct of security relations is almost inescapable” (no original).

<sup>17</sup> “Not every act is presented with the drama of urgency and priority, because it has been established in a general sense that this is an entire field that has been moved to a form of treatment legitimate only because this area has been defined as security” (no original).

securitização através de um esquema no qual demonstra quem é o agente securitizador, quem é a ameaça existencial, o objeto referente, como o *speech act* foi criado e qual a argumentação usada e qual é a audiência e como ela foi convencida. Utilizaremos essa mesma base esquemática para entender o suposto processo de securitização que a *Wikileaks* sofreu.

Acreditamos que todas as bases necessárias para a análise do processo de securitização da *Wikileaks* foram apresentadas e, desse modo, o estudo de caso pode ser realizado. Agora, adentraremos no estudo da organização, suas realizações e modo de operação.

### 3 A WIKILEAKS

Desde 2010 a *Wikileaks* é famosa mundialmente. Era comum ver em todos os veículos de notícias mundiais o nome *Wikileaks* mais de uma vez e se referindo a vários assuntos. Por meses e, até mesmo anos depois desses vazamentos principais, alguns documentos ainda são encontrados e se tornam reportagens. A grande diferença entre os vazamentos de documentos classificados anteriores está relacionada à quantidade de informações. O *Cablegate*, nome que representa o vazamento dos telegramas diplomáticos norte-americanos, conta com “251.287 documentos, sendo 15.652 classificados como secretos e 101.748 como confidenciais, que datam de 1966 até o final de fevereiro de 2010 e abrangem comunicações entre 274 embaixadas” (ARAÚJO, 2013, p. 12).

Contudo, por mais popular que a organização tenha ficado, poucas pessoas realmente sabem o que ela é e como funciona e atua. Não raros são os casos de confusão entre o *site* e personalidades que se envolveram com ele. Por vezes, Julian Assange aparece como o único responsável pela organização da *Wikileaks* e até mesmo a Edward Snowden<sup>18</sup> são atribuídos os créditos. A quem poderia ter sido atribuído algum renome pelo sucesso inicial da organização, Chelsea Manning<sup>19</sup>, pouquíssimo é dito. Graças a sua atitude de não conformismo, Chelsea começou a investigar os documentos confidenciais estadunidenses e, ao não concordar com o que via, agiu no sentido de tornar aquilo público.

Mas, então, como definir a *Wikileaks*? É uma tarefa complicada. O que podemos dizer é que se trata de uma organização sem fins lucrativos que se materializa na forma de um domínio virtual, um *site*. Por essa razão, a organização não apresenta uma sede, contudo seus servidores principais estão localizados na Suécia. Nesse *site*, a organização publica documentos que considera possuírem importância social vazados de Estados e organizações. Exemplos seriam: violações dos Direitos Humanos, concorrências desleais, corrupção, manipulações. Desse modo, funciona com base na ideologia da livre informação e da liberdade de expressão. Julian Assange, o criador da *Wikileaks*, a define dessa maneira:

O *WikiLeaks* é uma série de coisas. É um website, uma tecnologia funcional, um caminho filosófico. É também uma rede de pessoas que acreditam em algo...

<sup>18</sup> Contratado terceirizado da Agência Nacional de Segurança (NSA, sigla em inglês) dos Estados Unidos. Foi ele o responsável por vazarem os documentos classificados que demonstravam as espionagens realizadas pelos Estados Unidos a seus cidadãos e a outros Estados.

<sup>19</sup> Na época dos vazamentos, Chelsea Manning se chamava Bradley Manning. Em 22 de agosto de 2013, um dia após ter sido condenada pelo governo norte-americano, Chelsea declarou que estava começando uma nova fase da sua vida e pediu que, a partir de então, fosse chamada dessa maneira (The Guardian, 2013). É por esse motivo que utilizaremos o nome com o qual ela se identifica e não o nome que possuía naquela data.



Defendemos um conceito bem simples, mas abstrato: a verdade é o único ingrediente realmente útil na hora de tomar decisões. E tais decisões, até pelo quanto podem afetar o mundo, devem sempre ter por base a verdade. Então, trazer o máximo de informação real à tona é o jeito certo de decidir as coisas. Parece um tanto abstrato, mas é muito, muito importante, e nos leva à liberdade de imprensa, à liberdade de expressão... E foi justamente por acreditar nisso que decidi que deveríamos criar mecanismos e botar isso em prática. O *WikiLeaks* é essa filosofia na prática, e acho que por isso acabamos inspirando as pessoas (BOCCHINI; CAPAI, 2011, p. 20 apud ARAÚJO, 2013, p. 88).

Este capítulo será dividido em duas partes. Na primeira seção analisaremos a história da *Wikileaks*. Demonstraremos como essa organização surgiu, como ela atua e como é estruturada. Entendemos que para a completa compreensão do nosso estudo de caso, é preciso que nos debruçemos mais detalhadamente sobre Julian Assange, tanto no que tange à sua personalidade quanto em relação às acusações de crimes sexuais por ele cometidos na Suécia.

### 3.1 História da organização

Embora a *Wikileaks* só tenha ganhado notoriedade mundial em 2010, o *site* da organização foi registrado em outubro de 2006. Até dezembro de 2009, mês em que a organização realizou uma pausa forçada, vários vazamentos importantes já tinham sido realizados e podemos considerar que foi o momento mais dinâmico da organização, já que publicou sobre variados assuntos. Sua criação se deve a uma figura peculiar, Julian Assange. “Hacker de reconhecida reputação entre seus pares” (ARAÚJO, 2013, p. 11), sob o codinome *Mendax*, formou o grupo *International Subversive* em 1987 (NASCIMENTO, 2013, p. 83; DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 13). Julian Assange aos poucos foi criando sua história ao se tornar um ativista da livre-informação e se denominar como um jornalista investigativo.

Quando a *Wikileaks* foi ao ar, em 2006, possuía uma proposta diferente do seu modelo atual de funcionamento. Ela queria ser uma enciclopédia de documentos confidenciais, na qual todos poderiam ser os editores, buscava agir como o conhecido *site Wikipedia* (ARAÚJO, 2013, p. 11). “Mas, apesar de as características ‘wiki’ terem sido abandonadas, uma estrutura que permite o envio anônimo de documentos vazados permanece no cerne do *Wikileaks*” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 62). Esse modelo foi modificado, pois era perigoso publicar documentos sem edição para que os leitores avaliassem sua genuinidade, já que poderia haver informações perigosas ou incriminatórias.

Sobre o motivo de ter criado a *Wikileaks*, Assange diz:

[...] notei algo que estava acontecendo no mundo e vi que para mim eram atos injustos. E eu queria mais atos justos e menos atos injustos[, desse modo é possível]

mudar o comportamento de muitas pessoas com uma pequena quantidade de informações. Resta saber: que tipo de informação vai levar a um comportamento que é justo e vai desestimular um comportamento injusto? (ASSANGE, 2015, p. 63).

Interessante também é uma teoria desenvolvida por Assange e postada em seu extinto blog: “quanto mais secreta ou injusta é uma organização, mais os vazamentos estimulam o medo e a paranoia na liderança e no círculo de planejamento” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 57). Talvez essa teoria possa explicar, em certa medida, a preocupação dos Estados Unidos com a organização.

A *Wikileaks* possui certos princípios que regem seu funcionamento. São eles: a defesa da liberdade de expressão e de mídia, a melhoria dos registros históricos comuns e o apoio ao direito de todas as pessoas a criar uma nova história (WIKILEAKS, 2011). Eles estão baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, principalmente no Artigo 19<sup>20</sup>. E seu objetivo é trazer a público importantes notícias e informações (WIKILEAKS, 2011).

Ao atuar publicando documentos que poderiam prejudicar as pessoas que os divulgassem, a *Wikileaks* possui um modo de funcionamento que ampara sua forma de atuação. Existe uma interface no *site* da organização que permite a qualquer pessoa enviar os documentos, os quais deverão ser acompanhados de uma breve explanação, como o motivo do vazamento. Para averiguar a veracidade das informações, a *Wikileaks* utiliza técnicas do jornalismo investigativo, analisando os documentos, perguntando quais as motivações e oportunidades por trás do vazamento e, até mesmo, fazendo verificações externas como enviando jornalistas aos locais citados (WIKILEAKS, 2011).

O grande mérito da interface de submissão é a garantia absoluta de anonimato às fontes. Mas nem sempre essa propaganda de anonimato total correspondeu à realidade. Quando Daniel Domscheit-berg passou a fazer parte da organização, constatou que o portal possuía sérias deficiências. Ele atribuiu ao Arquiteto<sup>21</sup> a reforma da interface, “[...] foi ele quem, no final de 2009, renovou o sistema *Submission*, que, antes disso, era apenas um formulário de *upload* incorporado ao *site*” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 212). O Arquiteto também foi responsável por dividir as plataformas do servidor, de modo que se houvesse algum ataque, os invasores não conseguiriam acessar o sistema inteiro. Em 2011, a *Wikileaks*

---

<sup>20</sup> Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão (UN HUMAN RIGHTS, 2016).

<sup>21</sup> Maneira pela qual Daniel se refere ao principal programador da *Wikileaks*, o qual fez parte da organização até setembro de 2010, quando ambos a deixaram. Para Daniel (2011), além do Arquiteto poucas pessoas no mundo teriam condições de fazer o que ele fez pela *Wikileaks*.

desativou sua plataforma de submissão, o motivo talvez seja a saída do Arquiteto da organização, já que ele restaurou a plataforma para o estado anterior à reforma.

O tempo que ficou desativada foi o necessário para que Julian Assange conseguisse um método de restaurar a garantia de anonimato. De maneira técnica, a plataforma, atualmente, funciona através de um sistema “distribuído no *front end*”<sup>22</sup>, com vários nomes de domínio e capacidade de mudá-los rapidamente<sup>23</sup>, um sistema de *cache*<sup>24</sup> e, no *back end*, um sistema de *tunneling* através da rede Tor para servidores ocultos<sup>25</sup>” (ASSANGE, 2015, p. 65).

O primeiro vazamento de importância da *Wikileaks* foram os manuais de procedimento da Baía de Guantánamo, conhecidos como os *Camp Delta Standard Operating Procedures*<sup>26</sup>, publicados em novembro de 2007. A questão mais importante sobre esses documentos era a comprovação do que já se suspeitava sobre o campo de detenção, os Estados Unidos não respeitavam os Direitos Humanos dos seus detentos. Dentro dos documentos havia instruções explícitas para se falsificar os registros enviados para a Cruz Vermelha e instruções do uso de estresse psicológico como forma de tortura<sup>27</sup>. “Eles publicaram que, nos centros de detenção cubanos, os Estados Unidos violavam os Direitos Humanos e as convenções de Genebra” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 5). A confirmação de que os documentos eram verdadeiros veio uma semana depois. O Pentágono entrou em contato com a organização da *Wikileaks*, através de um e-mail, pedindo que se removesse o acesso aos documentos, já que eles não eram aprovados para liberação ao público.

Contudo, foram os registros do banco suíço *Julius Bär Group*<sup>28</sup> que trouxeram a primeira complicação para a organização e foram colocados à disposição no site da *Wikileaks* em janeiro de 2008<sup>29</sup>. Com esses documentos, “[...] era possível entender como os patrimônios milionários eram escondidos antes da investigação de fraude tributária” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 15). Tais patrimônios oscilavam entre cinco milhões até 100

<sup>22</sup> É a parte visível de um *site* para quem o visita através de um navegador.

<sup>23</sup> É o nome utilizado pelas pessoas para chegarem a um *site*, por exemplo, “wikileaks.org”.

<sup>24</sup> Na teoria, o sistema de *cache* é um sistema veloz que não tem informações, mas está ligado a um sistema lento que contém informações (ASSANGE, 2015, p. 131).

<sup>25</sup> Servidor oculto, nesse caso, se refere a um servidor que não pode ser acessado através da internet convencional.

<sup>26</sup> Documentos disponíveis em: <[https://wikileaks.org/wiki/Camp\\_Delta\\_Standard\\_Operating\\_Procedure](https://wikileaks.org/wiki/Camp_Delta_Standard_Operating_Procedure)>. Acesso em 14 out 2015.

<sup>27</sup> Disponível em: <[https://wikileaks.org/wiki/Guantanamo\\_document\\_confirms\\_psychological\\_torture](https://wikileaks.org/wiki/Guantanamo_document_confirms_psychological_torture)>. Acesso em 14 out 2015.

<sup>28</sup> O *Julius Bär Group* é o mesmo banco que o Deputado Federal brasileiro, Eduardo Cunha, é acusado de ter contas com dinheiro não declarado e o mesmo usado por ex-diretores da estatal brasileira – Petrobras – com nomes envolvidos em casos de desvio de verbas. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/cunha-usou-mesmo-banco-que-ex-diretores-da-petrobras-na-suica>>. Acesso em 14 out 2015.

<sup>29</sup> Disponível em: <[https://wikileaks.org/wiki/Bank\\_Julius\\_Baer](https://wikileaks.org/wiki/Bank_Julius_Baer)>. Acesso em março 2016.

milhões de dólares, por cliente. O esquema funcionava através de um sistema complexo de subsidiárias e transações financeiras, as quais eram camufladas pelo banco. O interesse do banco não era só proteger os clientes, mas a si mesmo, já que também lucrava com essa operação (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 16).

A complicação a que nos referimos foi ocasionada pela disputa judicial que se seguiu. A alegação dos advogados do banco suíço era de que os segredos de negócios tinham sido roubados por um ex-funcionário e, por isso, violavam um acordo de confidencialidade. De certa maneira, a argumentação é verdadeira. Rudolf Elmer, antigo funcionário do *Julius Bär Group* nas ilhas Caimã foi quem forneceu os documentos. Ele não buscava anonimato, mas visibilidade (LEIGH; HARDING, 2011, p. 71). O juiz aceitou a argumentação e o *site* da *Wikileaks* foi retirado do ar. Isso só foi possível, pois o domínio “wikileaks.org” estava registrado na Califórnia, estado dos Estados Unidos e no qual a ação foi protocolada.

O apoio da sociedade foi fundamental para reverter a situação, pois houve enorme indignação popular e o *site* foi espelhado em centenas de outros servidores<sup>30</sup> que eram indicados nas reportagens que clamavam pela liberdade de expressão. Dez dias depois, o juiz reverteu a liminar. “No mínimo, a pressão pública provavelmente foi responsável por isso” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 19). Depois de uma semana, o grupo suíço retirou a queixa. A *Wikileaks* ainda publicou toda a correspondência entre ela e os advogados do banco<sup>31</sup> e o dano dessa exposição foi maior para os suíços do que se tivessem apenas aceitado a primeira publicação, já que só conseguiram jogar mais luz sobre si mesmos (LEIGH; HARDING, 2011, p. 71). Nesse sentido, foi uma importante vitória para uma organização quase sem recursos que enfrentou um gigante econômico.

[...] o caso do Banco *Julius Bär*, que nos envolveu num grande processo judicial em São Francisco. Nós de um lado, e, de outro lado, uma potência suíça do setor financeiro tentando nos derrubar. Nós ganhamos, e isso custou o IPO deles nos Estados Unidos (ASSANGE, 2015, p. 103).

O IPO, ao qual Assange se refere, é uma sigla em inglês para *Initial Public Offering* e é quando uma empresa vende pela primeira vez ações para o público. O grupo suíço cancelou seu lançamento de ações no mercado norte-americano depois dessa polêmica. Assange,

---

<sup>30</sup> Domingos e Couto (2011, p. 16) contabilizaram 1.246 servidores espelhos da *Wikileaks*.

<sup>31</sup> Disponível em: <[https://wikileaks.org/wiki/Bank\\_Julius\\_Baer\\_vs.\\_Wikileaks](https://wikileaks.org/wiki/Bank_Julius_Baer_vs._Wikileaks)>. Acesso em 14 out 2015.

representando a *Wikileaks*, ainda foi premiado por um grupo que luta pela liberdade de expressão, *Index on Censorship*<sup>32</sup> (LEIGH; HARDING, 2011, p. 71).

Antes de 2010, ainda existem dois casos que valem a pena ser citados, quais sejam, a corrupção no Quênia e a crise bancária na Islândia. Suas consequências conseguiram, de fato, mudar realidades. Por esse motivo debruçar-nos-emos sobre essas situações no próximo capítulo. A *Wikileaks* estava atuante, recebendo prêmios internacionais e causando mudanças concretas, mesmo assim não conseguia ter sucesso o suficiente para se sustentar, visto que obtém seus recursos através de doações. Então, devido a problemas financeiros, a organização realizou uma pausa forçada em dezembro de 2009 e lançou a campanha: “We protect the world – but will you protect us?”<sup>33</sup>, na qual pediu contribuições para continuar suas atividades. “No fim de 2009, o *Wikileaks* continuava lutando por uma reputação” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 73). Durante a pausa forçada da organização, chegaram até seus gestores os documentos que propiciaram a criação do vídeo “*Collateral Murder*”<sup>34</sup>.

Existem dois vídeos que podem corresponder a esse nome. Um é a versão completa do “combate”, sem edições e possui quase quarenta minutos. O outro, com dezessete minutos, é uma versão editada – foi a primeira vez que a *Wikileaks* editou um documento vazado – dos acontecimentos e marca a mudança de estratégia da organização. Foi esse vídeo que foi reproduzido mais de quinze milhões de vezes no *site* YouTube<sup>35</sup>. O critério dos vazamentos havia sido alterado, agora a *Wikileaks* passaria a se concentrar nos que tivessem maior valor midiático (ARAÚJO, 2013, p. 91). Em relação ao conteúdo dos vídeos, ele mostra a visão de um helicóptero estadunidense, modelo AH-64 Apache, enquanto dispara sobre um grupo de pessoas. Os militares acreditaram que essas pessoas seriam combatentes ao confundirem a lente de uma câmera que carregavam com um armamento. Posteriormente, chegou um grupo em uma van com o intuito de ajudar os feridos e também foi alvejado. Havia duas crianças no veículo. “Ao todo, doze pessoas morreram naquela única ocasião. Os dois filhos pequenos do motorista da van foram feridos, mas sobreviveram” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 75).

O que fez com que o vídeo realmente gerasse muita repercussão foram os diálogos entre os militares e o fato de todos os mortos serem civis – entre eles haviam dois repórteres da agência de notícias *Reuters*. Os soldados clamavam aos seus superiores para que os

---

<sup>32</sup> É uma organização internacional que promove e defende o direito da liberdade de expressão. Site oficial da organização: <<https://www.indexoncensorship.org/>>. Acesso em 21 março 2016. Lista dos premiados em 2008: <<https://www.indexoncensorship.org/index-on-censorship-awards-archive/index-on-censorship-award-winners-2008/>>. Acesso em 22 março 2016.

<sup>33</sup> “Nós protegemos o mundo, mas você irá nos proteger?” (tradução nossa).

<sup>34</sup> Assassinato Colateral. Disponível em: <<https://collateralmurder.wikileaks.org/>>. Acesso em 15 out 2015.

<sup>35</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5rXPrfnU3G0>>. Acesso em 15 out 2015.

deixassem atirar quando a van chegou até o local<sup>36</sup> e, ao saberem que crianças haviam sido atingidas disseram: “bem, a culpa é deles por trazerem os filhos para uma batalha”<sup>37</sup>. A *Reuters* havia requisitado ao governo norte-americano o vídeo de quando seus funcionários foram mortos, mas só havia lhes sido entregue uma versão curta que não mostrava que os iraquianos não estavam armados e nem os disparos realizados à van que foi ajudar.

Os vazamentos do WikiLeaks comprovam que a mentira foi componente utilizado também durante a condução da guerra, cujos nefastos resultados assolam aquele país, a região como um todo e a legitimidade do poder americano mundo afora (KNICKMEYER, 2010 apud SPEKTOR, 2011, p. 21). Mais especificamente, revelam com detalhes gráficos o tipo de violação sistemática de direitos humanos que a intervenção americana no Iraque facilitou ou ignorou (GREENWALD, 2010 apud SPEKTOR, 2011, p. 21).

A *Wikileaks* comprovou a veracidade dos fatos enviando funcionários ao Iraque, Kristinn Hrafnsson e Ingi Ingason (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 148).

Os jornalistas que haviam ido até Bagdá [...] haviam encontrado as duas crianças da van. Elas viviam a um quarteirão do local do ataque e o pai as levava para a escola naquela manhã. “Elas se lembraram do bombardeio, sentiram muita dor, disseram, e perderam a consciência”, escreveu um dos jornalistas (LEIGH; HARDING, 2011, p. 78).

Depois da divulgação do vídeo realizada por Assange, em Washington, no dia 5 de abril, a *Wikileaks* viu sua história mudar. O que antes era um problema, a falta de recursos financeiros, nunca mais trouxe dificuldades para o funcionamento da organização.

O vídeo “*Collateral Murder*”, com o qual encerramos nossa pausa forçada em abril de 2010, atraiu, em duas semanas, US\$100 mil em doações. No segundo semestre de 2010, já havia na conta US\$600 mil. Minha última informação é que, nos melhores tempos, a fundação havia recebido mais de US\$1 milhão. Até setembro, ou seja, até o momento no qual deixei o projeto, havíamos gastado - US\$75 mil desse montante, investidos em hardware e despesas de viagem (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 118).

Nesse momento surge a figura de Chelsea Manning. Chelsea servia o Exército norte-americano no leste de Bagdá e ocupava o cargo de analista de inteligência. Na época os computadores norte-americanos da área de inteligência faziam parte de uma rede de compartilhamento de informações, por isso, um funcionário do Exército poderia ter acesso a informações diplomáticas, por exemplo. Chelsea possuía dois *laptops* militares, cada um com

<sup>36</sup> Pode ser visto aos nove minutos e trinta e sete segundos do vídeo editado.

<sup>37</sup> Pode ser visto aos quinze minutos e trinta segundos do vídeo editado.

acesso a uma rede diferente de informações. Um estava conectado à *Secret Internet Protocol Router Network*, que era utilizado pelo Departamento de Defesa e de Estado estadunidenses para compartilharem informações de modo seguro (LEIGH; HARDING, 2011, p. 33). E, o outro, lhe permitia acesso ao *Joint Worldwide Intelligence Communications System*, cujo funcionamento pode ser descrito como uma espécie de funil para mensagens confidenciais (LEIGH; HARDING, 2011, p. 33). Esse procedimento foi estabelecido depois dos atentados de 11 de setembro, nos Estados Unidos, e visava melhorar a comunicação entre as várias agências de inteligência, para que não ocorresse novamente o desencontro de conhecimentos, considerado uma das causas da não previsão dos ataques.

Chelsea considera que o que a fez questionar, “[...] repensar o mundo mais que qualquer outra coisa, foi ver os quinze presos levados para a Polícia Federal do Iraque por imprimir ‘literatura anti-iraquiana’” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 93). Investigando, ela descobriu que se tratava de críticas acadêmicas bem-intencionadas e falavam sobre o desvio de dinheiro realizado pelo Primeiro-Ministro iraquiano. Ao contar a situação para seu oficial, foi lhe mandada calar-se e pensar em uma maneira de como ajudar os policiais federais a conseguirem mais presos. Ao se deparar com mais situações com as quais não concordava, a analista de inteligência entrou em contato com Julian Assange e passou a funcionar como uma fonte para a *Wikileaks*. Essas informações são derivadas das conversas de Chelsea com Adrian Lamo (LEIGH; HARDING, 2011), um hacker que havia sido punido por ter invadido alguns computadores de empresas, como os do *The New York Times*.

Se a *Wikileaks* garante anonimato absoluto para suas fontes, como Chelsea Manning foi descoberta? Justamente por essas conversas com Lamo. Não foi a ingenuidade que a fez se entregar. Chelsea estava sob um momento de forte de pressão, se automedicando, e com a sensação de que nada lhe restava (LEIGH; HARDING, 2011, p. 81). Dentro dessas conversas, Chelsea forneceu informações que poderiam a identificar – como onde servia, situações que tinham ocorrido com ela – e a incriminar, como dizer que funcionou como uma fonte da *Wikileaks*. Lamo entregou Chelsea para as Forças Armadas dos Estados Unidos por acreditar que era seu dever patriótico: “eu não teria feito isso se vidas não estivessem em jogo” (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 90).

Os dados entregues por Mannig à *Wikileaks* continham um novo conjunto de informações sobre os presos de Guantánamo<sup>38</sup>, Diários de Guerra do Afeganistão e Iraque<sup>39</sup> e

---

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://wikileaks.org/gitmo/>>. Acesso em 15 out 2015.

<sup>39</sup> Disponível em: <<https://wardiaries.wikileaks.org/>>. Acesso em 15 out 2015.

os telegramas diplomáticos<sup>40</sup>. Após a divulgação do vídeo *Collateral Murder*, Manning disse a Lamo o que esperava acontecer: “com sorte, haverá discussão, debates e mudanças em todo o mundo. Se não, estamos condenados como espécie. Se nada acontecer, vou desistir da sociedade que temos” (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 92).

Chelsea foi presa no Iraque e levada para a Base dos Fuzileiros Navais em Quântico, na Virgínia. As condições as quais foi submetida são questionáveis. Ela era vigiada “24 horas por dia, 23 delas na solitária, não podendo sequer se exercitar. Um carcereiro destacado exclusivamente para ele cuida para que se mantenha assim” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 153). “David House, uma das únicas pessoas que podem visitá-lo, afirma ter testemunhado a deterioração – mental e física – do soldado durante os meses de encarceramento” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 97). Juan Mendez, relator especial das Nações Unidas sobre tortura, considerou “cruel, inumano e degradante o tratamento e que viola o artigo 16 da Convenção contra a tortura”<sup>41</sup> (PILKINGTON, 2012, tradução nossa). Ela foi acusada de

[...]transferir dados sigilosos para o computador pessoal e instalar *software* não autorizado num sistema de computador sigiloso, em conexão com o vazamento do vídeo de um ataque de helicóptero no Iraque em 2007”, além de “comunicar, transmitir e fornecer informações sobre a defesa nacional a uma fonte não autorizada e divulgar informações sigilosas sobre a defesa nacional, que se acredita que poderiam trazer prejuízos aos Estados Unidos (LEIGH; HARDING, 2011, p. 96).

Manning foi julgada em Junho de 2013 e considerada culpada de dezessete das trinta e quatro acusações, sendo condenada a trinta e cinco anos de prisão (ASSANGE, 2015, p. 155). Atualmente ela recorre da sentença no Tribunal de Apelações Criminais do Exército dos Estados Unidos.

Com o que vimos até agora podemos perceber que a *Wikileaks* não é uma organização antiamericana, como muitos disseram (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 116). Porém, os vazamentos que ganharam maiores repercussões foram os documentos classificados dos Estados Unidos e fornecidos por Chelsea Manning. Mesmo que o conteúdo deles seja relevante, até mesmo chocante, foi a mídia a grande responsável por essa exposição. Em 2010, um relatório<sup>42</sup> produzido em 2008 por um ciberanalista da contrainteligência do Exército norte-americano foi publicado pela *Wikileaks* (LEIGH; HARDING, 2011, p. 82). Ele

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://search.wikileaks.org/plusd/>>. Acesso em 15 out 2015.

<sup>41</sup> “*Cruel, inhuman and degrading treatment in violation of article 16 of the convention against torture*” (no original).

<sup>42</sup> Disponível em: <[https://wikileaks.org/wiki/U.S.\\_Intelligence\\_planned\\_to\\_destroy\\_WikiLeaks,\\_18\\_Mar\\_2008](https://wikileaks.org/wiki/U.S._Intelligence_planned_to_destroy_WikiLeaks,_18_Mar_2008)>. Acesso em 16 out 2015.



trazia recomendações de como combater a organização e recomendava localizar e punir os informantes. Não houve maiores preocupações do governo dos Estados Unidos com a *Wikileaks* depois disso, até as publicações dos diários de Guerra do Afeganistão.

Seguindo com a estratégia de obter a maior exposição possível para os seus vazamentos, a *Wikileaks* começou a negociar com os maiores veículos de informação do mundo para trabalharem em conjunto. Eles foram muito importantes no processo. Alguns deles, por exemplo, forneceram equipes inteiras para ajudar na edição dos documentos, com o intuito de retirar nomes de informantes e dados que pudessem os identificar. O processo foi, por diversas vezes, complicado, e não é nosso objetivo aprofundar nessa questão. David Leigh e Luke Harding (2011) eram funcionários do *The Guardian* naquele período – o primeiro ocupava o cargo de Diretor Investigativo e, o segundo, era correspondente em Moscou do jornal – e realizam uma descrição detalhada da complexidade desse processo, até mesmo por estarem envolvidos nele.

A primeira mídia a aceitar a parceria foi o *The Guardian* que resultou “numa extraordinária – embora algumas vezes tensa – parceria entre um grande jornal e o *Wikileaks* – um novo modelo de cooperação para a publicação do maior vazamento do mundo” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 105). “Através de parceria com grandes conglomerados de mídia como The New York Times, The Guardian, Le Monde, Al Jazeera e Der Spiegel, entre outros, os vazamentos realizados pela organização alcançaram maior visibilidade” (ARAÚJO, 2013, p. 13). Araújo (THE ATLANTIC WIRE, 2011 apud ARAÚJO, 2013, p. 14) expõe que até 25 de abril de 2011, metade dos assuntos tratados no *The New York Times* eram baseados nos documentos fornecidos pela *Wikileaks*.

Os Diários do Afeganistão foram divulgados em 25 de julho de 2010. Sua grande importância é que pouco se sabia desse campo de batalha até então. Eles mostraram, por exemplo, a verdade de um ataque aéreo mal sucedido que havia matado sete crianças. Na realidade não houve um ataque aéreo, foi o teste de um novo sistema de mísseis e executado pela Força-Tarefa 373, conhecida por ser uma obscura tropa de matadores (LEIGH; HARDING, 2011, p. 123). Outra informação que veio à tona foi o excessivo uso da força contra civis por parte dos militares britânicos (LEIGH; HARDING, 2011, p. 129). Os diários de guerra, desse modo, são significativos por mostrarem a realidade. Mas também, não são a mais pura verdade. Quando os militares redigiam seus relatórios, “às vezes, de modo sinistro, os civis mortos eram registrados como ‘inimigos’. Isso evitava perguntas incômodas para as tropas” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 114). Porém, ainda sim, é importante ter acesso a esses documentos classificados, “pois o governo dos Estados Unidos tem uma longa história de

carimbar informações como secretas, para esconder trapalhadas ou encobrir erros embaraçosos” (KELLER, 2010 apud RODRIGUES, 2011, p. 35).

No total, o material era composto por 90 mil documentos do comando central dos militares americanos, entre eles relatórios de campo, informações sobre batalhas armadas e ataques aéreos, informações sobre incidentes suspeitos e os conhecidos *Threat Reports*. Nenhum jornal, livro ou documentário havia conseguido, até aquele momento, prestar informações tão concretas sobre a Guerra do Afeganistão, ainda mais em primeira mão (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 168).

A publicação desses documentos do Afeganistão colocou a *Wikileaks* em evidência nos Estados Unidos. Começou-se a dizer que o *site* possuía “sangue nas mãos” por ter colocado a vida em risco dos informantes norte-americanos (LEIGH; HARDING, 2011; DOMSCHEIT-BERG, 2011; LIMA, 2012). E, assim, a *Wikileaks* ia se tornando um inimigo para esse Estado. Nesse período, durante agosto de 2010, Julian Assange estava na Suécia para participar de um seminário. Foi durante essa viagem que Julian foi acusado de ter cometido dois crimes sexuais, por conseguinte, seus desdobramentos culminaram com sua fuga para a embaixada do Equador em junho de 2012.

Após sair da Suécia, Assange e a *Wikileaks* se dedicaram à publicação dos Diários de Guerra do Iraque. Assange fez a publicação dos Diários em Londres, em 22 de outubro de 2010, e contou com grande cobertura midiática, visto que depois das acusações recebidas, Assange fez a *Wikileaks* ficar conhecida no mundo todo. “Na verdade, foi o ataque do Pentágono contra nós e, por mais engraçado que seja, as acusações de crime sexual na Suécia que fizeram da gente um nome conhecido mundialmente, com 84% de reconhecimento ao redor do mundo<sup>43</sup>” (ASSANGE, 2015, p. 111). Foram divulgados 391.832 documentos que versavam sobre os anos de 2004 a 2009 (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 229).

Os Diários de Guerra do Iraque são importantes por causa dos números que eles traziam. O governo estadunidense e o britânico se recusavam a informar o número de mortes civis desde o início da guerra (LEIGH; HARDING, 2011, p. 133).

Os diários mostraram que havia mais de 109.000 mortes violentas entre 2004 e o fim de 2009. Elas incluíam 66.081 civis, 23.984 pessoas classificadas como “inimigas”, 15.196 membros das forças de segurança iraquianas e 3.771 das tropas de coalizão. Esses números parecem contradizer as alegações anteriores de que os Estados Unidos não mantêm registros de civis mortos<sup>44</sup> (BBC, 2010, tradução nossa).

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://archive.is/BnV1S>>. Acesso em 29 março 2016.

<sup>44</sup> “The logs showed there were more than 109,000 violent deaths between 2004 and the end of 2009. They included 66,081 civilians, 23,984 people classed as “enemy”, 15,196 members of the Iraqi security forces, and 3,771 coalition troops. The figures appear to contradict earlier claims that the US did not keep records of civilians killed” (no original).

Leigh e Harding (2011, p. 134) pontuam que esse número ainda é muito baixo. Isso decorre do fato de essa base de dados se iniciar em 2004, ou seja, um ano após o começo da invasão – período que deve ter contado com elevado número de baixas – e terminar em 31 de dezembro de 2009. Ainda demonstram que em certos casos o número de civis mortos não foi contabilizado, como na batalha que ocorreu na cidade de Falluja, e que civis foram erroneamente registrados como combatentes, a exemplo dos dois funcionários da *Reuters* mostrados no vídeo *Collateral Murder*.

Outro importante fato que pode ser visto nos Diários de Guerra iraquianos, foi que o país ainda possuía diversos casos de tortura. Ao contrário das alegações dos Estados Unidos e seus aliados de que tinham salvado os iraquianos de um Estado policial gerido por Saddam Hussein, o legado das tropas ocidentais foi uma força policial iraquiana que continuava a “prender, abusar e assassinar seus próprios cidadãos, quase como se Saddam nunca tivesse sido deposto” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 136). “Eles demonstram a aparente tortura de detentos iraquianos pelas autoridades iraquianas, às vezes usando eletrocussão, furadeiras elétricas e em alguns casos até executando detentos”<sup>45</sup> (BBC, 2010, tradução nossa). As forças de invasão são responsáveis, já que possuem política formal de ignorar as alegações de tortura (DAVIES *et al.*, 2010). “Eles registram que ‘nenhuma investigação é necessária’ e simplesmente transmitem os relatórios às mesmas unidades iraquianas envolvidas nos atos de violência”<sup>46</sup> (DAVIES *et al.*, 2010, tradução nossa).

A publicação dos telegramas diplomáticos, o *Cablegate*, ocorreu pouco mais de um mês depois, no dia 28 de novembro em um domínio feito especialmente para essa publicação, “cablegate.org”. “A página explicava que aquelas eram comunicações sigilosas, do período entre 1966 até o fim de fevereiro de 2010, entre 274 embaixadas de todo o mundo e o Departamento de Estado americano” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 240). Seu conteúdo era variado, continha descrição de líderes de governo, de negociações, de bastidores de eventos internacionais e demonstravam os interesses e preocupações geopolíticas dos Estados Unidos. Sobre os motivos de publicar os documentos, o *The New York Times* (2010, s.p., tradução nossa) afirmou:

---

<sup>45</sup> “Describe the apparent torture of Iraqi detainees by the Iraqi authorities, sometimes using electrocution, electric drills and in some cases even executing detainees” (no original).

<sup>46</sup> “They record “no investigation is necessary” and simply pass reports to the same Iraqi units implicated in the violence” (no original).

[...] os telegramas contam a história, sem retoques, de como o governo toma suas principais decisões, que custam ao país, sobretudo, vidas e dinheiro. Eles esclarecem as motivações – e, em alguns casos, a duplicidade – dos aliados no outro extremo do “galanteio” e do auxílio internacional norte-americano. Eles iluminam a diplomacia em torno de duas guerras atuais e de diversos países, como o Paquistão e o Iêmen, onde cresce o envolvimento das Forças Armadas norte-americanas. Por mais assustador que seja publicar tal material contra as objeções oficiais, seria arrogância concluir que os americanos não têm o direito de saber o que está sendo feito em seu nome<sup>47</sup>.

A partir desse momento a *Wikileaks* entrava definitivamente no radar estadunidense e diversas falas de agentes norte-americanos pediam que a organização fosse punida – essas falas serão analisadas em outros tópicos. Uma série de ataques ao *site* foi iniciada. Primeiramente, um dia após a publicação dos telegramas, a organização foi vítima de um ataque *hacker* massivo (LEIGH; HARDING, 2011, p. 204). Cedendo a pressões políticas, a Amazon retirou os servidores da *Wikileaks* do ar (LEIGH; HARDING, 2011, p. 205), o sistema postal suíço encerrou a conta bancária de Assange (LEIGH; HARDING, 2011, p. 206) e o PayPal, a Visa e o Mastercard suspenderam a conta da *Wikileaks*, ou seja, a organização estava impossibilitada de receber doações (LEIGH; HARDING, 2011, p. 207).

Os telegramas trouxeram muitas histórias importantes à tona. Foi mostrado, por exemplo, que os Estados Unidos espionavam a ONU e seu secretário geral, Ban Kin-moon. Os telegramas solicitavam que se adquirisse informações confidenciais sobre os principais funcionários da ONU, como dados biométricos, senhas, códigos de criptografia e números de cartão de crédito<sup>48</sup> (LEIGH; HARDING, 2011, p. 214). Também diziam que a Rússia era um país corrupto e antidemocrático, que era uma cleptocracia centrada na liderança de Putin. As autoridades, os oligarcas e o crime organizado se ligariam em um Estado mafioso<sup>49</sup> (HARDING, 2010). Em relação ao Reino Unido, foi demonstrado a relação desigual entre esse país e os Estados Unidos. Era interessante que os Estados Unidos “continuassem a satisfazer as fantasias britânicas de que a relação entre os dois países era especial” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 222).

Outros eventos envolvendo desvio de verbas também podem ser vistos. “Um dos exemplos mais chocantes foi o de Omar al-Bashir, Presidente do Sudão. A informação era de

<sup>47</sup> “[...] the cables tell the unvarnished story of how the government makes its biggest decisions, the decisions that cost the country most heavily in lives and money. They shed light on the motivations – and, in some cases, duplicity – of allies on the receiving end of American courtship and foreign aid. They illuminate the diplomacy surrounding two current wars and several countries, like Pakistan and Yemen, where American military involvement is growing. As daunting as it is to publish such material over official objections, it would be presumptuous to conclude that Americans have no right to know what is being done in their name” (no original).

<sup>48</sup> Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09STATE80163\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09STATE80163_a.html)>. Acesso em 29 março 2016.

<sup>49</sup> Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/10MOSCOW317\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/10MOSCOW317_a.html)>. Acesso em 29 março 2016.

que ele desviara nove bilhões de dólares do país e guardara parte do dinheiro em bancos londrinos”<sup>50</sup> (LEIGH; HARDING, 2011, p. 222). Outro telegrama dizia que o então Vice-Presidente do Afeganistão, Ahmad Zia Massoud, tinha sido barrado e interrogado em Dubai por estar viajando com 52 milhões de dólares em dinheiro<sup>51</sup>. Ele foi interrogado e liberado (LEIGH; HARDING, 2011, p. 224).

Havia, também, informações sobre empresas. O Vice-Presidente da Shell para a África subsaariana, por exemplo, se gabava por ter introduzido membros em todos os principais ministérios do governo da Nigéria<sup>52</sup> (LEIGH; HARDING, 2011, p. 224). Desse modo, a Shell estava sempre bem preparada para disputar quando o governo nigeriano abria a concorrência para a disputa de concessões de petróleo. Outra empresa citada é a Pfizer, do ramo farmacêutico. Um telegrama dizia que a empresa queria descobrir evidências de corrupção contra o procurador-geral da Nigéria para pressioná-lo a retirar os processos em que estava envolvida sobre um experimento clínico controverso relacionado a crianças com meningite<sup>53</sup> (LEIGH; HARDING, 2011, p. 225).

Daniel Domscheit-Berg (2011) aponta que as reportagens iniciais baseadas nos telegramas falavam sobre assuntos banais, fofocas dos diplomatas americanos sobre políticos. “Sarkozy, sensível e autoritário, Putin, o macho alfa, a falta de criatividade de Angela Merkel, a inexperiência de Westerwelle e Berlusconi, fanfarrão e vaidoso” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 240). Talvez isso se deva ao fato de que “o chamado ‘grande público’, por exemplo, pouco afeito aos detalhes da política externa, tende a limitar seu interesse aos aspectos inusitados ou pitorescos contidos nessas comunicações” (RODRIGUES, 2011, p. 35).

As maiores críticas aos vazamentos diziam que eles só mostravam o óbvio, eram entediantes confidências diplomáticas, havia pouca ilegalidade em seu conteúdo que justificasse o vazamento e ainda o governo estadunidense dizia que colocava vidas em risco (LEIGH; HARDING, 2011, p. 211). Contudo, essas informações eram importantes em países com baixa liberdade de imprensa e foram fundamentais para informar a população, por exemplo, na Tunísia. Além disso, a população, de maneira geral, não tem conhecimento do que acontece nos círculos de poder. Seja por falta de interesse, oportunidade ou porque os governantes não desejam que a população saiba o que acontece nos bastidores.

---

<sup>50</sup> Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09USUNNEWYORK306\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09USUNNEWYORK306_a.html)>. Acesso em 29 março 2016.

<sup>51</sup> Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09KABUL3364\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09KABUL3364_a.html)>. Acesso em 29 março 2016.

<sup>52</sup> Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09ABUJA1907\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09ABUJA1907_a.html)>. Acesso em 29 março 2016.

<sup>53</sup> Disponível em: <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09ABUJA671\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09ABUJA671_a.html)>. Acesso em 29 março 2016.

Para estes, em questões de política externa a sociedade pode saber de alguma coisa, mas não precisa saber muito, e nunca saber tudo. Em alguns casos, os governantes não se inibem mesmo em engabelar a opinião pública com meias-verdade, ou mesmo absolutas mentiras. Exemplos dessa prática não são raros, inclusive envolvendo países que proclamam, no âmbito de sua política interna, as excelências da democracia e da transparência (RODRIGUES, 2011, p. 32).

Mearsheimer (2012, p. 83), contudo, enxerga no Estado e na elite governante um elemento capaz de mobilizar a população a agir em determinado momento como resposta a certo evento. “Em suma, a população geral pode estar sujeita a uma combinação de ignorância, estupidez e covardia. Quando isso acontece, de acordo com essa lógica, as elites governantes têm que dar um empurrão em seu povo a fim de que ele se levante para enfrentar o desafio” (MEARSHEIMER, 2012, p. 83).

Então, depois de todos esses vazamentos, Chelsea Manning estava presa e Julian Assange retido na embaixada do Equador em Londres. Desse modo, a *Wikileaks* não teve outros vazamentos importantes ou que tiveram repercussão tão grande como os de 2010, até junho de 2013.

Desde a publicação dos documentos militares e diplomáticos em 2009 e em 2010 que o fizeram famoso, o grupo lançou vários outros arquivos de menor impacto: documentos sobre o comércio de equipamentos de espionagem; e-mails internos de uma empresa de consultoria de segurança americana, Stratfor; milhões de e-mails enviados pelo governo sírio e por funcionários de negócios; e uma biblioteca de telegramas enviados e recebidos por Henry Kissinger, o ex-Secretário de Estado, embora a maioria deles já fossem públicos<sup>54</sup> (SHANE, 2013, tradução nossa).

Contudo, nesse caso, de 2013, a *Wikileaks* desempenhou um papel mais para coadjuvante do que para protagonista. Edward Snowden, responsável por tornar públicos os documentos que ficaram conhecidos como o escândalo de espionagem dos Estados Unidos<sup>55</sup>, escolheu o jornalista Gleen Greenwald – na época trabalhava para o *The Guardian* – e a jornalista e cineasta Laura Poitras para trabalhar em parceria na divulgação dessas informações. Snowden chegou a pensar em entregá-los para a *Wikileaks*, mas acabou

---

<sup>54</sup> “Since publishing the military and diplomatic documents in 2009 and 2010 that made it famous, the group has released several lower-profile collections: documents on commercial spying equipment; internal e-mails of an American security consulting company, Stratfor; millions of e-mails sent by Syrian government and business officials; and a library of cables to and from Henry Kissinger, the former secretary of state, though most of those were already public” (no original).

<sup>55</sup> Eles podem ser acessados em: <<https://search.edwardsnowden.com/>>. Acesso em 30 março de 2016. A *Electronic Frontier Foundation* também realiza um trabalho de agrupamento de todos os documentos vazados por Snowden que se encontram difundidos na internet. Pode ser acessado em: <<https://www EFF.org/nsa-spying/nsadocs>>. Acesso em 30 março de 2016.

rejeitando a ideia já que o *site* estava fora do ar e Assange sob vigilância na embaixada do Equador (HARDING, 2014).

Gleen Greenwald começou a realizar as primeiras publicações no início de Junho, através do *The Guardian*, que trabalhou em parceria com o *The Washington Post*. Nesse momento Snowden estava em Hong Kong para onde tinha ido no dia 20 de maio de 2013 (G1, 2014), já com tudo planejado para realizar os vazamentos. A grande diferença desse vazamento dos outros realizados pela *Wikileaks*, é que dos anteriores (Diários de Guerra do Afeganistão e Iraque e o *Cablegate*) apenas 6% eram secretos. Os realizados por Snowden eram compostos por documentos classificados como “altamente secretos” (HARDING, 2014). Não se sabe ao certo quando começou seu envolvimento com a *Wikileaks*, mas ele fica evidente no trabalho realizado pela organização para que Snowden deixasse a China.

*Wikileaks* mais uma vez apoderou-se dos holofotes mundiais no domingo ao ajudar Edward Snowden em sua fuga ousada de Hong Kong, criando, assim, uma defesa corajosa da cultura das divulgações dos documentos sobre a segurança nacional que vêm defendendo, e, que também atormentam os Estados Unidos e outros governos<sup>56</sup> (SHANE, 2013, tradução nossa).

Sarah Harrison, editora da *Wikileaks* e que também trabalha na equipe jurídica da organização, acompanhou Edward Snowden no voo para Moscou (SHANE, 2013). Assange foi o responsável por elaborar um plano que garantisse que Snowden pudesse conseguir asilo em algum lugar. Julian obteve com Fidel Narvaez, Cônsul equatoriano em Londres, documentos de salvo-conduto para o Equador destinados a Snowden, que foram levados para Hong Kong por Sarah Harrison (HARDING, 2014). Para chegar ao Equador, o itinerário escolhido foi o que passava pela Rússia, escolha que pode ter vindo de Julian Assange (HARDING, 2014). “O americano ficou na área de trânsito do aeroporto de Sheremetyevo por 40 dias, em um ‘limbo’ jurídico, uma vez que não tinha documentos para entrar em território russo – seu passaporte havia sido revogado pelos Estados Unidos” (G1, 2014). No dia 16 de julho, Snowden pediu asilo temporário à Rússia que foi concedido no dia 1º de agosto e, assim, pôde deixar o aeroporto (G1, 2014). Em 2014 seu asilo político foi prorrogado para mais três anos (OPERAMUNDI, 2014).

---

<sup>56</sup> “WikiLeaks once again seized the global spotlight on Sunday by assisting Edward J. Snowden in his daring flight from Hong Kong, mounting a bold defense of the culture of national security disclosures that it has championed and that has bedeviled the United States and other governments” (no original).

Sobre o conteúdo dos vazamentos, eles mostravam o funcionamento de variados programas de vigilância do governo estadunidense e em parcerias com outras agências de inteligência no mundo. Alguns exemplos são os programas: PRISM, XKeyscore e Tempora.

O programa PRISM propiciava à comunidade de inteligência dos Estados Unidos acesso a um sem número de informações digitais, como e-mails e mensagens das maiores redes sociais (HARDING, 2014). As empresas envolvidas eram: Facebook, Google, Skype, Apple, YouTube, AOL, Paltalk, Yahoo! e Microsoft (GREENWALD, 2014). O que torna as revelações sobre o PRISM importante é que o governo estadunidense concedia à Agência Nacional de Segurança (NSA, sigla em inglês) obter o que desejasse dessas empresas, as quais tinham se tornado o principal meio de comunicação de inúmeras pessoas em todo o mundo (GREENWALD, 2014). As empresas de tecnologia negaram que cooperavam com o governo estadunidense e alegaram só repassar as informações requisitadas via ordem judicial sob o âmbito da FISA (GREENWALD, 2014; HARDING, 2014).

O PRISM funciona sem a necessidade de mandados individuais, juízes federais dão ampla aprovação ao programa sob a Lei FISA (HARDING, 2014). FISA significa Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira e foi criada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1978 (GREENWALD, 2014). A Lei de Emendas FISA – legislação que rege a vigilância da NSA –, de 2008, permite que as comunicações de norte-americanos sejam rastreadas sem mandado individual, desde que ocorram entre um norte-americano e um estrangeiro alvo de monitoramento. As coletas de material envolvendo só cidadãos estadunidenses foram consideradas pela NSA como acidentais. Contudo, quando o governo Bush solicitou ao Congresso esse poder de monitoramento, foi explicitado que as comunicações de maior interesse eram as dos próprios estadunidenses (GREENWALD, 2014).

O programa XKeyscore permitia aos analistas da NSA colocar qualquer usuário da rede de dados como alvo de monitoramento extenso, possibilitando a leitura de todos os seus e-mails, ou até mesmo dos e-mails que o alvo fosse destinatário ou que fosse citado no corpo do texto (GREENWALD, 2014). A NSA, trabalhando em conjunto com a Central de Comunicações do Governo (GCHQ, sigla em inglês), serviço de inteligência britânica, realizava o programa Tempora. Trata-se de uma interceptação em massa de dados de comunicação, que era capaz de acessar e armazenar grande volume de dados, como registros de chamadas telefônicas, conteúdos de e-mail, históricos de navegação (GREENWALD, 2014). O governo dos Estados Unidos pagava milhões de libras para ter acesso e influência nos programas de coleta de dados da inteligência britânica (GREENWALD, 2014). Por fim, podemos mencionar o programa *Boundless Informant*, que mostra como a NSA contabiliza



todas as chamadas e e-mails coletados todos os dias no mundo inteiro (GREENWALD, 2014). Em um mês, por exemplo, eles podiam coletar 500 milhões de dados na Alemanha, 2,3 bilhões no Brasil e 13,5 bilhões na Índia (GREENWALD, 2014).

Essa quantidade de informações e o acesso a elas concede, aos governantes estadunidenses, facilidade em mentir para seus cidadãos, bem como manipular a opinião pública, visto que possuem conhecimentos que a população não tem acesso.

É razoavelmente fácil para os políticos mentir para seu povo. Para começar, eles controlam o aparato de inteligência do Estado, o que lhes dá acesso a importantes informações de que o povo não dispõe e não tem como obter, pelo menos a curto prazo. Os políticos, portanto, podem manipular o fluxo de informações para a população de várias formas, e a maioria das pessoas estará inclinada a acreditar no que seus líderes lhe dizem, a menos que haja provas concretas de que está sendo enganada (MEARSHEIMER, 2012, p. 85).

O fato é que a NSA podia controlar grande parte do tráfego global de informações e podia grampear praticamente qualquer pessoa. Snowden diz que de sua mesa podia grampear de um contador até um juiz federal ou mesmo um Presidente, bastando para isso ter um endereço de e-mail pessoal (GREENWALD, 2014). O que fica evidente na espionagem realizada ao diplomata brasileiro Roberto Azevêdo, quando concorria ao cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio<sup>57</sup>. E também na vigilância realizada à Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff<sup>58</sup>, e à Chanceler da Alemanha, Angela Merkel e aos seus Ministros<sup>59</sup>. Justificados como necessários no combate ao terrorismo, o fato é que durante dez anos eles não fizeram diferença para prevenir nem ao menos um ataque terrorista, como demonstrado por duas auditorias contratadas pela Casa Branca em resposta à divulgação dos documentos da NSA (NAKASHIMA, 2014).

### 3.2 Julian Paul Assange

Julian Paul Assange nasceu no dia 3 de Julho de 1971, na cidade Townsville, estado de Queensland, localizado no nordeste da Austrália. Julian não teve contato com seu pai biológico até completar 25 anos (LEIGH; HARDING, 2011, p. 46). Seu sobrenome é derivado do diretor de teatro Brett Assange, com quem sua mãe se casou quando Julian tinha

<sup>57</sup> Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/economia/noticias/1668755-azevedo-foi-espionado-quando-concorria-a-omc>>. Acesso em 31 março de 2016.

<sup>58</sup> Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/09/02/dilma-foi-alvo-de-espionagem-dos-eua-diz-reportagem.htm>>. Acesso em 31 março de 2016.

<sup>59</sup> Disponível em: <<http://www.theguardian.com/media/2015/jul/02/wikileaks-us-spied-on-angela-merkels-ministers-too-says-german-newspaper>>. Acesso em 31 março de 2016.

um ano (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 25). Sua infância foi conturbada, mudou várias vezes de residência e frequentou várias escolas, sendo até mesmo educado em casa (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 26). Isso está muito relacionado com outro homem que a mãe de Julian, Christine, se relacionou, Keith Hamilton. Ele fazia parte de uma seita – chamada “A Família” – que recolhia crianças e convencia as mães a entregarem os filhos. O tratamento que essas crianças recebiam é condenável (LEIGH; HARDING, 2011, p. 49). Quando Christine decidiu se separar de Keith, ele começou a persegui-la por disputar a guarda do meio-irmão de Julian Assange, o que fez com que tivessem de fugir e mudar de cidade várias vezes.

Tal condição fez com que Julian não dispusesse de uma educação formal, mas sim de uma formação familiar e educacional incomum, até mesmo por ter mudado 37 vezes de escola (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 28). Seus ideais ativistas podem ter sido herdados da mãe. Christine saiu de casa aos 17 anos, depois de queimar seus livros escolares (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 28). Ela esteve envolvida no movimento que conseguiu interromper a exploração de uma área remanescente de floresta tropical virgem na Austrália, que foi a primeira vitória do movimento ecológico australiano (LEIGH; HARDING, 2011, p. 48). Christine também teve seu carro jogado para fora da estrada após deixar um encontro de manifestantes antinucleares (LEIGH; HARDING, 2011, p. 49).

Aos 16 anos, quando morava em Melbourne, Julian frequentou um programa pra crianças superdotadas, quando conheceu aquela que viria a ser sua namorada (LEIGH; HARDING, 2011, p. 50). Também, aos 16, começou atuar como *hacker*, atendendo pelo nome *Mendax* (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 26). *Mendax*, do latim, significa “dado a mentiras” e a sua raiz dá origem a palavra “mentiroso” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 52). “Tirado de uma citação do poeta romano Horácio (65-8 a.C.): ‘*splendide mendax*’, que traduzido significa ‘nobrememente mentiroso’” (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 26). Também pode ser traduzido como “mentiroso esplêndido” ou “falácia gloriosa” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 52).

As relações humanas foram, para Assange, desestruturas e sempre muito temporárias. Contudo, o meio eletrônico, o universo dos computadores, era previsível. “Na vida eletrônica, Assange era um deus” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 52). Em 1989, os hackers de Melbourne conseguiram invadir o sistema da Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (NASA,

sigla em inglês) dos Estados Unidos, inserindo nele um *worm*<sup>60</sup> com a sigla WANK (LEIGH; HARDING, 2011, p. 53). A sigla significa *Worms Against Nuclear Killers*, em português: *Worms* contra Assassinos Nucleares. Assange provavelmente esteve envolvido nesse episódio, embora sua participação nunca tenha sido provada (LEIGH; HARDING, 2011, p. 53). Um fato curioso é que dentro da mensagem que o *worm* WANK propagava havia uma letra de uma música da banda Midnight Oil, a favorita de Julian Assange (WE STEAL, 2013).

“Em 1991, Assange talvez fosse o melhor hacker da Austrália” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 53), como demonstrando pelos seus outros grandes feitos no mundo cibernético. Ele hackeou o terminal principal da Nortel (LEIGH; HARDING, 2011, p. 54; DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 26), empresa canadense de equipamentos de telecomunicações; invadiu o complexo militar-industrial norte-americano (LEIGH; HARDING, 2011, p. 54); o quartel-general do 7º Grupo de Comando da Força Aérea dos Estados Unidos (LEIGH; HARDING, 2011, p. 54; DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 26); o Instituto de Pesquisa de Stanford, o Centro Naval de Guerra de Superfície, na Virgínia; a fábrica de sistemas técnicos aeroespaciais da Lockheed Martin e ainda outras instituições militares confidenciais (LEIGH; HARDING, 2011, p. 54).

Em relação à sua educação superior formal, Assange frequentou, entre 1999 e 2006, a Universidade de Melbourne na qual estudou física e matemática (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 28). Leigh e Harding (2011, p. 57) apontam que esse período se deu entre 2003 e 2006. Ele ainda cursou filosofia e neurociência, contudo nunca se formou em nenhum curso e teve notas baixas na maioria das matérias da faculdade de matemática (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 28). O fato de ter frequentado o curso de matemática é o que dá suporte para que, por vezes, alguns se refiram a Assange como um matemático.

Quando Julian Assange tinha 18 anos, a sua namorada, conhecida no programa para crianças superdotadas, ficou grávida. Eles se casaram e decidiram cuidar juntos de seu filho, Daniel (LEIGH; HARDING, 2011, p. 51). Aos 20 anos, em 1991, Assange viu sua casa ser invadida pela Polícia Federal Australiana, que também tinha grampeado suas linhas telefônicas (LEIGH; HARDING, 2011, p. 54; DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 26). Julian confessou todas as invasões que havia realizado. Em 1994 ele foi formalmente acusado e as audiências ocorreram em 1996 (LEIGH; HARDING, 2011, p. 54). Durante esse período a esposa de Assange o deixou, levando Daniel com ela, o que não foi muito bem aceito por

---

<sup>60</sup> Um *worm* é um programa parecido com um vírus. A diferença é que o primeiro é um programa completo, não precisando de outro para se propagar e autorreplicar. Já o vírus infecta um programa e necessita desse hospedeiro para se alastrar.

Julian. “Assange foi hospitalizado com depressão. Durante algum tempo, dormiu em parques, vagando pelos bosques de eucaliptos do Parque Nacional de Dandenong Ranges” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 51).

Julian Assange se considerou culpado das 24 acusações de *hacking* das quais respondia (LEIGH; HARDING, 2011, p. 54; DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 26). A pena escolhida pelo juiz foi uma multa no valor de 2.100 dólares australianos e uma advertência de que se voltasse a hackear seria preso (LEIGH; HARDING, 2011, p. 54; DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 26). Essa pena tão branda é mérito da defesa de Assange, que trouxe a tona a difícil infância de Julian e demonstrou que os atos não visavam lucro pessoal, ou seja, não era algo malicioso e sim movido pela curiosidade intelectual (LEIGH; HARDING, 2011, p. 55). “O juiz avisou que se Julian não tivesse tido uma infância perturbada, iria para a cadeia por pelo menos 10 anos” (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 26).

Julgado, Assange decidiu brigar pela guarda de seu filho e o acesso às informações do caso se transformou em uma luta com o Estado australiano. Nesse contexto, Assange e sua mãe criaram o *Parent Inquiry Into Child Protection*<sup>61</sup> que se tratava de um grupo responsável por manter um banco de dados para informações de processos envolvendo a custódia de crianças na Austrália, visto que, essas informações eram consideradas inacessíveis por outros meios (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 27). Julian Assange obteve a guarda exclusiva de seu filho e passou a viver com a pensão de pai solteiro paga pelo governo australiano. Posteriormente, criou um site que oferecia dicas sobre segurança digital – *Best of Security* – que em 1996 tinha cinco mil assinantes (LEIGH; HARDING, 2011, p. 56).

Antes de seu desejo de informação livre na internet se materializar na forma da *Wikileaks*, ele se materializou de outras formas. Em 1993, Assange começou o desenvolvimento de um dos primeiros provedores de serviço de internet da Austrália, o *Suburbia Public Access Network* (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 27). “Assange foi coautor de diversos *softwares* gratuitos, como parte do que se tornaria o Movimento pelo Código Aberto. (Entre eles, incluem-se o *software* de *cache* da Usenet NNTPCache e o Surfraw, uma interface de comando por linha para mecanismos de busca na *web*.)” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 56). Ele também criou o programa Strobe, que se tratava do primeiro *scanner* grátis e de fonte aberta e também contribuiu com emendas para o projeto PostgreSQL<sup>62</sup> (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 27). O sistema de criptografia ambígua Rubberhose foi inventando por

---

<sup>61</sup> Investigação Paterna para Proteção à Criança (tradução nossa).

<sup>62</sup> Site do projeto: <<http://www.postgresql.org/>>. Acesso em 4 abril 2016. Trata-se de um sistema desenvolvido com código aberto para gerenciar bancos de dados objeto-relacionais.

Assange e alguns outros colaboradores. “A ideia era muito simples: que os ativistas de direitos humanos que enfrentassem tortura pudessem entregar uma senha para uma camada de informação. Os torturadores não perceberiam que havia outra camada embaixo” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 56).

“Em 2006, Assange fundou o *Wikileaks*. Nessa época, ele escreveu dois ensaios sobre a filosofia por trás de seu novo projeto. Disse ele que, para mudar radicalmente o comportamento do regime vigente, devemos pensar com clareza e ousadia” (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 29). A história da *Wikileaks* já foi apresentada e ela se mistura com a de Assange nesse momento. O interessante é notar como as histórias se mesclaram, como Julian se tornou a figura pública da organização, o que lhe rendeu grande fama e muitos prêmios e quase todos os ônus sofridos pela organização. Talvez tenha sido suas falas entusiasmadas, ou o fato de se considerar o único responsável pela organização que levaram à personificação do *site* em sua figura, o que gerou a batalha entre o governo estadunidense e o australiano. A ponto de, no julgamento sobre os assédios sexuais, seu advogado de defesa ter dito que havia um risco real de Assange ser detido em Guantánamo e de que pudesse ser condenado à pena de morte (LEIGH; HARDING, 2011, p. 242). Essa personificação é extremamente necessária, tanto para a mídia ter um rosto de quem falar, quanto para um processo judicial. Afinal, como notificar uma organização que só existe no mundo virtual, sem sede, com vários servidores espelhos, com a localização do servidor principal muito tempo mantida em sigilo e que não se sabe ao certo quem são as pessoas que a administram?

Essa personificação também rendeu muitos prêmios a Assange. Em 2008, foi vencedor do *Index on Censorship* do *The Economist* (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 30). Já, em 2009, ganhou o *Amnesty International UK Media Awards* (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 30). O *Sam Adams Award*, prêmio concedido por oficiais aposentados da Agência Central de Inteligência (CIA, sigla em inglês) para aqueles que tenham tido uma posição de integridade e ética envolvendo questões de inteligência foi entregue à Assange em 2010 (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 30). Nesse mesmo ano ficou em 23º lugar na lista da revista *New Statesman* das 50 figuras mais influentes do mundo (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 30). Ainda em 2010, foi eleito a Pessoa do Ano pela revista *Time* (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 31) e o astro de rock do ano da edição italiana da revista *Rolling Stone* (LEIGH; HARDING, 2011, p. 250).

David Leigh e Luke Harding (2011) versam bastante sobre a personalidade de Assange, principalmente, ao mostrarem como ela atrapalhou a negociação entre os jornais e Julian a respeito dos vazamentos realizados pela *Wikileaks* em 2010. Eles demonstram a

preocupação de Assange quanto a estar sendo vigiado, sua instabilidade emocional e dificuldade de manter a palavra em relação aos acordos feitos para a publicação. Daniel Domscheit-Berg (2011), que trabalhou na *Wikileaks* e foi muito próximo de Assange, também versa sobre sua personalidade complicada. Demonstra a enorme preocupação de Julian, chegando a se parecer com uma paranoia, em relação a segurança do *site* e o chamou de ditador (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 205). Pode ser notado que essa caracterização de Julian como uma pessoa com problemas é muito respaldada na sua difícil infância e adolescência. Contudo, ela também não pode ser encarada de maneira ingênua, não se questionando uma possível campanha de difamação. Não se esquecendo desse ponto, também não podemos ignorar essas descrições de Julian Assange, que são atribuídas por muitas pessoas que trabalharam com ele, principalmente no que diz respeito ao seu trato com as mulheres.

Ao estarem em Londres com Assange, David Leigh e Luke Harding (2011, p. 149) puderam notar que a atitude de Julian para com as mulheres era, como descrita por eles, inquieta e predatória, contrastando do seu comportamento normalmente indiferente. Birgitta Jónsdóttir, parlamentar islandesa que atuou junto com a *Wikileaks*, disse que Assange devia ser compreendido, tendo em mente a cultura de onde vinha, por o considerar um australiano clássico, “no sentido de que é um pouco machista” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 150). É importante a apresentação desses fatos para que as acusações de assédio sexuais possam ser entendidas em sua totalidade.

Assange chegou a Estocolmo no dia 11 de agosto de 2010 e ficou na casa cedida por uma moça que estava viajando, porém ela voltou antes do tempo previsto e acabou se envolvendo com Assange. Durante sua estadia na Suécia, Julian Assange conheceu outra mulher com a qual também veio a ter relações. A semelhança entre os dois casos é que o australiano se recusou a usar preservativo e manteve relações sexuais com uma delas enquanto estava adormecida, o que é crime na Suécia (LEIGH; HARDING, 2011, p. 158). O relato desses acontecimentos é feito por David Leigh e Luke Harding (2011), que apresentam maiores detalhes do caso, inclusive apresentando transcrições de depoimentos dos envolvidos e de testemunhas.

Por terem mantido relações sexuais sem preservativo, as duas mulheres pediram a Julian que realizasse um teste para saber se era soropositivo, caso contrário iriam buscar alternativas legais (LEIGH; HARDING, 2011, p. 160). Julian se negou, porém, após refletir disse que aceitaria, mas nesse momento elas já tinham ido à delegacia em busca de amparo jurídico. Leigh e Harding (2011) apontam que na delegacia foi passado para as vítimas que

elas não poderiam simplesmente pedir para Julian realizar o teste e a polícia insistiu para que o caso fosse passado a um promotor, o qual emitiu um pedido de prisão preventiva para Assange na sexta-feira, 20 de agosto (LEIGH; HARDING, 2011, p. 161). Posteriormente, a promotoria foi criticada por sua atitude no caso, vista como inadequada e radical. No final de semana uma promotora sueca retirou o pedido de prisão e substituiu as acusações, no dia 24 de agosto, diminuídas para o caso de assédio sexual envolvendo somente uma mulher (LEIGH; HARDING, 2011, p. 164). No dia 30 de agosto, Assange prestou um depoimento voluntário para a justiça sueca, porém, dias depois um advogado contratado pelas duas envolvidas reabriu os dois casos (LEIGH; HARDING, 2011, p. 165).

Julian Assange voltou para Londres, onde trabalhava em parceria com o *The Guardian* para a divulgação dos Diários de Guerra do Iraque. Lá, Julian recebeu um pedido de prisão expedido pelos promotores suecos no dia 6 de dezembro (LEIGH; HARDING, 2011, p. 229). Anteriormente, “em 30 de novembro, a Interpol distribuiu em 188 países uma notificação vermelha que conclamava a todos que soubessem do paradeiro de Assange para que entrassem em contato com a polícia” (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 32). As alegações contra Julian eram uma de “coerção ilegal, duas alegações de assédio sexual e uma alegação de estupro, todas supostamente cometidas em agosto de 2010” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 230). No dia 7 de dezembro, Assange se entregou para a Polícia Metropolitana em Londres e teve seu destino julgado na Corte de Magistrados de Westminster, que negou a possibilidade de fiança e Assange foi conduzido para a prisão de Wandsworth.

A notícia que a fiança de Assange tinha sido negada gerou repercussão muito grande, na qual várias pessoas se uniram em solidariedade a Julian. No dia 14 de dezembro, Julian foi novamente julgado e, dessa vez, a fiança foi concedida. Contudo, os representantes suecos recorreram, o que manteve Assange por mais dois dias na prisão (LEIGH; HARDING, 2011, p. 236; DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 33). No dia 16 de dezembro, após uma mobilização de algumas personalidades, Julian Assange consegue o montante necessário para a fiança e deixa Wandsworth – em direção a Ellingham, casa de Vaughan Smith, que já havia o abrigado anteriormente –, mas sob certas condições.

O juiz anunciou que a fiança seria “concedida sob certas condições”, que se mostraram relativamente onerosas: tornozeleira eletrônica, toque de recolher à tarde e à noite e a exigência de comparecer a delegacia de polícia de Bungay, próximo a Ellingham, entre seis da tarde e oito da noite, diariamente. Ah, e duzentas mil libras em espécie (LEIGH; HARDING, 2011, p. 236).

Em Ellingham, Assange recorreu de todas as formas, que a justiça britânica lhe concedia, ao pedido de prisão sueco. Durante esse tempo as investigações do caso ficaram suspensas, pois as autoridades suecas se recusaram a ouvir o depoimento de Julian na embaixada e insistiram no pedido de prisão (JUSTICE4ASSANGE, 2016). Para que as investigações continuassem, o depoimento de Assange seria fundamental. Então, por 550 dias, Assange esteve retido em prisão domiciliar na casa de Vaughan Smith (SANTOS, 2016). Julian viu seu caso ser julgado pela Corte Distrital e pela Corte de Apelações até que ela chegasse a Suprema Corte Britânica, que considerou, no dia 16 de junho de 2012, que o pedido de prisão era válido (JUSTICE4ASSANGE, 2016). Foi concedido a Julian Assange 14 dias para recorrer à Corte Europeia de Direitos Humanos, mas as autoridades suecas recorreram para que o número de dias fosse reduzido para zero (JUSTICE4ASSANGE, 2016).

No dia 19 de junho de 2012, Assange entrou na embaixada do Equador, alegando que haveria grandes riscos de que fosse extraditado para os Estados Unidos caso fosse levado para a Suécia (JUSTICE4ASSANGE, 2016). O asilo foi concedido no dia 16 de agosto, baseando-se nos argumentos de possibilidade de Julian ser condenado à prisão perpétua nos Estados Unidos e de também receber um tratamento degradante, como o sofrido por Chelsea Manning (JUSTICE4ASSANGE, 2016). Contudo, mesmo com o asilo concedido a Assange, o Reino Unido não assegurou direito de salvo-conduto para que Julian deixasse o país e se dirigisse ao Equador, por essa questão o australiano não pôde mais deixar a embaixada correndo risco de ser preso. O mesmo governo britânico “[...] que no ano 2000 deu passagem segura ao ex-ditador chileno Augusto Pinochet, então procurado na França, na Espanha, na Suíça e na Bélgica” (CARTACAPITAL, 2012).

Mesmo com o asilo sendo concedido, Julia Assange não tem garantido seu salvo-conduto para o Equador. O governo do Reino Unido argumentou que o asilo diplomático é uma instituição reconhecida apenas na América Latina e que não está obrigado à Convenção de Caracas. Consequentemente, eles irão prender o Senhor Julian Assange caso ele tente deixar a embaixada do Equador. O governo do Reino Unido, também, diz estar agindo sob as regras pertencentes ao Mandado de Detenção Europeu (EAW, sigla em inglês), o qual ele está obrigado. Com a Suécia não retirando o Mandado de Detenção Europeu, nem a Interpol retirando a notificação vermelha, o Reino Unido têm de prender o Senhor Assange caso ele deixe a embaixada<sup>63</sup> (SANTOS, 2016, tradução nossa).

---

<sup>63</sup> “The asylum being granted, Julian Assange was not guaranteed safe passage to Ecuador. The UK government argued that diplomatic asylum was an institution known only to Latin America and that it was not bound by the Caracas Convention. Consequently, it would arrest Mr Assange should he attempt to leave the Ecuadorean Embassy. The UK, additionally, was also acting upon rules pertaining to the EAW, and to which it is bound. With Sweden not withdrawing the EAW, nor the INTERPOL Red Flag notice, the UK had to arrest Mr Assange if he left the embassy” (no original).



A promotoria sueca encerrou, no dia 13 de agosto de 2015, parte das acusações a Julian Assange. Foram encerradas as investigações relacionadas aos assédios sexuais – visto que ocorreu o vencimento do prazo da apresentação de acusações formais – e mantida a denúncia de estupro, que só irá prescrever em 2020 (OPERAMUNDI, 2015a). Somente no dia 11 de dezembro de 2015 que o governo equatoriano e sueco entraram em acordo para autorizar o interrogatório de Julian Assange dentro da embaixada equatoriana (OPERAMUNDI, 2015b), que dar-se-á sob a legislação do Equador.

Em relação à vigilância que o governo britânico colocou sobre Assange, até fevereiro de 2015, o contribuinte britânico tinha sido onerado em mais de 10 milhões de libras para que ela pudesse se manter (G1, 2015). “Mais de oito milhões de refeições gratuitas, 39.000 noites de hospitalização ou o salário anual de 459 professores: este é o custo para o contribuinte britânico da vigilância do ciberativista desde junho de 2012” (G1, 2015). Apesar de em outubro de 2015, a Scotland Yard ter dito que não manteria mais oficiais fora da embaixada equatoriana – que à essa época os custos com a vigilância passavam os 12 milhões de libras – (BBC, 2015), o *site* “<http://govwaste.co.uk>” continua a contabilizar os gastos britânicos com a vigilância de Julian Assange e indicava, no dia 11 de Abril de 2016, 14.488.688,00 de libras gastas.

No dia 12 de setembro de 2014, Julian Assange enviou uma petição<sup>64</sup> ao Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenções Arbitrárias, cuja principal alegação era estar detido sem ter sido formalmente acusado. O que representa uma detenção é o fato de ter recebido asilo equatoriano e, mesmo assim, não ter salvo-conduto para se dirigir ao Equador, desse modo não podendo deixar o prédio sem o risco de ser preso. No início de fevereiro de 2016, o Grupo considerou a detenção de Assange arbitrária e mantida pela Suécia e pelo Reino Unido (UOL, 2016a). “‘As diferentes formas de privação de liberdade às quais Assange se submeteu constituem uma forma de detenção arbitrária’, explicou o sul-coreano Seong-Phil Hong, que dirige o painel. ‘O grupo de trabalho estima que a detenção arbitrária de Assange deve cessar’, acrescentou” (UOL, 2016a). Contudo, o Reino Unido disse que a decisão do grupo de trabalho não muda nada e não irá acatá-la (UOL, 2016b). Completa 2000 dias o tempo que Assange teve sua liberdade restringida na data 29 de maio de 2016.

---

<sup>64</sup> Disponível em: <<https://justice4assange.com/IMG/pdf/assange-wgad.pdf>>. Acesso em 11 de Abril de 2016.

#### 4 WIKILEAKS – vazamentos e mudança social

Neste capítulo iremos analisar alguns vazamentos realizados pela *Wikileaks* e as repercussões que eles tiveram, gerando movimentos em busca de mudança. A principal importância desse capítulo é demonstrar que a *Wikileaks* possui capacidade desestabilizadora e por esse motivo se configuraria como uma ameaça no Sistema Internacional estando, assim, suscetível à securitização.

Esse é um dos maiores problemas que pode ser notado quanto ao estudo da organização, suas repercussões. Não parece ser a maior preocupação dos analistas observar o que os vazamentos causaram – ou poderiam causar – e os seus conteúdos. Eles se voltam para a incapacidade dos Estados em controlarem suas informações. Alguns meios de comunicação disseram até que os telegramas diplomáticos não têm qualquer conteúdo informativo (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 249). Os motivos para isso não são claros. Talvez pelo governo estadunidense ter avisado às suas instituições acadêmicas que os estudantes que desejassem seguir carreira pública deveriam evitar o conteúdo divulgado pela *Wikileaks*, em suas pesquisas e atividades na internet (MACASKILL, 2010). Talvez, outro motivo, seja o alto teor realista<sup>65</sup> das perspectivas de que partem os estudiosos. Isso poderia explicar porque Lafer (2011) só se preocupa em demonstrar a importância do sigilo na diplomacia em sua análise sobre a *Wikileaks*, a razão de William Waack (2011) ter se voltado para a transparência e os segredos entre os Estados e Paulo Roberto de Almeida (2011, s.p.), no seu pequeno ensaio de comentários pessoais, ter pedido uma “punição exemplar pela amplitude das malfeitorias cometidas”.

Contudo, quem mais parece enxergar a realidade é Castells. O sociólogo entende que o maior problema que a *Wikileaks* vem a gerar não é entre Estados, mas sim, entre Estados e a população, até mesmo porque “[...] nada revelado coloca em perigo a paz mundial e nem era ignorado nos círculos de poder”<sup>66</sup> (CASTELLS, 2010, s.p., tradução nossa). A grande questão do debate deve ser o direito do cidadão saber o que pensam e o que fazem seus governantes (CASTELLS, 2010). E as novas tecnologias da informação estão a propiciar um espaço de liberdade na internet, no qual esses dados podem fluir.

O primeiro tópico desse capítulo visa analisar algumas mudanças geradas pela atuação da *Wikileaks*, bem como o que diz respeito às repercussões geradas pelos vazamentos

---

<sup>65</sup> Com o termo realista, nos referimos à teoria realista das Relações Internacionais, a qual considera o Estado o centro e único elemento importante da análise.

<sup>66</sup> “Nada de lo revelado pone en peligro la paz mundial ni era ignorado en los círculos de poder” (no original).

realizados pela organização. O segundo tópico trata-se de uma análise da importância da informação para a população e como essa informação poderia gerar mudanças no âmbito interno dos Estados e, também, no Sistema Internacional.

#### 4.1 Vazamentos e repercussões

“Notável é como o céu não caiu, apesar da enorme quantidade de informações liberada durante meses” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 22). As repercussões dos vazamentos realizados pela *Wikileaks* tinham potencial para gerar um impacto muito maior, apesar de não o terem gerado. Como já mostrado, esse é um assunto de difícil análise, por haver poucos estudos. Contudo, se tinham potencial para realizar mais do que foi feito, alguma coisa foi feita. São algumas dessas repercussões que iremos analisar e compreender porque elas são tão importantes a ponto de algum ator desejar securitizar a ação da *Wikileaks* para que elas cessassem.

Lima (2012, p. 45-47) apresenta uma lista com 23 repercussões geradas pela atuação da *Wikileaks*. São elas:

A CIA teria criado uma força-tarefa para lidar com os vazamentos (CIA, 2010); O WikiLeaks foi indicado ao prêmio Nobel 2011 (LISTA, 2011); O ex-líder líbio Muammar Kadafi, em um pronunciamento, culpou o WikiLeaks pela queda de seu aliado na Tunísia, Zine al-Abidine Ben Ali (WEAVER, 2011); O Primeiro-ministro indiano precisou dar explicações depois que telegramas diplomáticos divulgados descreviam casos de corrupção (INDIAN, 2011); Devido ao perigo representado pela divulgação de informações sigilosas, diversas pessoas, como ativistas, jornalistas e funcionários de governo foram realocadas (QUINN; COONEY, 2011); O porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Philip J. Crowley pediu demissão depois de criticar o Pentágono devido às condições de detenção do soldado Bradley Manning (MURTA, 2011; YOUNG, 2011); O embaixador dos Estados Unidos no México renunciou devido à revelação de documentos nos quais ele dizia duvidar da capacidade do governo mexicano em combater o narcotráfico (OLSON, 2011); A embaixadora dos EUA no Equador foi expulsa devido a vazamento de documento contendo afirmação de que a polícia no país é corrupta, o que seria de conhecimento do presidente (EMBAIXADORA, 2011; EQUADOR, 2011); O embaixador americano na Líbia foi retirado devido a declarações sobre uma acompanhante do então líder Muammar Kadafi (LEIGH; HARDING, 2011); Críticas ao presidente do Turcomenistão fizeram com que a embaixadora dos Estados Unidos naquele país fosse transferida (LEIGH; HARDING, 2011); É provável que um dos fatores que levaram às manifestações na Tunísia, que seria o primeiro dos países do norte da África a ser impactado pela chamada Primavera Árabe, tenha relação com informações veiculadas sobre corrupção por parte do governo, o que faria desta a “primeira revolução do WikiLeaks” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 228, 247); O relator especial da ONU sobre tortura emitiu advertência, usada contra regimes autoritários, aos Estados Unidos, por não ter conseguido visitar e verificar as condições de aprisionamento do soldado Bradley Manning (VAZADOR, 2011); Um diretor da rede de tv do Qatar Al Jazeera teria sido substituído após a divulgação de um telegrama americano pelo WikiLeaks indicando que o diretor havia modificado a cobertura da emissora da rede da guerra do Iraque em resposta à pressão dos Estados Unidos (KIRKPATRICK, 2011); Al Jazeera criou um serviço

dedicado ao recebimento de documentos nos mesmos moldes do WikiLeaks e o chamou de “Unidade de Transparência” (Transparency Unit) seu site; O jornal brasileiro Folha de São Paulo criou o Folhaleaks para receber informações anônimas; O jornal The Wall Street Journal criou o site Safe House para o envio de documentos sigilosos; O Balkan Leaks afirma se inspirar no WikiLeaks e se dedicar a promover a transparência e a combater a corrupção na região dos Bálcãs; O Brussels Leaks tem como alvo a União Europeia; O Indo Leaks, a Indonésia; O RuLeaks, a Rússia; O Trade Leaks pretende fazer no comércio o que o WikiLeaks fez na política; O Openleaks é uma espécie de dissidente criado por ex-colaboradores de Assange; O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em outubro de 2011, determinou uma revisão nos procedimentos de acesso a informações pelas agências de segurança americanas, com o objetivo de evitar futuros vazamentos (DILANIAN, 2011; SCHMITT, 2011).

Leigh e Harding (2011) também apresentam outros desdobramentos dos vazamentos, como mudanças de embaixadores e falas de líderes mundiais. Eles se questionam: “Será que o Grande Vazamento dos telegramas estava mudando alguma coisa? O ano estava terminando e ainda era muito cedo para dizê-lo. O efeito a curto prazo certamente foi rápido em alguns casos, com diplomatas afastados e oficiais andando na corda bamba” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 226). Iremos, agora, analisar alguns casos específicos nos quais a atuação da *Wikileaks* foi importante para gerar mudanças efetivas.

Uma primeira mudança digna de nota, é que o modo de atuação *online* da *Wikileaks* a possibilita não respeitar certas regras que podem ser favoráveis à população, como evitar a censura. No caso do Banco *Julius Bär Group*, o *The Guardian* também havia publicado os documentos do grupo, contudo o jornal foi obrigado a retirá-los do ar. “Mas os documentos foram imediatamente divulgados na íntegra por Assange, tornando a obstrução inútil” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 71). O *The Guardian* e outros veículos de comunicação britânicos foram impedidos de dizer que os documentos estavam no *site* da *Wikileaks*, sendo necessário que um membro da Casa dos Lordes divulgasse a informação sob a proteção do privilégio parlamentar (LEIGH; HARDING, 2011, p. 72). Situação parecida ocorreu quando um relatório sobre o descarte de lixo tóxico foi proibido de ser divulgado pelo *The Guardian*, mas foi mostrado pela *Wikileaks*. Ou seja, “[...] as ações draconianas se mostraram uma perda de tempo num mundo digitalmente globalizado” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 72).

Outra mudança que pode ser notada é no comportamento do grupo *Anonymous*<sup>67</sup>. De acordo com a Revista Info (2011 apud ARAÚJO, 2013, p. 16) foi somente após os acontecimentos com a *Wikileaks* que o grupo passou a ter um posicionamento mais político. A bandeira do grupo *Anonymous* é lutar contra a supressão de informação, por mais que por

---

<sup>67</sup> Twitter oficial da organização: <<https://twitter.com/AnonyOps>>. Acesso em 18 de abril de 2016.

vezes também cometessem atos considerados infantis, só com o intuito de se divertirem (LEIGH; HARDING, 2011, p. 208).

[...] o *Anonymous*, um grupo de cerca de três mil pessoas. Alguns eram *hackers*, especialistas no controle de *botnets*<sup>68</sup> de pequena escala; outros eram novatos na *net*, que buscavam uma causa para apoiar. Tratava-se de uma comunidade livre, formada, sobretudo por adolescentes, que tinham tempo de sobra, e pessoas mais velhas (quase todos homens), com mais bom senso e habilidades técnicas. A multidão do *Anonymous* era um grupo apenas em sentido amplo, escreveu o editor de tecnologia do *The Guardian*, Charles Arthur: “É mais como um rebanho em fuga, sem saber ao certo o que quer, mas certo de que não haverá obstáculos, até que eles chegam a um entrave insuperável e procuram outra coisa” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 207).

“O *Anonymous* – antes um meme<sup>69</sup> obscuro da internet – se tornou o aríete da ideologia política emergente da internet” (ASSANGE, 2015, p. 27). Isso fica evidente na “*Operation Payback*”<sup>70</sup>, que consistiu em “enormes manifestações de negação de serviço<sup>71</sup> por parte de uma juventude conectada até então apolítica” (ASSANGE, 2015, p. 27). “Esse evento foi algo novo – o equivalente, na internet, a uma manifestação política barulhenta” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 209). Os alvos do ataque foram empresas, como a Visa e a MasterCard, que estavam se recusando a prestar serviços para a *Wikileaks*, por exemplo, repassar doações para a organização.

Na ação intitulada *Payback Operation* (Operação Vingança), os websites das mesmas organizações financeiras, que outrora bloquearam as possibilidades de doações ao *Wikileaks*, receberam requisição além do que poderiam suportar e viram seus serviços ficarem inoperantes por algum tempo, o que foi o bastante para acumularem enormes prejuízos (GOMES, 2011, p. 174-175, apud ARAÚJO, 2013, p. 90).

Sobre os motivos de apoiar a *Wikileaks*, um representante do grupo disse para o *The New York Times*:

*Anonymous* está oferecendo suporte para a *Wikileaks*, não porque nós concordamos ou discordamos com os dados que estão sendo divulgados, mas porque nós repudiamos qualquer forma de censura na internet. Esse é o motivo de estarmos agindo contra essas empresas, visto que acreditamos que se deixarmos a *Wikileaks* cair sem uma luta, então, os governos irão pensar que eles podem simplesmente

<sup>68</sup> *Botnets* são programas que executam tarefas de maneira autônoma e automática.

<sup>69</sup> Uma ideia propagada na internet, seja em áudio, vídeo, foto ou também em frases e que esteja relacionado ao humor.

<sup>70</sup> “Operação Vingança” (tradução nossa).

<sup>71</sup> Quando há a tentativa de suprimir o funcionamento de um sistema ou de um *site* por meio da sobrecarga.

derrubar qualquer *site* que eles não desejem ou que discordem dele<sup>72</sup> (MACKEY, 2010, s.p., tradução nossa).

A *Wikileaks* também esteve envolvida em outro movimento que levou uma quantidade muito grande de pessoas a buscarem uma mudança de comportamento do Estado. Isso ocorreu em 2009, em relação à Lei de acesso na Alemanha. A *Wikileaks* estava envolvida no assunto, pois, em 2008, publicou uma lista de filtros de sistemas que bloqueavam acesso a determinadas páginas na internet de vários países como Tailândia, Noruega, Finlândia, Itália e Austrália (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 83). A importância dessa lista de filtros de conteúdo é por se tratar de uma espécie de censura. Em regimes autoritários é uma forma comum de se bloquear o acesso a informações contra o governo, mas também é usado em administrações democráticas para evitar o acesso a conteúdos violentos e a pornografia infantil, por exemplo.

Envolvidos nesse tema, a *Wikileaks* resolveu atuar quando, em 2009, a então Ministra da Família Alemã se preparava para apresentar uma lei visando a restrição de acesso a determinados conteúdos. Sem a fama atual que lhe concederia maior poder de atuação, a *Wikileaks* trabalhou junto com uma jovem alemã, Franziska, que difundiu um abaixo-assinado contra a assinatura da lei, “que ficaria conhecido como o abaixo-assinado on-line mais bem sucedido da República Federal da Alemanha” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 85). O movimento contra a lei gerou enorme apoio público e diversas manifestações fazendo com que a Ministra responsável convidasse Franziska e Daniel para duas reuniões, uma televisionada e outra a portas fechadas. Para Daniel Domscheit-Berg (2011, p. 89):

[...] a resistência contra a lei de bloqueio da internet foi uma das ações politicamente mais bem-sucedidas do meu período no WL. Isso mostrou com qual rapidez se podia formar uma pressão política. Tínhamos os fatos, Franziska era a ativista, e quatro semanas depois, estávamos sentados à mesa com a Ministra responsável, Ursula von der Leyen.

Como resultado, o então Presidente alemão, Horst Köhler, se negou a assinar a lei no final de novembro daquele ano (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 123). A negação da lei é importante por garantir a continuidade da liberdade na internet. Já que por mais que ela se embasasse na justificativa de dificultar o acesso a pornografia infantil e conteúdo violento,

---

<sup>72</sup> “Anonymous is supporting WikiLeaks not because we agree or disagree with the data that is being sent out, but we disagree with any form of censorship on the Internet. This is why we are acting against these companies as we believe that if we let WikiLeaks fall without a fight then governments will think they can just take down any sites they wish or disagree with” (no original).

trata-se de uma forma censura. Se a lei fosse aceita quem seria responsável por controlar qual conteúdo teria seu acesso proibido, ou qual *site* não poderia mais ser acessado? É uma questão complicada, como demonstramos ao apresentar o caso dos vazamentos realizados por Snowden, quando citamos Mearsheimer (2012) que elucida que é fácil para os políticos mentirem para seu povo, visto que “eles controlam o aparato de inteligência do Estado, o que lhes dá acesso a importantes informações de que o povo não dispõe e não tem como obter, pelo menos a curto prazo” (MEARSHEIMER, 2012, p. 85).

Um exemplo de mudança quantitativa, no sentido de que podemos ver os números da ação se intercambiando, foi no caso das eleições no Quênia, em 2007. Mwai Kibaki foi eleito Presidente do Quênia, em 2002, baseado na promessa de mudança, de acabar com a corrupção (BBCBRASIL, 2008). Mwai Kibaki tirava do poder Daniel arap Moi, depois de 24 anos no governo. “As eleições de 2002 foram amplamente elogiadas, depois de votações anteriores marcadas por alegações de irregularidades e violência étnica” (BBCBRASIL, 2008, s.p.). Esse foi o primeiro passo dado no sentido de recuperar a verba desviada no governo de Moi, que concedeu ao Quênia a reputação de um dos países mais corruptos do mundo (RICE, 2007).

Então, quando Mwai Kibaki assumiu o governo ele encomendou a empresa de investigação privada, Kroll, um relatório que analisasse toda a suposta corrupção cometida por Moi (LEIGH; HARDING, 2011, p. 67). “O relatório de 110 páginas da consultora internacional de riscos Kroll, visto pelo *The Guardian*, alega que parentes e associados do Senhor Moi desviaram mais de £1 bilhão do dinheiro do governo”<sup>73</sup> (RICE, 2007, s.p., tradução nossa). Esse relatório foi divulgado pela *Wikileaks* quando, em 2007, Julian Assange foi para o Quênia para poder ter acesso ao documento.

Ele lhe foi entregue por um grupo anticorrupção queniano, *Mars Group Kenya*, que tinha medo de divulgá-lo no próprio *site*, temendo represálias (LEIGH; HARDING, 2011, p. 67). Xan Rice (2007) aponta que, possivelmente, esse documento foi entregue por um alto funcionário do governo que ficou decepcionado com o não sucesso do governo de Kibaki em combater a corrupção e com a aliança forjada com o ex-presidente Moi para concorrer nas eleições de 2007. A *Wikileaks* publicou o relatório no seu *site*, sob o título: “Os bilhões desaparecidos no Quênia” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 68). A matéria também foi capa do jornal britânico *The Guardian*.

---

<sup>73</sup> “The 110-page report by the international risk consultancy Kroll, seen by the Guardian, alleges that relatives and associates of Mr Moi siphoned off more than £1bn of government money” (no original).

Sobre esses documentos nunca terem vindo à tona antes, Rice (2007) recorda que o governo Kibaki teve seu próprio escândalo, conhecido como Anglo Leasing, e envolvia grandes valores na concessão de contratos governamentais com empresas fictícias. “Desde então, nenhum dos parentes do Senhor Moi, ou aliados próximos, foram processados. Nenhum dinheiro foi recuperado. Três ou quatro ministros que resignaram após o escândalo do Anglo Leasing ser revelado foram reintegrados”<sup>74</sup> (RICE, 2007, s.p., tradução nossa). Assange (2010) pondera que o “[...] governo o engavetou [o relatório] e usou isso para a negociação política com Moi, que era o homem mais rico – e ainda é o homem mais rico – do Quênia”.

Sobre a repercussão que a divulgação dos vazamentos teve, Assange diz: “Sei com certeza que mudamos o resultado das eleições quenianas em 2007” (ASSANGE, 2015, p. 102). Leigh e Harding (2011, p. 68) apontam que houve uma mudança de 10% de intenção dos votos nas eleições no Quênia, isso é um número elevado, ainda mais se levarmos em consideração que a votação foi decidida por cerca de 2% de diferença. Apesar disso, Mwai Kibaki foi reeleito para um segundo mandato de cinco anos, em um processo eleitoral contestado e que envolveu o país na pior onda de violência dos últimos anos (BBCBRASIL, 2008). Assange aponta que essa mudança nos votos “[...] levou a uma série extraordinária de eventos, que acabou com uma revisão da estrutura de governo e da constituição do Quênia”<sup>75</sup> (OBRIST, 2011, s.p., tradução nossa).

Pontuando uma mudança quantitativa, considerando uma explícita mudança ou criação de uma legislação, ou melhora na atuação de governo, podemos falar do caso da Islândia. A situação na Islândia tem como contexto a crise financeira e bancária mundial iniciada em 2008<sup>76</sup>. Documentos do maior banco islandês à época, o *Kaupthing Bank*, foram enviados para a *Wikileaks* e publicados no início de agosto de 2009. Esses documentos mostravam “como os parceiros comerciais e as pessoas mais próximas ao banco haviam conseguido crédito em condições extremamente favoráveis pouco antes de o banco abrir falência” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 99).

Na prática isso significava que os favorecidos tinham realizados depósitos com pouca ou nenhuma caução e recebido milhões em troca, o que faria com que a população média

---

<sup>74</sup> “Since then, none of Mr Moi's relatives or close allies has been prosecuted. No money has been recovered. Three of the four ministers who resigned after the Anglo Leasing scandal was exposed have since been reinstated” (no original).

<sup>75</sup> “[...] leading to a rather extraordinary series of events, which ended with an overhaul of the structure of the government and the Kenyan constitution” (no original).

<sup>76</sup> Crise financeira iniciada em 2008 originada por sucessivas falências de instituições estadunidenses e europeias envolvidas com todo o sistema financeiro mundial. A onda de falência se relaciona com a crise imobiliária, em outros termos, ocorreu devido ao “estouro da bolha imobiliária” nos Estados Unidos.



tivesse que pagar a falência do seu Estado e dos fundos previdenciários, enquanto os banqueiros desfrutavam de uma posição favorável (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 99). Situação que o Estado islandês estava ciente. Isso gerou enorme indignação na sociedade islandesa que se organizou na forma de protestos. “O colapso financeiro da Islândia deixara atrás de si uma população enfurecida e ressentida, que parecia apreciar a transparência de Assange” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 76).

A *Wikileaks* passou a desfrutar de boa reputação no país e seus administradores foram chamados até lá para participarem de uma série de conferências e entrevistas. Sobre a questão dos vazamentos e da popularidade da organização eram os fatos que uma reportagem da emissora estatal islandesa Ríkisútvarpið, Radiotelevisão Nacional da Islândia, se debruçava. Mas, antes que o programa fosse ao ar, a emissora recebeu uma liminar impedindo que ela fosse transmitida (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 102). “Eles [o banco] obtiveram uma liminar na justiça – a primeira e única na história – proibindo a tevê estatal de divulgar a informação” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 76). Contudo, a emissora não deixou de se manifestar e leu a liminar em rede nacional, além de dizer que os documentos originais poderiam ser acessados no *site* da *Wikileaks* (WE STEAL, 2013).

“No dia seguinte, chegou para nós o convite do entrevistador mais famoso da Islândia, Egill Helgason” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 102). Durante essa entrevista, Assange e Daniel apresentaram sua ideia de transformar a Islândia no país com a mais avançada legislação de mídia do mundo. Smári McCarthy, programador islandês, recorda:

Como país, falhamos porque não compartilhávamos as informações de que necessitávamos. Tínhamos sede de informação, e o *Wikileaks* nos deu o impulso de que precisávamos. Tínhamos uma ideia, mas não sabíamos como fazer. Então eles vieram e nos disseram, e isso foi uma coisa incrivelmente valiosa. Eles são, sobretudo, ativistas da informação, que acreditam no poder do conhecimento, no poder da informação (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 76).

O projeto da iniciativa de mídia livre consistia:

[... a] ideia de porto livre midiático previa, da mesma forma que as ilhas costeiras nas quais vigoram para os bancos leis financeiras que incentivam os negócios, transformar a Islândia numa ilha costeira para informações livres – com leis que fossem especialmente vantajosas para empresas de mídia e prestadores de serviços de informações (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 103).

A questão de se escolher a Islândia como o local adequado para se tornar um porto de mídia livre não foi uma escolha aleatória, ou que se baseou apenas na boa recepção da

população para com a transparência. A Islândia estava disposta a ampliar sua rede de cabos submarinos, e conta com diversas usinas geotérmicas, ou seja, energia verde, que combinado com o clima frio do país se torna um local muito adequado para se instalar uma central de servidores (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 103,125). Os benefícios para o Estado islandês viriam de bons certificados de energia limpa, a criação de postos de trabalho e maior atratividade para investimentos externos, questão importante se lembrarmos que o país passava por uma crise econômica. Faltava a questão da segurança jurídica.

Nesse sentido surge a Iniciativa de Mídia Moderna Islandesa (IMMI). A IMMI “[...] objetiva colocar junto várias práticas boas de todo o mundo e incorporá-las em um único conjunto de leis”<sup>77</sup> (VALLENCE, 2010, s.p., tradução nossa). Alguns pontos que a legislação desejava criar eram: consolidar um prêmio para a liberdade de expressão; proteção dos intermediários, ou seja, os provedores de acesso a internet; assegurar proteção para os denunciadores e para as fontes; e, assim, estabelecer uma moderna lei de liberdade para a informação (IMMI, 2014).

Quem apoiou a *Wikileaks* nesse processo e trouxe a causa para si, foi a parlamentar islandesa Birgitta Jónsdóttir, que se tornou “a força propulsora da IMMI” (DOMSCHEIT-BERG, 2011, p. 125). A recepção da IMMI, nos momentos iniciais, não foi muito boa. A primeira reunião marcada por Birgitta para apresentar a ideia ao Parlamento islandês não teve muito sucesso e menos de cinco políticos apareceram. Também sofreu algumas críticas, principalmente, sobre como lidar com a questão do turismo difamatório. Contudo, com o tempo a ideia foi ganhando força e em 16 de junho de 2010, o Parlamento islandês aprovou uma proposta para que essa resolução parlamentar, a IMMI, fosse transformada em legislação pelo governo (IMMI, 2014).

Nem todos os pontos da IMMI inicial foram adotados e ainda continuam sendo discutidos no Parlamento e em comitês de trabalho, funcionando em conjunto com os Ministérios da Educação, da Ciência e Cultura (IMMI, 2014). O desejo de mudança se consubstanciou na criação do *International Modern Media Institute*<sup>78</sup>, em 2011, com o objetivo de continuar atuando para tornar a IMMI mais completa e promover uma melhor legislação de mídia em todo o mundo (IMMI, 2014). Sobre a implementação da IMMI, Assange disse: “Desconfio que a liberalização do ambiente de publicação é a mudança mais

---

<sup>77</sup> “[...] aims to pull together good practice from around the world and incorporate it into a single body of law” (no original).

<sup>78</sup> Site do instituto: <<https://en.immi.is/>>. Acesso em 20 de abril de 2016.

importante em que nos envolvemos e uma mudança que lutamos muitos anos para ter” (ASSANGE, 2015, p. 103).

Outra mudança qualitativa de grandes proporções que as repercussões dos vazamentos tiveram relação foi com a Primavera Árabe. Isso se deu, aos vazamentos terem influenciado em fatos que estiveram na origem desse movimento, na Tunísia. As repercussões na Tunísia se deram devido ao conteúdo dos telegramas norte-americanos divulgados. “Os relatórios da embaixada norte-americana em Túnis eram extremamente desfavoráveis e não usavam eufemismo para descrever o estado decrépito do pequeno país do Magreb, considerado amplamente um dos mais repressivos numa região repressiva” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 227).

Sami Ben Gharbia, ativista tunisiano, recebeu antes do lançamento do *Cablegate* telegramas diplomáticos referentes a vários países árabes, entre eles, a Tunísia. Isso propiciou que ele pudesse criar junto com outros companheiros da Nawaat<sup>79</sup>, o *Tunileaks*, que foi ao ar trinta minutos depois do lançamento do *Cablegate*. A importância do *Tunileaks* é que por ter sido feito por ativistas tunisianos, que lutavam contra a censura desse Estado durante anos, eles souberam superar essas dificuldades e divulgar os documentos por uma série de meios diferentes (GHARBIA, 2014). O que dificultou um pouco a atuação da *Wikileaks* que teve seu *site* censurado nos momentos iniciais. Também contaram com o apoio da mídia de países vizinhos para divulgar a informação, por já possuírem uma rede de amizades com esses jornais (GHARBIA, 2014).

Nos estágios iniciais dos protestos políticos de massa na Tunísia, o influente grupo de blogueiros tunisianos Nawaat criou um site chamado *Tunileaks* e divulgou amplamente os telegramas para os cidadãos do país. Os telegramas confirmaram que os EUA viam o Presidente tunisiano Ben Ali como um tirano corrupto e brutal, o que acendeu as chamas da revolução que já estava inflamada (TIMM, 2011 apud ARAÚJO, 2013, p. 13).

Mas como esses documentos foram importantes, se a população já sabia que seus governantes eram corruptos e não precisavam da *Wikileaks* para dizer isso? Para Gharbia (2014, s.p., tradução nossa), “[...] o que foi diferente foram os efeitos psicológicos de um *establishment* confrontado publicamente com sua própria imagem vergonhosa. O fato foi que o governo sabia que todas as pessoas tinham conhecimento, dentro e fora do país, de quão

---

<sup>79</sup> Blog fundado por tunisianos com o objetivo de fornecer uma plataforma pública para dissidentes desse país debateram e propiciar um espaço no qual a voz deles possa ganhar visibilidade. Disponível em: <<http://nawaat.org/portail/>>. Acesso em 22 abril 2016.

corrupto e autoritário ele era”<sup>80</sup>. Como mostra o relato de um jovem tunisiano sobre o início da Revolução.

E então o *Wikileaks* revela o que todos estavam cochichando. E, em seguida, um jovem se sacrifica. E vinte tunisianos são assassinados em um dia. Pela primeira vez, vemos a oportunidade de nos rebelar, de nos vingar da família “real”, que já levou tudo; de acabar com a ordem estabelecida que acompanhou nossa juventude. Uma juventude educada, cansada e disposta a sacrificar todos os símbolos da antiga Tunísia autocrática com uma nova revolução: a Revolução de Jasmim – a verdadeira (LEIGH; HARDING, 2011, p. 248).

Como bem colocado por Gharbia (2014), vinte dias se passaram entre a divulgação dos telegramas diplomáticos na Tunísia, no dia 28 de novembro de 2010, e o início da Primavera Árabe, em 17 de dezembro de 2010, dia em que o jovem Mohamed Bouazizi ateou fogo no próprio corpo. Mohamed Bouazizi era um jovem vendedor de frutas que, “[...] desesperado com o assédio de fiscais corruptos, pôs fogo em si mesmo. Morto, ele se transformou em um símbolo, e a rebelião tomou as ruas” (ASSANGE, 2015, p. 26).

As queixas de Mohamed Bouazizi dificilmente eram únicas. Mas seu ato de autoimolação aconteceu ao mesmo tempo em que a *Wikileaks* publicava documentos mostrando que os governos ocidentais que se aliaram a Ben Ali estavam cientes de todos esses problemas, mas, aparentemente, estavam dispostos a exercer uma pressão externa sobre o governo para respeitar os Direitos Humanos. A combinação destes dois eventos parece ter desencadeado um amplo apoio aos manifestantes na Tunísia<sup>81</sup> (AMNESTY INTERNATIONAL, 2011, p. XV, tradução nossa).

Além da fala da Anistia Internacional, demonstrando como a *Wikileaks* teve um papel essencial para o apoio aos manifestantes na Tunísia, outras falas demonstram a relação da organização com a Revolução de Jasmim. O então Ministro da propaganda de Ben Ali, Oussama Romdhani, disse que os vazamentos foram “o golpe de misericórdia, a gota d’água que derrubou o sistema de Ben Ali”<sup>82</sup> (GHARBIA, 2014, s.p., tradução nossa). Leigh e Harding (2011, p. 228) apontam que os desdobramentos na Tunísia foram chamados por algumas pessoas de a “primeira revolução do *Wikileaks*”. Muammar Kadafi também “[...] não

<sup>80</sup> “What was different was the psychological effect of an establishment confronted so publicly with its ugly own image. It was that the government knew that all people knew, inside and outside the country, how corrupt and authoritarian it was” (no original).

<sup>81</sup> “Mohamed Bouazizi’s complaints were hardly unique. But his act of self-immolation happened around the same time as Wikileaks published documents showing that Western governments which had allied themselves with Ben ‘Ali’s government were aware of all these issues but apparently unwilling to exert external pressure on the government to respect human rights. The combination of these two events seems to have triggered widespread support for protesters in Tunisia” (no original).

<sup>82</sup> “[...] was The *coup de grâce*, the thing that broke the Ben Ali system” (no original).

teve dificuldade em reconhecer a ligação entre os eventos em Túnis e o *Wikileaks* – uma ligação satânica, na opinião dele” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 249).

A repressão e a censura continuaram. As informações se espalharam para outros países próximos e quanto mais os governantes tentavam censurar as informações, mais os manifestantes as desejavam. “Os alvos da guerra eram as informações nos telegramas e seus portadores, pessoas e a infraestrutura. Mas, apesar dos esforços para bloquear o acesso à informação, os ditadores começaram a cair, um após o outro”<sup>83</sup> (GHARBIA, 2014, s.p., tradução nossa). No dia 14 janeiro, Ben Ali deixou o poder e o governo tunisiano foi substituído. Posteriormente, essa agitação civil ainda se alastrou para outros países como Egito, Iêmen, Líbia, Síria e Bahrein com resultados positivos em alguns deles.

#### **4.2 Acesso a informação e potencial de mudança**

O que podemos ver de semelhante entre os casos apresentados no tópico anterior é que eles demonstram certa confrontação entre o Estado e a população civil. O *Anonymous* objetivou não permitir ao governo pensar que pode agir com autoritarismo e simplesmente bloquear os *sites* que não lhe agradam. Nesse sentido, a Lei de acesso proposta na Alemanha em 2008 não foi bem recebida pela população, que agiu no intuito de evitar sua efetivação. Ainda, na Islândia, a mobilização social demonstrou o desagrado com um Estado coercitivo para com sua mídia e que permitiu ao maior banco do país realizar atividades ilícitas que prejudicaram grande parte da população. No Quênia, a população se mobilizou com o maior poder que a democracia lhe concede, o voto, e mostrou seu descontentamento com a corrupção. Por fim, a Revolução de Jasmim foi catalisada pelas informações contidas nos telegramas diplomáticos estadunidenses sobre a Tunísia.

Presente em todos os casos é o acesso que a população teve à informação e que não tivera outrora. Além disso, podemos ver outro aspecto, “os jovens estão passando de apolíticos a politizados” (ASSANGE, 2015, p. 86). Para essa nova geração, “o acesso livre à informação e à internet tem poder de emancipação” (SPEKTOR, 2011, p. 21), e a *Wikileaks* vem a mostrar o potencial desestabilizador que a internet e as informações podem ter. A esse direito e anseio que a população tem de saber como os governos atuam em seu nome, agindo através da internet, Castells (2010) a ilustra na forma de uma ciberguerra. E o autor deixa claro que essa “guerra” não é entre Estados, mas entre Estados e a sociedade civil internauta.

---

<sup>83</sup> “The target of that war was the information in the cables and the carriers of that information, people and infrastructure. But despite the efforts to shut the information down, dictatorships started to fall, one after the other” (no original).

Muito desses conflitos têm origem no fato de que os governos passaram a se importar mais com a Segurança nacional do que com a transparência (RODRIGUES, 2011, p. 35). E a transparência é fundamental para um governo, visto que ela “dá à cidadania a possibilidade de avaliar e controlar as decisões dos governantes, inclusive em matéria de política externa” (LAFER, 2011, p. 13). Nesse sentido, as novas tecnologias de informação e comunicação, entre as quais podemos encaixar a *Wikileaks*, podem vir a auxiliar na democratização das nações (NASCIMENTO, 2013).

A ação do *Wikileaks* até certo ponto realiza essa ação de utilizar as ferramentas de comunicação e informação para o ativismo social, por meio da colaboração, da participação e da divulgação das informações. Neste caso, fica evidente a reconfiguração da cultura política, por meio dos novos comportamentos sociais, o que gera nos Estados temores, tentativas de regulamentar e controlar (NASCIMENTO, 2013, p. 88).

Buscando transparência e influenciados pelo poder emancipatório da livre informação e da internet, a população pode vir a atuar buscando mudanças, como vimos nos exemplos citados anteriormente. “A opinião pública – fenômeno social que se manifesta nas esferas da moral e dos valores – poderá adquirir magnitude suficiente para gerar impulsos de natureza política, capazes de influenciar os processos de poder” (RODRIGUES, 2011, p. 35). Assim, gerar mudanças e impulsos capazes de influenciar processos de poder é um contraponto à ordem estabelecida, ou seja, ao *status quo*.

E cabe salientar que qualquer mudança no *status quo* não é interessante para o mantenedor dessa ordem, aquele quem se beneficia dessa situação. Portanto, não é supressa que se veja uma atuação no sentido de parar esse processo de transformações. Como a *Wikileaks* é, e foi, um elemento capaz de gerar grandes repercussões, simplesmente por informar a população (necessário lembrar que informar é emancipar), não seria difícil notar alguma movimentação na direção de neutralizar a atuação da *Wikileaks*. Inclusive, na tentativa de securitizar a sua atuação.

Assange, ao ser perguntado como ele sabe se a *Wikileaks* venceu, respondeu:

Não é possível vencer esse tipo de coisa. É uma luta constante, que as pessoas já vêm travando há um bom tempo. [...] Não acho que isso vai acabar um dia. Acho que podemos fazer alguns bons avanços, e quem sabe esses avanços e o envolvimento nessa luta serão bons para as pessoas. O processo faz parte do resultado. Não é só para chegar a algum lugar no fim. Esse processo de pessoas sentindo que vale a pena se envolver nesse tipo de luta acaba valendo a pena para as pessoas (ASSANGE, 2015, p. 129).

Oliveira (2014) elaborou um roteiro para demonstrar como os vazamentos da *Wikileaks* podem gerar mudanças no âmbito interno de um Estado e, através dessa mudança, gerar mudanças no Sistema Internacional. Sua ideia inicial é que haveria uma mudança de *habitus* causada pelo acesso às informações, que levaria a sociedade a se mobilizar motivada pela raiva – amparado no processo de mudança social de Castells – tornando-se, assim, mais politizada e interessada em buscar mudanças nas suas instituições. A noção de *habitus* é um conceito desenvolvido por Bourdieu e pode ser definido como aquilo “[...] que se trata do que ‘produz as práticas, individuais e coletivas’ e que garante ‘a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo’” (BOURDIEU apud OLIVEIRA, 2014, p. 85).

Essa mudança de *habitus* viria do contato com as informações fornecidas pela organização.

As informações da Wikileaks mostram o fracasso das instituições mundiais. Como dito por Castells (2013), os movimentos sociais “são induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade”, assim, há a certeza da falta de representatividade desses órgãos (OLIVEIRA, 2014, p. 85).

A mudança social viria, então, das emoções. Nesse roteiro, Oliveira (2014) aponta que Castells crê que a mudança social é emocionalmente motivada e segue uma sequência: raiva, empatia, medo e esperança. O que levaria as pessoas a se organizarem e buscarem mudanças seria a *raiva*. Isso poderia ser derivado do contato com as informações transmitidas pela *Wikileaks* e a constatação da falta de representatividade existente nos governos. Além disso, esses dados podem ser responsáveis por nomear um agente repressor, por exemplo, Ben Ali e sua família, um banco, uma proposta de lei contestável. Com a nomeação do antagonista, então, a *empatia* será responsável por juntar todos aqueles que o combatem e essa união, ajudará a superar o *medo*, que é o agente repressor, já que ele leva a evitar-se o perigo. Por fim, o que “mantém os movimentos sociais vivos é a *esperança* de uma possível mudança, motivados pelas revoltas que foram bem sucedidas em outras partes do mundo. Entre seus objetivos estão a mudança dos valores da sociedade” (OLIVEIRA, 2014, p. 85).

Com os movimentos sociais unidos e exercendo pressão para que suas instituições se modifiquem, isso pode levar uma mudança do comportamento do Estado, tanto no âmbito interno, quanto no externo, no que diz respeito ao seu modo de atuação internacional e a sua Política Externa (OLIVEIRA, 2014, p. 86). Essa mudança de identidade de um Estado poderia levar a uma mudança no Sistema Internacional, ideia respaldada na teoria construtivista de Wendt.

A mudança se daria em quatro etapas. A primeira seria a quebra de consenso acerca da identidade, por parte do Estado. Na primeira etapa que se encontra a importância fundamental do ativismo. Seria o ativismo que iria mostrar aos governantes estatais que a população está farta da maneira como a política vem sendo conduzida e exige que haja mudanças. Com o consenso quebrado, haveria a segunda etapa, que é a desnaturalização “das práticas que reproduzem ideias aparentemente inevitáveis acerca de si próprio e de outros” (WENDT, 2013, p. 464). Na terceira etapa deveria haver a prática do *altercasting*, que consiste no “‘eu’ tenta induzir o ‘outro’ a tomar uma nova identidade, assim, alistando o ‘outro’ no esforço do ‘eu’ de mudar a si próprio, tratando o ‘outro’ como se já tivesse essa identidade” (WENDT, 2013, p. 465). Quando algum meio de ativismo consegue mudar seu país, já é uma grande vitória, pois este país poderá alistar outros no seu esforço de mudança, operando alterações em escalas maiores ainda. Na última etapa, o “outro” deverá recompensar as práticas do “eu”, para encorajá-las e institucionalizar uma identificação positiva entre eles, formalizando a mudança de atitude (OLIVEIRA, 2014, p. 86).



## 5 O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO

Como já demonstramos anteriormente, um caso de securitização é percebido quando um agente securitizador alega a existência de uma ameaça existencial para determinado objeto referente e age para convencer determinada audiência a tolerar medidas para combatê-lo, que de outra maneira não seriam toleradas (WAEVER, 2011, p. 6 apud MOTTA, 2014, p. 21; BUZAN *et al.*, 1998, p. 24). Cabe lembrarmos que quem apresenta a iniciativa de securitização e utiliza da retórica para chamar a atenção para um tema é o agente securitizador (BUZAN *et al.*, 1998, p. 36, 40). A ameaça existencial é aquilo que apresenta riscos a um objeto referente, que pode ser definido como o que estiver tendo sua existência ameaçada e levar à tomada de medidas com o intuito de garantir sua continuidade (BUZAN *et al.*, 1998, p. 36). A audiência são os agentes que possuem capacidade de influenciar de maneira significativa as decisões na área de segurança.

Nosso primeiro passo, portanto, será nomear o agente securitizador, o objeto referente e a ameaça existencial. Para isso, será necessário que apresentemos as motivações do agente securitizador dar início ao processo de securitização – se ele ocorreu –, por quais razões o objeto referente esteve ameaçado – se realmente esteve –, e por qual razão trata-se de uma ameaça existencial – se realmente é.

Também é necessário retomar a definição de Buzan *et al.* (1998, p. 23; tradução nossa) para securitização. Para eles, a securitização “pode ser vista como uma extrema versão da politização”<sup>84</sup>. Isso significa que a ação ultrapassa os níveis da política normal, passando pelas esferas do não politizado e do politizado. Em um processo de securitização, algumas atitudes são tomadas fora do contexto normal da política, e buscaremos apresentar alguns fatos que aconteceram nesse sentido no nosso estudo de caso.

Esse capítulo se dividirá em quatro partes, tendo como base a divisão feita por Vânia Pinto (2014). Primeiramente, apresentaremos o agente securitizador, a ameaça existencial e o objeto referente. Em segundo lugar, demonstraremos como a percepção de ameaça existencial foi construída através do *speech act*, valendo-nos de falas de quem representa o agente securitizador. Posteriormente, discutiremos quem é a audiência que teve de ser convencida para garantir o sucesso do processo. Por fim, apresentaremos as medidas tomadas fora do contexto normal da política.

---

<sup>84</sup> “Securitization can thus be seen as a more extreme version of politicization” (no original).

### 5.1 Agente securitizador, ameaça existencial e objeto referente

O *start point* apontado por Daheshvar *et al.* (2014) é a criação da ameaça existencial. Para isso, é necessário que algo realize esse processo, ou seja, a existência de um agente securitizador. Os agentes securitizadores são os “atores que securitizam problemas declarando que alguma coisa – o objeto referencial – está existencialmente ameaçada”<sup>85</sup> (BUZAN *et al.*, 1998, p. 36, tradução nossa). Eles podem ser políticos, podem ser representantes de governos ou porta-vozes de grupos de pressão.

O agente securitizador deve possuir alguma motivação para empreender o processo de securitização, deve agir por um motivo. Retomando à hipótese desse trabalho, considera-se que o agente securitizador são os Estados Unidos. Para fazer esse apontamento nos embasamos nas considerações feitas no capítulo anterior. A *Wikileaks* possui certo potencial desestabilizador ao informar à sociedade e motivá-la na busca por mudanças, pois abriu a “caixa preta” diplomática dos Estados Unidos. Além disso, apresentamos o roteiro de Oliveira (2014) que demonstra como a organização poderia vir a, até mesmo, gerar reformas no Sistema Internacional. Os Estados Unidos, como ator preponderante do Sistema Internacional e mantenedor do *status quo*, não veriam como favorável a atuação da *Wikileaks*, por ela se apresentar como um contraponto a sua atuação. Securitizar a *Wikileaks* seria, também, atuar no sentido de coibir outros vazamentos, ao trazer punições para os informantes e criar a ideia de que a atuação da organização tem vários pontos negativos, por exemplo, colocando vidas em risco e violando a lei.

Nesse sentido, já apresentamos também quem é a ameaça existencial, a *Wikileaks*. Por que ela se apresenta como uma ameaça existencial? Certos fatos vão ser apresentados pelo agente securitizador quando analisarmos suas falas, contudo, não necessariamente os fatos apresentados são os motivos que a tornam uma ameaça. Consideramos que a *Wikileaks* é uma ameaça existencial, pois ela atua na emancipação da sociedade civil ao informá-la. Desse modo, como foi demonstrado, a sociedade pode agir na busca por mudanças e gerar alterações no *status quo*. Além disso, a organização pode fazer com que os Estados Unidos percam a credibilidade de atuar, ao mostrar como realmente esse país realiza suas ações.

Desse modo, consideramos que a *Wikileaks* atua no setor político, visto “[...] que ameaças políticas têm por objetivo destruir ou abalar a estabilidade organizacional do Estado” (TANNO, 2003, p. 64). Por mais que não possamos apontar que a *Wikileaks* nasceu com esse objetivo, podemos considerar as repercussões dos vazamentos como ameaças políticas, pois

---

<sup>85</sup> “Actors who securitize issues declaring something – a referent object – existentially threatened” (no original).

elas “dirigem-se à soberania do Estado e podem tomar a forma de pressões para adoção de determinadas políticas, pedidos de substituição de governo e incentivos à secessão” (TANNO, 2003, p. 64).

No setor político, como já apresentamos, o objeto referente é definido em função de um princípio constituinte do Estado, como sua soberania ou ideologia (DUQUE, 2009, p. 485). Como os vazamentos realizados pela *Wikileaks* podem vir a afetar qualquer Estado, seu modo de atuação ou ideologia, todos os Estados são os objetos referentes. Contudo, como o governo estadunidense foi o mais afetado, tendo milhares de documentos sensíveis divulgados, os Estados Unidos – seu modo de atuação, seus informantes – foram apresentados como o objeto referente. O que explica o governo dos Estados Unidos serem o agente securitizador e quem mais dispôs de recursos para neutralizar a atuação da *Wikileaks*.

Lembremos que o processo de securitização trata-se de um *speech act*, ou seja, não necessariamente o que teve sua existência ameaçada foram os Estados Unidos, mas a construção do processo de securitização se deu nessa direção. Do mesmo modo, não necessariamente a *Wikileaks* devesse ser perseguida por informar a população, alguns defenderiam que ela deveria ser protegida. Contudo, para os agentes securitizadores a *Wikileaks* foi identificada como uma ameaça. Ela demonstrava como os Estados Unidos conduzem sua Política Externa, o que pode trazer questionamentos e levar à falta de apoio, assim, colocando em risco seu modo de atuação, devendo esse (seu modo de atuação) ser protegido – no entendimento dos agentes securitizadores.

## 5.2 O *speech act*

Para Balzacq (2011) a securitização deveria reunir artefatos heurísticos que seriam mobilizados por um agente securitizador a fim de induzir uma audiência sobre a suposta vulnerabilidade de um objeto referente. Esses artefatos poderiam ser metáforas, analogias, estereótipos, emoções, ou seja, instrumentos necessários para a construção da ameaça existencial. Outro fator que deve ser lembrado, é que as ameaças, para a EC, são subjetivas e não objetivas. Isso quer dizer que seu significado varia para cada ator, desse modo, ela é socialmente construída (BUZAN *et al.*, 1998, p. 31). A ameaça deve ser construída através do discurso, de maneira a se apresentar como um problema existencial. Como já demonstrado, essa construção se dá através do *speech act*.

Nesse sentido, devemos analisar como a *Wikileaks* (ameaça existencial) foi construída pelos Estados Unidos (agente securitizador) como um problema existencial através do discurso. Para isso, devemos analisar falas de representantes estatais e de personalidades da

mídia. Isso deriva do fato de que certas personalidades do jornalismo possuem maior visibilidade que diversos políticos e suas falas podem ser vistas por um número maior de pessoas. Relembrando Williams (2003), não devemos deixar de refletir sobre o papel dos meios de comunicação, tanto na representação, quanto na condução das relações de segurança. Hobsbawn (2009, apud LIMA, 2012, p. 65), também lembra que “a mídia pode ser usada pelo Estado para justificar suas atitudes, direcionando a opinião pública rapidamente para seus interesses”.

As falas são:

- Peter King, então congressista republicano por Nova Iorque: “Estou pedindo ao procurador-geral e apoiando seus esforços para processar o *WikiLeaks* e seu fundador por violar a Lei de Espionagem. E eu também estou convidando a secretária de Estado Hillary Clinton para declarar o *WikiLeaks* como uma organização terrorista estrangeira” (apud LIMA, 2014, p. 56). “O *Wikileaks* representa um perigo claro e presente para a segurança nacional dos Estados Unidos” (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 203).

- Newt Gingrich, político republicano: “[Assange] está envolvido com terrorismo... ele deve ser tratado como um combatente inimigo, e *WikiLeaks* tem que ser fechado permanente e decisivamente”<sup>86</sup> (GOODMAN, 2011 apud LIMA, 2014, p. 57). “Ele [Assange] é um inimigo dos Estados Unidos, colocando pessoas em perigo, e elas serão mortas por sua culpa. Creio que é um ato desprezível e que deveríamos tratá-lo como um combatente inimigo e inimigo dos Estados Unidos” (GUICHAOUA; RADERMECKER, 2011 apud LIMA, 2014, p. 69).

- Rick Santorum, ex-senador da Pensilvânia pelo Partido Republicano: “o que ele [Assange] está fazendo é terrorismo, na minha opinião” (GRIER, 2010 apud LIMA, 2014, p. 57).

- Congressista republicana Candice Miller: “A última divulgação de segredos americanos roubados pelo *WikiLeaks* mais uma vez prova que eles são uma operação terrorista que coloca a vida de americanos e de nossos aliados em risco” (LIU, 2011 apud LIMA, 2014, p. 58). “Passou da hora da administração Obama tomar uma ação para fechar essa operação criminosa e levar à justiça aqueles que roubam e divulgam segredos americanos”<sup>87</sup> (LIU, 2011 apud LIMA, 2014, p. 65).

---

<sup>86</sup> Pode ser visto aos 39 segundos do vídeo “Assassinating Assange”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b-DIZvcK6Rc>>. Acesso em 2 maio 2016.

<sup>87</sup> Pode ser visto aos 7 minutos e 4 segundos do vídeo “Assassinating Assange”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b-DIZvcK6Rc>>. Acesso em 2 maio 2016.

- Sarah Pallin, ex-governadora do Alasca pelo Partido Republicano: “Por que ele não foi perseguido com a mesma urgência com que perseguimos os líderes do Talibã e da Al Qaeda? [...] Ele é um espião antiamericano com sangue nas mãos” (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 203).
- Marc A. Thiessen, comentarista político pelo *The Washington Post*, disse que as ações da *Wikileaks* “[...] constituem material de apoio ao terrorismo” (2010 apud LIMA, 2014, p. 58). “Vamos ser claros: *WikiLeaks* não é uma organização de notícias (mídia ou imprensa); é uma organização criminosa” (2010 apud LIMA, 2014, p. 66).
- Senador republicano Mitch McConnell: “Acho que esse homem é um terrorista *high tech*. Ele causou um enorme dano ao nosso país”<sup>88</sup> (MEET, 2010 apud LIMA, 2014, p. 59).
- Joe Biden, do Partido Democrata, atual Vice-presidente dos Estados Unidos, se referiu a Assange como: “terrorista *high-tech*”<sup>89</sup> (MACASKILL, 2010; BENKLER, 2011 apud LIMA, 2014, p. 59; ASSANGE, 2015, p. 24).
- Kathleen McFarland, que trabalhou para o Pentágono nos governos de Richard Nixon, Gerald Ford e Ronald Reagan, disse sobre Assange: “Ele está empreendendo uma ciberguerra contra os Estados Unidos e a ordem mundial. Senhor Assange e seus amigos hackers são terroristas e devem ser processados como tais” (Collins, 2010 apud LIMA, 2014, p. 59). Também falou: “Vamos acusá-lo e julgá-lo por traição. Se ele for considerado culpado, ele deve ser executado” (SIDDIQUE; WEAVER, 2010 apud LIMA, 2014, p. 70).
- Joe Lieberman, então presidente do Comitê de Segurança Interna do Senado estadunidense, descreveu os vazamentos realizados pela *Wikileaks* como “[...] uma ação ultrajante, incauta e desprezível, que minará a capacidade de nosso governo e de nossos parceiros de manter o povo seguro e de colaborar para defender nossos interesses vitais” (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 204). “O que o *WikiLeaks* fez foi terrível. Espero que estejamos fazendo o possível para tirar o *site* deles do ar” (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 204). “Os atos ilegais, ultrajantes e incautos do *WikiLeaks* comprometeram a segurança nacional e puseram vidas em risco em todo o mundo” (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 206).

<sup>88</sup> Pode ser visto aos 46 segundos do vídeo “Assassinating Assange”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b-DIZvcK6Rc>>. Acesso em 2 maio 2016.

<sup>89</sup> Pode ser visto aos 12 segundos do vídeo “Assassinating Assange”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b-DIZvcK6Rc>>. Acesso em 2 maio 2016.

- William Kristol, analista político: “Porque não podemos avisar outros das consequências de apoiar esta organização criminosa hostil aos Estados Unidos?” (2010 apud LIMA, 2014, p. 66).
- O Almirante Michael Mullen, então chefe do Estado-Maior dos EUA: “A verdade é que eles podem ter nas mãos o sangue de um jovem soldado ou de uma família afegã”<sup>90</sup> (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 119; LEVINE, 2010 apud LIMA, 2014, p. 67).
- Hillary Clinton, Secretária de Estado estadunidense, se refere aos vazamentos como “[...] não apenas um ataque aos interesses da política estrangeira dos Estados Unidos, mas um ataque à comunidade internacional”<sup>91</sup> (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 16; apud ASSANGE, 2015, p. 26).
- Mike Rogers, congressista republicano, disse, se referindo a Julian Assange e aos vazamentos: “Afirmo que pena de morte deve ser considerada nesse caso. Ele claramente ajudou o inimigo, o que pode resultar na morte de soldados ou colaboradores norte-americanos. Se esse não é um delito passível de pena de morte, eu não sei o que é” (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 203). Daniel Domscheit-Berg (2011, p. 154) aponta a fala do congressista ao pedir pena de morte para Chelsea Manning. Para Daniel, os Estados Unidos tentariam usá-la como exemplo.
- Tom Flanagan, professor universitário: “Eu acho que Assange deveria ser assassinado. Eu acho que Obama deveria oferecer um contrato ou usar um drone ou algo assim”<sup>92</sup> (SIDDIQUE; WEAVER, 2010 apud LIMA, 2014, p. 69).
- Dianne Feinstein, então Senadora democrata pela Califórnia, disse que Assange deveria ser “[...] vigorosamente processado por espionagem” (2010 apud LIMA, 2014, p. 69).
- Pete Hoekstra, congressista de Michigan pelo Partido Republicano: “Evidentemente podemos ir atrás da pessoa que vazou a informação ou a hackeou em nossos sistemas, e podemos prendê-la por espionagem ou traição. Se formos atrás dela – e pudermos condená-la por traição –, então a pena de morte se torna uma opção” (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 203).

---

<sup>90</sup> Pode ser visto, aproximadamente, ao tempo 1:09:36 do documentário “*We Steal Secrets: The Story of WikiLeaks*”.

<sup>91</sup> Pode ser visto aos 3 minutos e 50 segundos do vídeo “Assassinating Assange”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b-DIZvcK6Rc>>. Acesso em 2 maio 2016.

<sup>92</sup> Pode ser visto aos 3 minutos e 45 segundos do vídeo “Assassinating Assange”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b-DIZvcK6Rc>>. Acesso em 2 maio 2016.

- Mike Huckabee, republicano e ex-governador do Arkansas: “quem quer que em nosso governo tenha vazado aquela informação é culpado de traição, e eu acho que qualquer coisa menor do que execução é uma pena muito leve” (apud LIMA, 2014, p. 70).

- Bob Beckel, comentarista de emissora estadunidense *Fox News* e que ocupou o cargo de Vice-Secretário de Estado Adjunto na administração de Jimmy Carter, disse sobre Assange: “um homem morto não vaza documentos. Esse cara é um traidor, ele é traiçoeiro, e ele quebrou cada uma das leis dos Estados Unidos. E eu não sou a favor da pena de morte, então... só tem um jeito de fazer isso: matem ilegalmente o fdp”<sup>93</sup> (FOX, 2010 apud LIMA, 2014, p. 70).

- Assange, ao entrar em contato com o governo dos Estados Unidos para que fossem apontados exemplos nos quais a publicação dos documentos pudesse trazer riscos para alguém, recebeu resposta do então assessor jurídico do Departamento de Estado, Harold Koh, que “[...] os telegramas foram fornecidos em violação à legislação norte-americana e sem considerar as graves consequências desse ato. Sua publicação poria em risco a vida de inúmeros indivíduos” (apud LEIGH; HARDING, 2011, p. 193).

- Leigh e Harding (2011, p. 200) apresentam trecho de uma declaração da Casa Branca que diz: “A divulgação dos telegramas era uma ação incauta e perigosa. E punha vidas em risco, declarou a Casa Branca”.

- O Departamento de Estado dos Estados Unidos ao entrar em contato com algumas empresas de intermediação financeira alegou: “O *WikiLeaks* era considerado ilegal nos Estados Unidos” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 207).

Foram identificadas 30 declarações de 22 pessoas e instituições diferentes. Lembramos que não há a necessidade constante de drama nas falas, visto que ao se evocar as áreas de segurança e defesa, já se considera a indispensabilidade de urgência (BUZAN *et al.*, 1998, p. 27). Elas falam de temas como ilegalidade, terrorismo, pena de morte, “sangue nas mãos” e vidas em risco. A partir do tempo aproximado 1:09:36 até 1:10:50, o documentário “*We Steal Secrets: The Story of WikiLeaks*” apresenta uma congregação de falas dizendo que a *Wikileaks* teria sangue nas mãos e uma análise do que isso significaria. Em outro momento, exhibe uma conjunção de falas que mostra Julian Assange e a *Wikileaks* como uma organização terrorista, como combatentes inimigos – 1:32:51 até 1:34:14. A utilização desses termos está voltada para o convencimento de que a *Wikileaks* pode trazer riscos. Criamos um

---

<sup>93</sup> Pode ser visto aos 56 segundos do vídeo “Assassinating Assange”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b-DIZvcK6Rc>>. Acesso em 2 maio 2016.

quadro síntese das declarações, sendo que uma declaração pode se vincular a mais de uma seção:

**Tabela 1 - Frequência de assuntos**

ASSUNTO	FREQUÊNCIA
Terrorismo	9
Ilegalidade	10
“Sangue nas mãos”	2
Pena de morte/assassinato ilegal	7
Menções à Segurança	11
Comunidade internacional/aliados	5

Fonte: do autor.

A vinculação das declarações com o terrorismo foi feita relacionando-a com os termos terrorista, terrorista high-tech e organizações como a Al-Qaeda. Para incluir as declarações no assunto da “ilegalidade”, escolhemos aquelas que chamavam a *Wikileaks* de organização criminosa e pregavam a ilegalidade da sua atuação. Para “sangue nas mãos”, foram observadas duas declarações literais do termo. Toda menção ao assassinato de Julian Assange ou Chelsea Manning, bem como pedidos para suas penas de mortes foram abrigados na seção “pena de morte/assassinato ilegal”. As menções à Segurança, seção mais ampla, são aquelas que se referem a um prejuízo aos Estados Unidos, aos seus informantes e aos “interesses vitais” desse país. Por fim, aquelas declarações que lembravam os aliados dos Estados Unidos e prejuízos a eles e a comunidade internacional foram reunidos na última seção.

Lembrando das condições facilitadoras do *speech act*, elas são classificadas em internas e externas. A categoria interna, linguístico-gramatical, é caracterizada pela obediência à gramática de segurança. Para isso é necessário que se construa a ameaça existencial, a impossibilidade de retorno e de sair da situação (BUZAN et al., 1998, p. 33). A construção da ameaça existencial é a situação mais explícita. Ela é feita chamando a *Wikileaks*, e aqueles que estão envolvidos com ela, de criminosos, terroristas e lembrando que eles violam a lei. A gravidade dessa situação é tanta, que são apontados alguns prejuízos que todos envolvidos com a organização causaram. Nesse caso, nós vimos que são apresentadas: “vidas em risco”; “ajudou o inimigo, o que pode resultar na morte de soldados ou colaboradores norte-americanos”; “ataque aos interesses da política estrangeira dos Estados Unidos”; “material de apoio ao terrorismo”; “colocando pessoas em perigo, e elas serão



mortas por sua culpa”; dentre outras. Assim, a *Wikileaks* é apresentada como uma ameaça existencial.

A impossibilidade de retorno e de se sair da situação pode ser vista quando se fala de vidas em risco, de mortes causadas pela *Wikileaks*. Ou seja, vidas foram perdidas devido à atuação da organização, situação sem retorno. Outro momento no qual essa situação pode ser vista é na urgência do combate à ameaça, quanto maior o tempo passado sem combatê-la, maiores serão os danos. Exemplos são: “*WikiLeaks* tem que ser fechado permanente e decisivamente”; “Passou da hora da administração Obama tomar uma ação para fechar essa operação criminoso”; “Por que ele não foi perseguido com a mesma urgência com que perseguimos os líderes do Talibã e da Al Qaeda?”; dentre outros.

As condições externas estão relacionadas com o contexto e o social e possuem duas condições, o capital social do agente securitizador e a relação com ameaças, sentimentos negativos. O agente securitizador já foi identificado e são os Estados Unidos. Aqueles que falaram em nome dele, como demonstraram os exemplos, são políticos, pessoas relacionadas com a mídia e estudiosos. O capital social desses agentes é alto. Por exemplo, são Senadores ou parlamentares, que para serem eleitos precisaram de votos de milhares de pessoas. Comentaristas de política possuem programas ao vivo e atingem milhões de pessoas todos os dias. Outros nomes possuem reconhecimento mundial, devido à alta posição que ocupam, como Hillary Clinton – Secretária de Estado estadunidense. Outro exemplo é o Almirante Michael Mullen, que possui autoridade para falar de questões de segurança.

As ameaças e os sentimentos negativos são vistos na comparação da *Wikileaks* com organizações criminosas e ilegais, e também, com as menções ao terrorismo, dizendo que a organização coloca vidas em risco e que afeta as relações e a segurança dos Estados Unidos. Elas podem ser vistas em algumas declarações, tais como: “Os atos ilegais, ultrajantes e incautos do *WikiLeaks* comprometeram a segurança nacional e puseram vidas em risco em todo o mundo”; “O *Wikileaks* representa um perigo claro e presente para a segurança nacional dos Estados Unidos”; “minará a capacidade de nosso governo e de nossos parceiros de manter o povo seguro e de colaborar para defender nossos interesses vitais”.

Por fim, o último ponto apontado por Pinto (2014) é a conexão entre a ameaça existencial e associações históricas e culturais envolvendo perigo e dano, o que pode ajudar a audiência a relacionar essas questões (PEOPLES; VAUGHAN-WILLIAMS, 2010, p. 79 apud PINTO, 2014, p. 165). Essa conexão fica evidente na aproximação da *Wikileaks* com o terrorismo. Ao relacionar a organização com o termo “terrorismo”, os agentes securitizadores levam à audiência os mesmos sentimentos trazidos à tona ao se falar de atentados ou de

personalidades terroristas famosas, desse modo, invocando os sentimentos de perigo e dano presentes nessas situações. Contribuindo, assim, para a criação da *Wikileaks* como uma ameaça existencial.

Com a apresentação dessas falas, pudemos mostrar que de fato houve diversos discursos sobre a *Wikileaks* que apontavam que a organização poderia trazer prejuízos e danos. Esses discursos são essenciais na construção da securitização por se caracterizarem como *speech act*. Também vimos como as condições facilitadoras foram empregadas, o que colabora para maior efetividade do processo. Dessa maneira, podemos concluir que houve, ao menos, um *securitizing move*, pois ocorreu a apresentação de um ator como uma ameaça existencial a um objeto referente (BUZAN *et al.*, 1998, p. 25). Para que haja, de fato, um processo de securitização é necessário que a audiência seja convencida da urgência de se combater a ameaça expressa pelo agente securitizador. Iremos identificar quem é a audiência desse processo e se ela foi convencida no próximo tópico.

### 5.3 Audiência e convencimento

Daheshvar *et al.* (2014, p. 80) considera que a fase final de um processo de securitização se encontra na audiência e o seu convencimento é uma condição essencial para que o processo possa se completar. O convencimento da audiência está relacionado ao sucesso do processo de securitização. Ou seja, o sucesso ocorre quando a audiência aceita o que é transmitido pelo agente securitizador. “A audiência é o *locus* capaz de legitimar ações excepcionais e possibilitar uma conclusão com sucesso (ou não) desse movimento” (MOTTA, 2014, p. 19). Dessa maneira, os Estados Unidos teriam de convencer a audiência a que se dirigem para que o processo de securitização possa ser considerado como tendo logrado êxito.

A audiência é importante, pois ela é responsável por legitimar as ações que o agente securitizador poderá realizar. No nosso estudo de caso, quem seriam os entes responsáveis por garantir que a atuação dos Estados Unidos pudesse continuar? Podemos identificar duas audiências diferentes, a primeira é a própria população desse Estado. Sem o apoio da sua população, os Estados Unidos teriam muita dificuldade para usar de atitudes fora da esfera da política normal para com a *Wikileaks*, haja vista que sua sociedade poderia não apoiar e até agir contra essas atitudes. Desse modo, o convencimento dos cidadãos é fundamental no processo. Exemplos de que o discurso se volta para a população estadunidense são: “O *Wikileaks* representa um perigo claro e presente para a segurança nacional dos Estados Unidos”; “inimigo dos Estados Unidos”; “os telegramas foram fornecidos em violação à

legislação norte-americana”; “Ele é um espião antiamericano com sangue nas mãos”; “levar à justiça aqueles que roubam e divulgam segredos americanos”; dentre outros.

A segunda audiência que pode ser vista é a comunidade internacional, de uma maneira geral, e os aliados dos Estados Unidos, de maneira restrita. Congregar todos os Estados no combate a *Wikileaks* é convencê-los de que todos os países são vulneráveis a terem documentos vazados, como os Estados Unidos tiveram. Assim, todos deveriam agir no sentido de neutralizar a organização. Os aliados dos Estados Unidos deveriam ser convencidos de ajudar esse país no combate à organização. Um exemplo claro é a manutenção de Julian Assange na embaixada do Equador, em território britânico. O apelo à essa audiência pode ser visto em alguns exemplos: “não apenas um ataque aos interesses da política estrangeira dos Estados Unidos, mas um ataque à comunidade internacional”; “Ele está empreendendo uma ciberguerra contra os Estados Unidos e a ordem mundial”; “puseram vidas em risco em todo o mundo”; além das comparações da *Wikileaks* com o terrorismo, visto que esta é uma preocupação global.

Desse modo, a população estadunidense deveria ser convencida a legitimar a atuação dos Estados Unidos e a comunidade internacional a apoiar a campanha empreendida por esse Estado contra a *Wikileaks*. E para que essa mensagem do agente securitizador pudesse ressoar de maneira efetiva sobre a audiência, Pinto (2014) expõe que ela deve considerar dois critérios, a credibilidade e a saliência. As características da credibilidade são: consistência; credibilidade empírica; e, credibilidade dos articuladores.

Para possuir consistência, a mensagem deve fazer sentido lógico. O agente securitizador tenta apresentar a lógica mostrando situações de causa e efeito. Por exemplo, ao dizer que a *Wikileaks* divulgou os nomes de informantes, eles estariam expostos, pois, poderiam ser identificados pelos grupos que estão infiltrados, tendo suas vidas colocadas em risco. Outro exemplo seria a ilegalidade: a organização violou a legislação estadunidense e por isso deveria ser punida. Credibilidade empírica trata-se do alinhamento da mensagem com as percepções do que é considerado um problema pela audiência. Isso foi feito, como mostramos anteriormente, relacionando a *Wikileaks* com associações históricas e culturais envolvendo perigo e dano, sendo o maior exemplo o terrorismo. O terrorismo é uma situação percebida como problema tanto pela população estadunidense, como pela comunidade internacional. Por fim, credibilidade dos articuladores é o fato do agente securitizador ter credibilidade perante o julgamento da audiência. Isso está muito relacionado com a questão do capital social e essa análise já foi feita.

A saliência possui os critérios da centralidade, *experiential commensurability* e fidelidade narrativa. Centralidade é o grau de importância que a questão tem entre as preocupações do público alvo. A situação da *Wikileaks* foi colocada como central em várias falas. Exemplos são: “Por que ele não foi perseguido com a mesma urgência com que perseguimos os líderes do Talibã e da Al Qaeda?”; “Passou da hora da administração Obama tomar uma ação para fechar essa operação criminosa e levar à justiça aqueles que roubam e divulgam segredos americanos”; “Espero que estejamos fazendo o possível para tirar o *site* deles do ar”; dentre outras. O que esses discursos demonstram é a necessidade de combater rapidamente a organização para evitar maiores danos, desse modo, a colocando em posição de destaque.

*Experiential commensurability* trata-se de como os discursos se relacionam com as visões de mundo da audiência. Os políticos os quais selecionamos as falas como exemplos são, em sua maioria, Republicanos. Por conseguinte, suas falas se dirigem a um eleitorado mais conservador em termos políticos, se alinhando com sua visão de mundo. Da mesma maneira, os comentaristas políticos são de emissoras também conservadoras, que possuem um público que concorda com as falas dos apresentadores. Situação que se liga à fidelidade narrativa, ou seja, como o fato está relacionado com os mitos e os pressupostos básicos do público. Além disso, a fala manteve sempre uma constância, ou seja, a construção da ilegalidade da *Wikileaks*, da sua ligação com o terrorismo, foi repetida por várias pessoas, mas com a manutenção do argumento.

Analisar o convencimento da audiência trata-se de uma situação complicada, que por vezes se volta para analisar se a audiência concordou ou não com alguma atitude tomada fora do âmbito normal da política, e não se ela mostrou apoio antes da atitude ser realizada. Além disso, no caso da *Wikileaks*, utilizaremos algumas pesquisas para analisar se a audiência foi convencida.

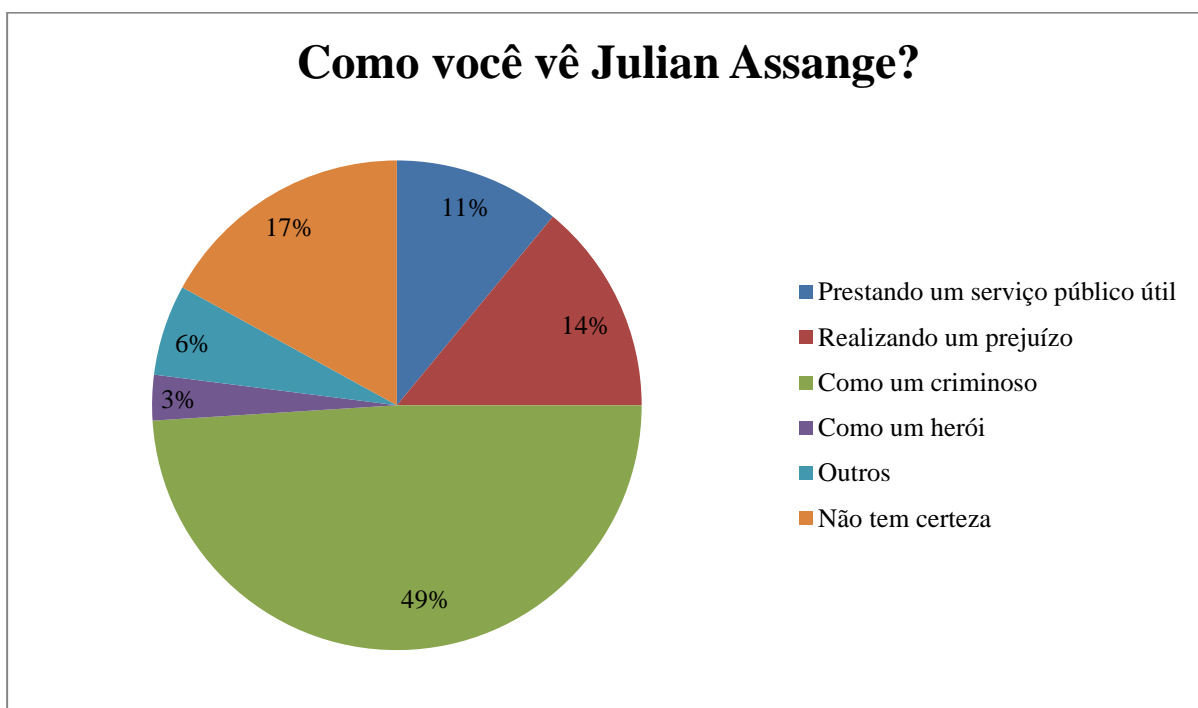
A pesquisa realizada pelo Ipsos concluiu que 79% das pessoas conheciam a *Wikileaks* e desses, dois terços acreditavam que Assange não deveria ser processado e três quartos apoiavam a proposta do grupo de tornar público documentos secretos de Estados e corporações. Os inquiridos estadunidenses possuíam uma visão mais crítica, com 81% conhecendo a *Wikileaks* e 69% deles acreditando que Assange deveria ser processado e 61% se opondo a missão da *Wikileaks*<sup>94</sup> (NICHOLS, 2011, s.p., tradução nossa).

---

<sup>94</sup> “The poll by Ipsos found 79 percent of people were aware of WikiLeaks and two-thirds of those believed Assange should not be charged and three-quarters supported the group's bid to make public secret government or corporate documents. U.S. respondents had a far more critical view, with 81 percent aware of WikiLeaks and 69 percent of those believing Assange should be charged and 61 percent opposing WikiLeaks' mission” (no original).

A mesma pesquisa demonstrava que 42% dos estadunidenses consideravam a publicação de dados confidenciais diplomáticos como crime (IPSOS, 2011), bem como 49% consideravam Assange também como sendo criminoso (IPSOS, 2011).

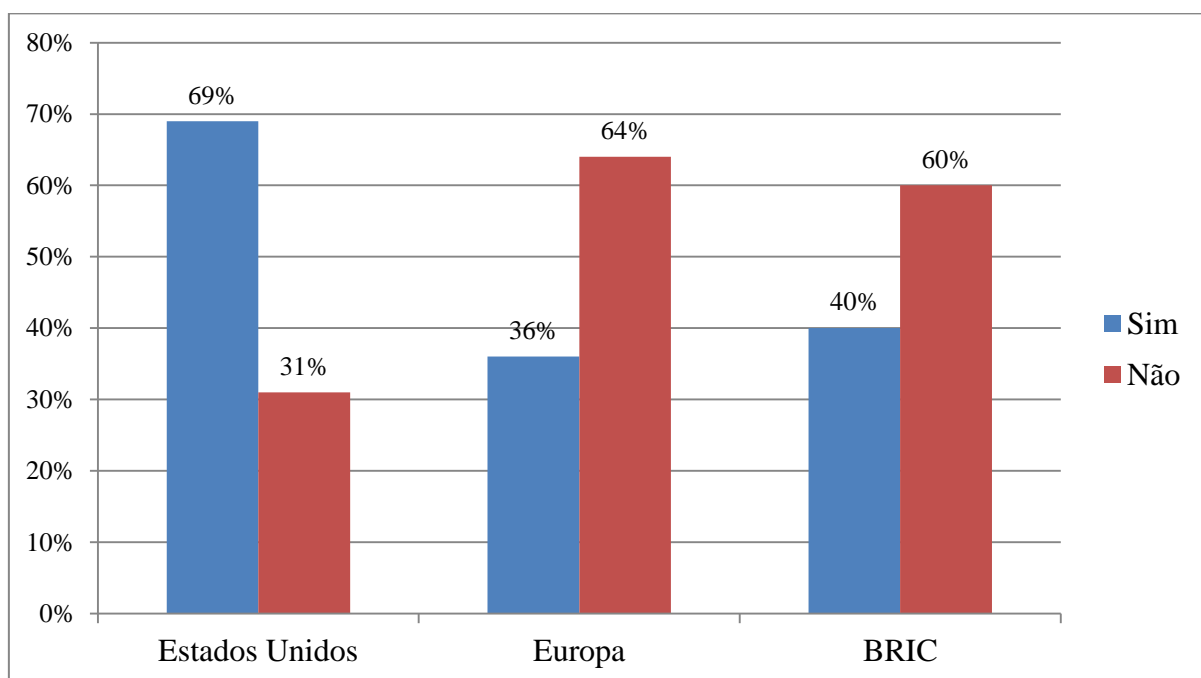
**Gráfico 1 - Caracterização de Julian Assange (Estados Unidos)**



Fonte: elaborado com dados da Ipsos (2011).

Durante uma série de negações de serviço por empresas de operação financeira para com a *Wikileaks*, Leigh e Harding (2011, p. 207) apontam que algumas pesquisas sugeriam que muitos estadunidenses apoiavam o bloqueio da *Wikileaks*, enquanto outros se irritaram pela supressão da liberdade de expressão. Outro estudo realizado pela rede de TV *ABC News* e pelo jornal *The Washington Post*, aponta que mais de “dois terços dos americanos afirmam que o Wikileaks prejudicou o interesse público ao divulgar documentos secretos do governo” (CORREA, 2010, s.p.). Ainda demonstrava que “seis em cada dez americanos acham que Assange deveria enfrentar acusações criminais por ter publicado os documentos” (CORREA, 2010, s.p.).

**Gráfico 2 - Julian Assange deveria ser processado?**



Fonte: elaborado com dados da Ipsos (2011).

O que fica evidenciado por essas pesquisas é que o *speech act* dos agentes securitizadores foi eficaz para convencer a população estadunidense, visto que sua maioria concordava que Assange deveria ser processado e não possuíam empatia pela missão da *Wikileaks*. Em relação ao convencimento de outros países, o discurso não foi tão eficaz, como demonstrado pela pesquisa realizada pelo Ipsos. Essa situação também pode ser vista na falta de apoio de outros países para com as ações realizadas pelos Estados Unidos visando neutralizar a *Wikileaks* e seus informantes. Exemplos podem ser vistos no aceite do pedido de Asilo político para Snowden pela Venezuela, Bolívia e Nicarágua (G1, 2014) e o suporte fornecido pelo Equador a Julian Assange. Já em relação ao convencimento dos aliados dos Estados Unidos, a situação se inverte. O maior exemplo do aceite do *speech act* é a postura britânica de manutenção de Assange na embaixada equatoriana em Londres, sem a concessão de salvo-conduto para que ele possa deixar o país e não ser extraditado para a Suécia.

#### **5.4 Ações fora do contexto normal da política**

A importância de se analisar ações realizadas fora do contexto normal da política, situações extraordinárias, é demonstrar que houve empenho em neutralizar a atuação da *Wikileaks*. Isso quer dizer que houve uso de verbas, de capital humano, do agente securitizador para que a ameaça existencial fosse extinta. O que pode caracterizar essas ações

como anormais são a ilegalidade, atitudes desesperadas e que não são comumente utilizadas. No caso da *Wikileaks* vários exemplos podem ser enumerados de situações não típicas utilizadas para combatê-la.

Daniel Domscheit-berg (2011, p. 240) lembra da busca realizada pela polícia alemã à casa de Theodor Repee, então patrocinador da *Wikileaks*, sem motivos aparentes, além de seu envolvimento com a organização. A polícia confiscou tudo que poderia se relacionar a um computador ou a um telefone. Situação semelhante viveu David Miranda, marido de Glenn Greenwald, quando foi detido por cerca de nove horas no aeroporto londrino de Heathrow, com base na cláusula sete da lei antiterrorismo do Reino Unido.

“É altamente improvável que David Michael Miranda, em trânsito em um aeroporto do Reino Unido, tenha sido detido de forma aleatória, dado o papel que seu marido teve em revelar a verdade sobre a natureza ilícita de vigilância da Agência de Segurança Nacional (NSA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos”, disse a diretora sênior de Legislação e Política da Anistia Internacional Widney Brown (CARTACAPITAL, 2013, s.p.).

Outra situação pode ser vista na campanha realizada pelo Senador Lieberman para evitar que servidores hospedassem a *Wikileaks*, como a Amazon. A Amazon cedeu à pressão política removendo a *Wikileaks* dos seus servidores ao alegar que a organização violava seus termos de serviços (LEIGH; HARDING, 2011, p. 205). A campanha de Lieberman incitando outras empresas a cessar o relacionamento com a *Wikileaks* rendeu outros frutos. A empresa que licenciava um *software* livre que a *Wikileaks* usava para criar uma série de gráficos parou de prestar serviços para a organização (LEIGH; HARDING, 2011, p. 206). Outra companhia, que fornecia serviços de roteamento retirou o nome da *Wikileaks* e apagou todos os endereços associadas a ela (LEIGH; HARDING, 2011, p. 206). O sistema postal suíço ainda encerrou a conta bancária de Assange, ao alegar que ele não morava em Genebra, como solicitado nas regras (LEIGH; HARDING, 2011, p. 206).

Posteriormente, foram as empresas PayPal, MasterCard e Visa que se negaram a prestar serviços para a *Wikileaks*, como já mostramos ao analisarmos a “*Operation Payback*”. “O ‘bloqueio bancário’, como a ação passou a ser conhecida, está sendo conduzido fora de qualquer procedimento judicial ou administrativo” (ASSANGE, 2015, p. 157). O interessante a ser notado é que “[...] o *site* da Ku Klux Klan<sup>95</sup> continuava direcionando os doadores a um *site* que aceitava ambos os cartões, MasterCard e Visa” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 207).

---

<sup>95</sup> Organização racista estadunidense que apoia a chamada “supremacia branca”. O grupo ficou famosos pela sua atuação violenta, por exemplo em linchamentos, sobretudo destinada à população negra.

Em relação ao PayPal “[...] foi revelado que o Departamento de Estado norte-americano escrevera à empresa em 27 de novembro – véspera da publicação dos telegramas – declarando que o *Wikileaks* era considerado ilegal nos Estados Unidos” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 207).

O então procurador-geral da gestão Obama, Eric Holder, disse que independente de cidadania ou local de residência um alvo não deixaria de estar submetido a uma investigação em andamento (LEIGH; HARDING, 2011, p. 209). Essa situação pode ser ilustrada no caso do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) na Islândia.

Em agosto de 2011, seis agentes do FBI e dois promotores do Departamento de Justiça dos Estados Unidos foram de jato particular à Islândia para conduzir interrogatórios secretos relacionados à investigação sobre o *Wikileaks*, sem informar ao governo islandês. Quando descobriu a ação, o governo islandês expulsou os agentes norte-americanos (ASSANGE, 2015, p. 154).

Trata-se de um caso de agentes de inteligência de um país atuando em outro sem a autorização do último, logo, uma atividade realizada ilegalmente. Ogmundur Jonasson, então Ministro do Interior islandês, disse ao saber da presença do FBI em território islandês: “[...] eu demandei que a polícia islandesa cessasse todo tipo de cooperação [com as forças estadunidenses] e deixei claro que pessoas entrevistadas ou interrogadas na Islândia devem ser interrogadas pela polícia islandesa”<sup>96</sup> (SATTER, 2013, s.p., tradução nossa). A situação torna-se mais peculiar ao sabermos que o FBI levou “[...] consigo um adolescente islândes, Sigurdur Thordarson, que continuou a ser interrogado na Dinamarca e foi subornado para entregar discos rígidos que estavam em seu poder e continham dados roubados do *Wikileaks*” (ASSANGE, 2015, p. 154). Como lembra Ólafur Ragnar Grímsson (2014, p. 148, tradução nossa), o FBI não foi expulso “[...] por causa da *Wikileaks*; foi devido ao princípio de que nós somos uma nação soberana. Com todo o respeito, você não manda forças policiais para outro país [...] para chegar e começar a operar dentro de seu território”<sup>97</sup>.

Atuar ilegalmente não seria uma atitude inesperada do agente securitizador, como demonstra a fala Geoff Morrell, então secretário de imprensa do Pentágono<sup>98</sup>. Ao ser questionado se haveria atitudes ilegais no trato com a *Wikileaks*, ele deixou a questão aberta

<sup>96</sup> “[...] I demanded that Icelandic police cease all cooperation and made it clear that people interviewed or interrogated in Iceland should be interrogated by Icelandic police” (no original).

<sup>97</sup> “[...] that was not because of WikiLeaks; it was because of a general principle that we are a sovereign nation. With all due respect, you don’t send the police forces of another nation [...] to come and start operating within our territory” (no original).

<sup>98</sup> O Pentágono é a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Esse termo é usado de maneira genérica para se referir ao Departamento.



ao não negá-la e dizer que não queria especular sobre o que a atuação poderia envolver (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2010). O Pentágono também criou um Centro de Operações contra a *Wikileaks*, a “*Wikileaks Task Force*”. Compõe a equipe “[...] cerca de 120 analistas de inteligência, agentes do FBI, e ainda outros que trabalham – 24 horas por dia, sete dias por semana – na linha de frente da guerra secreta do governo contra a *Wikileaks*”<sup>99</sup> (SHENON, 2010, s.p., tradução nossa). “Outras forças-tarefa similares abertamente declaradas também foram criadas no FBI, na CIA e no Departamento de Estado norte-americano” (ASSANGE, 2015, p. 155).

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos atuou intimando o Twitter a entregar informações que pudessem ser usadas em uma investigação sobre a *Wikileaks* (ASSANGE, 2015, p. 158). Os termos da liminar impediam que as pessoas que tivessem seus dados requisitados fossem informadas, contudo “o Twitter corajosamente foi até os tribunais e conseguiu anular o sigilo da liminar” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 246). O questionamento que essa situação induz é se outras empresas também foram intimadas a fornecerem dados sobre a *Wikileaks*, mas que não recorreram para informar a situação para os investigados. Como demonstram os e-mails recebidos por dois ex-voluntários islandeses da organização, Herbert Snorrason e Smári McCarthy. Os e-mails foram enviados pelo Google e continham mandados de busca e apreensão de dados de suas contas no Gmail. “As intimações estavam datadas de meados de 2011, mas o Google esperou as ordens de sigilo expirarem, em 2013, para informar sua existência” (ASSANGE, 2015, p. 159).

Outra situação incomum, foi a contratação de uma empresa de segurança, a HBGary, pelo *Bank of America*, para realizar uma avaliação interna e criar mecanismos de resposta a *Wikileaks*. A ideia foi criar uma força tarefa, o “*Team Themis*”, “[...] que realizaria uma campanha de subversão, desinformação e sabotagem contra o *Wikileaks*, seus associados e até meros simpatizantes, como o jornalista Glenn Greenwald” (ASSANGE, 2015, p. 159). A ideia seria realizar “[...] cyber ataques contra a infraestrutura [da *Wikileaks*] para obter dados sobre quem submete os documentos. Isso mataria o projeto”<sup>100</sup> (ANDERSON, 2011, s.p., tradução nossa).

Outra situação que não podemos deixar de lembrar é o tratamento direcionado àqueles que estão envolvidos com a *Wikileaks*. Como mostrado, até fevereiro de 2015, mais de 10 milhões de libras haviam sido utilizadas pelo governo britânico na vigilância de

<sup>99</sup> “[...] nearly 120 intelligence analysts, FBI agents, and others are at work—24 hours a day, seven days a week—on the frontlines of the government’s secret war against WikiLeaks” (no original).

<sup>100</sup> “[...] cyber attacks against the infrastructure to get data on document submitters. This would kill the project” (no original).

Assange na embaixada do Equador (G1, 2015). Outro fato é o tratamento inumano e degradante ao qual Chelsea Manning foi submetida ao ser detida (PILKINGTON, 2012) e o cancelamento do passaporte de Edward Snowden, o obrigando a ficar na área de trânsito de um aeroporto russo por mais de um mês (G1, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Wikileaks* mobilizou vozes favoráveis e contrárias a sua existência e atuação. “Para uns, trata-se de nova tecnologia a serviço da emancipação política” (SPEKTOR, 2011, p. 19) que contribuiria para aumentar a transparência dos governos, fortalecer a democracia e minar a hegemonia americana nas relações internacionais (SPEKTOR, 2011, p. 19). “Para outros, os responsáveis pelos vazamentos seriam não apenas criminosos comuns; sua atuação contribuiria para desestabilizar importantes relações bilaterais, constranger diplomatas em todo o mundo e dificultar ainda mais o já difícil trato entre nações” (SPEKTOR, 2011, p. 19). Então, podem ser apontados tanto argumentos pró e contra a *Wikileaks*.

Favoravelmente, a *Wikileaks* expôs o processo decisório dos Estados Unidos, que pode ser definido como no mínimo, questionável. Contudo, como apontado por Spektor (2011) os documentos vazados dizem pouco sobre as motivações da política exterior americana e, desse modo, não são de total serventia para autores que desejam expor a sujeira inerente à hegemonia nas relações internacionais. Outro argumento é que a organização pôde alargar o debate público ao se apresentar como um ente capaz de mostrar o caráter poroso do Estado e contribuir na proliferação de atores paraestatais na resolução dos conflitos públicos (SPEKTOR, 2011). Porém, deve-se sempre ter cuidado com quem se apodera desses novos entes, por exemplo, das novas tecnologias, para que ela não vá em direção contrária àquela desejada por seus defensores e idealizadores (SPEKTOR, 2011).

Enumerando os argumentos contrários, é dito que ela pode, por exemplo, atrapalhar o trabalho dos historiadores, ao tornar mais difícil o acesso e o estudo de documentos sensíveis. Até o momento não houve evidência de que os vazamentos transformaram o sistema de classificação, além de ter trazido para o debate um tema necessário à discussão: o acesso as informações diplomáticas (SPEKTOR, 2011). O governo estadunidense também disse inúmeras vezes que os vazamentos poderiam colocar em risco a vida de informantes. “Seis meses após a primeira divulgação dos diários de guerra, ninguém foi capaz de comprovar algum dano à vida ou à integridade física” (LEIGH; HARDING, 2011, p. 19).

Outro argumento é que a organização minaria as bases da diplomacia americana. Assim se sucederia, pois os Estados ficariam menos propensos a trocarem informações sensíveis com os Estados Unidos, alguns diplomatas hesitariam ao redigir importantes telegramas, pelo menos como um efeito temporário (SPEKTOR, 2011). Contudo, uma análise diferente pode ser feita, já que ao minar as bases de uma diplomacia desonesta, que viola os Direitos Humanos, que não respeita a soberania de vários países, a forçaria a se reinventar e,

desse modo, poderia ressurgir diferente, tendo como base outros valores, diferentes daqueles que hoje guiam sua atuação.

O último argumento diz respeito à falta de transparência da *Wikileaks*. O *site* não apresenta um procedimento formal e depende da gestão única dos seus donos (SPEKTOR, 2011), no caso, seu dono, Julian Assange. Daniel Domscheit-Berg (2011, p. 205) chegou a se referir a Julian como um ditador. Spektor (2011) aponta que essa falta de transparência deve servir de alerta para quem utilizar o *site* e esse pode vir a se tornar a maior fraqueza da organização.

Na caminhada para consubstanciar a realização dessa pesquisa, trilhamos uma jornada para alcançar nossos objetivos específicos. Dessa maneira, estudamos o desenvolvimento dos ESI para entender o surgimento da EC. Posteriormente, analisamos o pensamento dessa Escola, suas maiores contribuições e, por fim, o processo de securitização. Também vimos grande parte da jornada da *Wikileaks*, bem como a de seu criador e idealizador, Julian Assange. Esse caminho foi necessário para que pudéssemos realizar o nosso estudo de caso, se a *Wikileaks* sofreu um processo de securitização.

Em nosso estudo de caso tivemos que observar quem ocupava cada posto de um processo de securitização: ameaça existencial, audiência, agente securitizador e objeto referente. Tarefa que cumprimos ao analisar diversos discursos de representantes do governo dos Estados Unidos. Ao analisarmos suas falas pudemos perceber como a *Wikileaks* foi apresentada como uma ameaça existencial para os Estados Unidos, objetivando convencer sua população e a comunidade internacional. Além disso, nesse estudo, demonstramos algumas atitudes realizadas pelo agente securitizador com o intuito de comprometer a atuação da *Wikileaks*. Momento importante, já que esse fato evidencia a passagem da retórica do *speech act* para as ações fora do contexto normal da política.

Sem dúvida, essas ações prejudicaram a *Wikileaks*, por mais que não tenham levado ao fim da organização. Ela acumulou prejuízos financeiros, foi vítima de espionagem, teve desencorajada a atuação dos informantes – fundamentais para o funcionamento da organização – e viu seu criador e principal gestor ser isolado na embaixada equatoriana em Londres. Outra peça fundamental em um processo de securitização, e que está ligada a seu sucesso, é o convencimento da audiência para a qual as falas se dirigem. Para analisarmos o convencimento da audiência nos valem de pesquisas que, dentre outras coisas, nos mostraram que a *Wikileaks* recebe apoio da maioria das pessoas no mundo em geral, mas nos Estados Unidos, a sociedade deseja que a organização seja punida.

Nossa hipótese, ao iniciarmos essa pesquisa, era que a *Wikileaks*, por se tratar de um ator capaz de trazer mudanças para o *status quo* vigente na arena internacional e por afetar a soberania de alguns Estados, não só seria suscetível como teria sofrido um processo de securitização perpetrado pelo ator preponderante no Sistema Internacional, os Estados Unidos. Consideramos que a nossa hipótese se comprova. Ao analisarmos os vazamentos dos documentos realizados pela *Wikileaks* e as suas repercussões, observamos que sua atuação pode, sim, vir a gerar mudanças no *status quo* internacional, bem como afetar a soberania de alguns Estados ao violar o chamado “segredo diplomático” e ao atuar no setor político. Com o estudo realizado no capítulo cinco, atingimos o objetivo de analisar o suposto processo de securitização sofrido pela *Wikileaks* e a nossa conclusão foi de que ele realmente aconteceu. Comprovamos isso ao mostrarmos que houve uma preocupação por parte desse agente securitizador, os Estados Unidos, de criar a *Wikileaks* como uma ameaça existencial através do *speech act* e, posteriormente, de comprometer sua atuação com diversas ações fora do contexto normal da política.

Ao realizarmos a pesquisa, pudemos observar que outros fatores também podem ter contribuído para a perda de destaque que a organização teve com o passar dos anos. A personalidade de Julian Assange pode ser um desses fatores. Sua relação complicada com alguns patrocinadores da *Wikileaks* e com a mídia, além de sua preocupação com questões de segurança, pode ter afastado alguns apoiadores do *site*. Uma questão que nada se relaciona com a *Wikileaks*, os assédios sexuais cometidos por ele na Suécia, também podem ter contribuído para diminuir a credibilidade da organização. Outro fator diz respeito até que ponto a sociedade estava preparada para a *Wikileaks*. Já apresentamos a perspectiva de que sua atuação poderia ter gerado muito mais repercussão do que a que gerou, então, a que isso se deve? Talvez o acesso a informação, não fosse um fato tão debatido pela sociedade como hoje ele é e, talvez, a *Wikileaks* tenha vindo a o dar pontapé inicial para que isso acontecesse. Apresentamos, então, algumas sugestões de temas para futuras pesquisas que desejam analisar as causas da perda de visibilidade da *Wikileaks*.

Tocamos em uma questão muito importante, a informação, e, principalmente, o acesso a ela. Como mostraram os casos que analisamos ao decorrer do trabalho, os vazamentos funcionaram como elementos emancipatórios para uma população que desejava mudanças. Como já citamos, “[...] o acesso livre à informação e à internet tem poder de emancipação” (SPEKTOR, 2011, p. 21). Por conseguinte, a sociedade civil agiu no sentido de confrontar um Estado que não lhe fornecia as condições adequadas de vida, ou que estava agindo para restringir sua liberdade. Para, Mearsheimer (2012, p. 86), a confiança da população no Estado

“[...] é o que faz com que o povo seja fácil de enganar”. Contudo, nesses novos tempos, no qual o Estado se torna cada vez mais poroso e a população cada vez mais plural e informada, com seus diferentes anseios e necessidades, a confiança se torna cada vez mais difícil de ser mantida.

Outras organizações – ou eventos que acabam sendo nomeados pela mídia – podem também vir a contribuir para a emancipação da sociedade. Atuando em seu favor está um campo fértil adubado pela *Wikileaks*, o qual, agora, está mais propenso a florescer e germinar novos movimentos reivindicatórios. Como exemplos recentes, podemos citar o *Swiss Leaks*<sup>101</sup> e o *The Panama Papers*<sup>102</sup>. Finalizando o trabalho, podemos concluir que mesmo que a *Wikileaks* nunca mais realize nenhum vazamento importante, ela teve um papel emancipatório muito importante para a sociedade em geral, não só para a Islândia ou Tunísia. Ela cumpriu seu papel ao “abrir governos”, ao buscar a verdade. Por isso, a ela somos gratos.

---

<sup>101</sup> Investigação jornalística a respeito de evasão fiscal realizada pelo HSBC suíço. Disponível em: <<https://projects.icij.org/swiss-leaks/>>. Acesso em 16 maio 2016.

<sup>102</sup> Documentos vazados do escritório de advocacia panamenho, Mossak Fonseca, sobre empresas de paraísos fiscais *offshore*. Entre outras coisas, a investigação demonstrou que certas empresas foram usadas para realizar fraudes, tráfico e evasão fiscal. Disponível em: <<https://panamapapers.icij.org/>>. Acesso em 16 maio 2016.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Wikileaks: verso e reverso. **Mundorama**, 2011. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2011/01/14/wikileaks-verso-e-reverso-por-paulo-roberto-de-almeida/>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

AMNESTYINTERNATIONAL. **Amnesty International Report 2011: The state of the world's Human Rights**. 2011. Disponível em: <[http://files.amnesty.org/air11/air\\_2011\\_full\\_en.pdf](http://files.amnesty.org/air11/air_2011_full_en.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

ANDERSON, Nate. **Spy games: Inside the convoluted plot to bring down WikiLeaks**. 2011. Disponível em: <<http://archive.today/wBM2J>>. Acesso em: 11 maio 2016.

ARAÚJO, W. F. **“We Open Governments”**: Uma análise de discurso do ciberativismo praticado pela organização *Wikileaks*. 2013. 207 f. Tese (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais) - Universidade Feevale, Novo Hamburgo – RS.

ASSANGE, Julian. **Quando o Google encontrou o Wikileaks**. Tradução: Cristiana Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. Julian Assange: Por que o mundo precisa do *Wikileaks*. **TED**. Disponível em: <[http://www.ted.com/talks/julian\\_assange\\_why\\_the\\_world\\_needs\\_wikileaks?language=pt-br#t-253197](http://www.ted.com/talks/julian_assange_why_the_world_needs_wikileaks?language=pt-br#t-253197)>. Acesso em 14 abril 2015. Filmado em julho de 2010.

BALZACQ, Thierry. **Securitization Theory: How security problems emerge and dissolve**. Nova York: Routledge, 2011.

BBC. Julian Assange: Police end guard at Wikileaks founder's embassy refuge. **BBC**. 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-34508500>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Wikileaks: Iraq war logs 'reveal truth about conflict'. **BBC**. 2010. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-11612731>>. Acesso em: 31 abr. 2016.

BBCBrasil. Entenda a crise no Quênia. **BBCBrasil**. 2008. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/01/080102\\_quenientenda\\_ac.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/01/080102_quenientenda_ac.shtml)>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BOURBEAU, Philippe. **The Securitization of Migration: A study of movement and order**. New York: Routledge, 2011.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de Segurança Internacional**. Tradução: Flávio Lira. São Paulo: Unesp, 2012. (Coleção Paz, Defesa e Segurança Internacional).

\_\_\_\_\_; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CARTACAPITAL. Asilo do Equador amplia impasse sobre destino de Assange.

**CartaCapital**. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/asilo-do-equador-amplia-impasse-sobre-destino-de-assange>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Brasileiro namorado de Glenn Greenwald é detido no aeroporto de Londres.

**CartaCapital**. 2013. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/internacional/brasileiro-namorado-de-glenn-greenwald-e-detido-no-aeroporto-de-londres-9479.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

CASTELLS, Manuel. La ciberguerra de Wikileaks. **La Vanguardia**. 2010. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20101211/54086305259/la-ciberguerra-de-wikileaks.html>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

CORREA, Alessandra. Fundador do Wikileaks divide opiniões nos EUA. **BBC**. 2010.

Disponível em:

<[http://www.bbc.co.uk/blogs/portuguese/eua/2010/12/fundador\\_do\\_wikileaks\\_divide\\_o.shtml](http://www.bbc.co.uk/blogs/portuguese/eua/2010/12/fundador_do_wikileaks_divide_o.shtml)>. Acesso em: 9 maio 2016.

DAHESHVAR, Mohammad Hossein; MOUSAVI, Seyed Mohammadreza; SAFDARI, Amin. **Copenhagen School, Securitization, and Military Intervention in Politics**. *Indian J.Sci.Res.*6 (1): 76-89, 2014.

DAVIES, Nick; STEELE, Jonathan; LEIGH, David. Iraq war logs: secret files show how US ignored torture. **The Guardian**. 2010. Disponível em:

<<http://www.theguardian.com/world/2010/oct/22/iraq-war-logs-military-leaks>>. Acesso em: 31 abr. 2016.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Servidores do *WikiLeaks* estão guardados em antigo abrigo nuclear.

**Diário de Notícias**. 2010. Disponível em:

<<http://www.dn.pt/dossiers/mundo/wikileaks/noticias/interior/servidores-do-wikileaks-estao-guardados-em-antigo-abrigo-nuclear-1732108.html>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

DIAS, Vanda Amaro; MOTA, Sarah Carreira da; RANITO, Jovana Jezdimirovic.

**Retrospectiva do conceito de segurança: alargamento e aprofundamento da agenda securitária no pós-guerra fria**. *Univ. Rel. Int.*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 1-23, jul./dez. 2011.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DIIS - Danish Institute For International Studies. **DIIS 2003-2013**. Copenhagen, 2013.

Disponível em: <[http://subweb.diis.dk/graphics/Publications/Andet2013/DIIS 2003-2013\\_web.pdf](http://subweb.diis.dk/graphics/Publications/Andet2013/DIIS%2003-2013_web.pdf)>. Acesso em: 8 abr. 2016



\_\_\_\_\_. **Danish Institute for International Studies**. Disponível em: <<http://www.diis.dk/en>>. Acesso em: 8 abr. 2016

DOMSCHEIT-BERG, Daniel. **Os bastidores do Wikileaks**. Tradução: Petê Rissatti. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DUQUE, Marina Guedes. O papel de síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 459-501, set/dez 2009.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. **Relendo o Complexo Regional de Segurança da América do Sul**. In: Semana de Pós-Graduação em Ciência Política: Interfaces da Ciência Política, 2013, São Carlos. Anais. p. 1 - 23. Disponível em: <<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Relendo-o-Complexo-Regional-de-Seguranca-da-America-do-Sul.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

G1. Entenda o caso de Edward Snowden, que revelou espionagem dos EUA. **G1**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html>>. Acesso em: 31 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Wikileaks denuncia enorme gasto de vigilância com Julian Assange. **G1**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/02/wikileaks-denuncia-enorme-gasto-de-vigilancia-com-julian-assange.html>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

GHARBIA, Sami Ben. **Chelsea Manning and the Arab Spring: A Tribute to Chelsea Manning from Tunisia**. 2014. Disponível em: <<http://archive.is/pw0p9>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

GREENWALD, Glenn. **Sem lugar para se esconder**. Rio de Janeiro: Sextante/Gmt, 2014.

GRÍMSSON, Ólafur Ragnar. Iceland's Saga: A Conversation With Ólafur Ragnar Grímsson. **Foreign Affairs: Where to Bet Now**, New York, v. 93, n. 1, p.142-150, jan/fev. 2014.

HARDING, Luke. **Os Arquivos Snowden: a história secreta do homem mais procurado do mundo**. São Paulo: LeYa Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_. WikiLeaks cables condemn Russia as 'mafia state'. **The Guardian**. 2010. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2010/dec/01/wikileaks-cables-russia-mafia-kleptocracy>>. Acesso em: 31 abr. 2016.

IMMI. **International Modern Media Institute**. 2014. Disponível em: <<https://en.immi.is/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

IPSOS. **Julian Assange and WikiLeaks**. Disponível em: <<http://www.ipsosna.com/download/pr.aspx?id=10618>>. Acesso em: 9 maio 2016.

Justice4Assange. **Justice for Assange: Justice will prevail...** 2016. Disponível em: <<https://justice4assange.com/>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

LAFER, Celso. Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do *Wikileaks*. **Política Externa**, São Paulo, volume 19, nº 4. Páginas: 11 a 17. Mar/Abr/Mai de 2011.

LEIGH, David; HARDING, Luke. **A Guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado**. Tradução: Ana Resende. Campinas, SP: Versus, 2011.

LIMA, Alberto Cirilo Paz de. **Processos Conceptuais, Wikileaks e informação**. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MACASKILL, Ewen. Columbia students told job prospects harmed if they access WikiLeaks cables. **The Guardian**. 2010. Disponível em: <<http://archive.is/f0vgV>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

MACKEY, Robert. 'Operation Payback' Attacks Target MasterCard and PayPal Sites to Avenge WikiLeaks. **The New York Times**. 2010. Disponível em: <[http://thelede.blogs.nytimes.com/2010/12/08/operation-payback-targets-mastercard-and-paypal-sites-to-avenge-wikileaks/?\\_r=0](http://thelede.blogs.nytimes.com/2010/12/08/operation-payback-targets-mastercard-and-paypal-sites-to-avenge-wikileaks/?_r=0)>. Acesso em: 18 abril 2016.

MEARSHEIMER, John J. **Porque os líderes mentem: Toda a verdade sobre as mentiras na política internacional**. Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MOTTA, Bárbara Vasconcellos de Carvalho. **Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda guerra do Iraque**. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós- Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, Unicamp, Puc/SP), São Paulo, 2014.

NAKASHIMA, Ellen. Independent review board says NSA phone data program is illegal and should end. **The Washington Post**. 2014. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/world/national-security/independent-review-board-says-nsa-phone-data-program-is-illegal-and-should-end/2014/01/22/4cebd470-83dd-11e3-bbe5-6a2a3141e3a9\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/national-security/independent-review-board-says-nsa-phone-data-program-is-illegal-and-should-end/2014/01/22/4cebd470-83dd-11e3-bbe5-6a2a3141e3a9_story.html)>. Acesso em: 31 abr. 2016.

NASCIMENTO, Ines Maria Azevedo do. **A atuação do Estado na era do império e suas tentativas de controle da informação**. 2013. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NICHOLS, Michelle. WikiLeaks' Julian Assange is not a criminal: global poll. **Reuters**. 2011. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-usa-wikileaks-assange-idUSTRE73P78C20110426>>. Acesso em: 9 maio 2016.

OBRIST, Hans Ulrich. **In Conversation with Julian Assange Part I**. 2011. Disponível em: <<https://wikileaks.org/In-Conversation-with-Julian.html>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

OLIVEIRA, Caio Augusto Guimarães de. Wikileaks: motor de mudança. **Alabastro**: revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, v. 2, n. 4, p.79-88, jun. 2014. Disponível em: <<http://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/view/75/43>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

OPERAMUNDI. Equador e Suécia assinam acordo que permite interrogatório de Julian Assange. **OperaMundi**. 2015b. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/42608/equador+e+suecia+assinam+acordo+que+permite+interrogatorio+de+julian+assange.shtml>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Rússia aceita pedido de Snowden e prolonga asilo político de ex-espião por mais 3 anos. **OperaMundi**. 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/37356/russia+aceita+pedido+de+snowden+e+prolonga+asilo+politico+de+ex-espiao+por+mais+3+anos.shtml>>. Acesso em: 31 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Suécia encerra parte de queixas contra Assange, mas mantém investigação sobre estupro. **OperaMundi**. 2015a. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/41321/suecia+encerra+parte+de+queixas+contra+assange+mas+mantem+investigacao+sobre+estupro+.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

PINTO, Vânia Carvalho. Exploring the interplay between Framing and Securitization theory: the case of the Arab Spring protests in Bahrain. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 1, p.162-176, abr. 2014.

RICE, Xan. The looting of Kenya. **The Guardian**. 2007. Disponível em: <<http://archive.is/VR7V1>>. Acesso em: abr. 2016.

RODRIGUES, José Antonio; COUTO, Sérgio Pereira. **WikiLeaks: Segredos, Informações e Poder**. Bauru: Idea, 2011.

SANTOS, Gilberto Antonio Duarte. Understanding the Assange decision. **Mundorama**. 016. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2016/02/15/understanding-the-assange-decision-by-gilberto-antonio-duarte-santos/>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

SATTER, Raphael. Minister: Iceland refused to help FBI on WikiLeaks. **The Washington Times**. 2013. Disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/2013/feb/1/minister-iceland-refused-to-help-fbi-on-wikileaks/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SHANE, Scott. Offering Snowden Aid, WikiLeaks Gets Back in the Game. **The New York Times**. 2013. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2013/06/24/world/offering-snowden-aid-wikileaks-gets-back-in-the-game.html?r=0&pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2013/06/24/world/offering-snowden-aid-wikileaks-gets-back-in-the-game.html?r=0&pagewanted=all&_r=0)>. Acesso em: 31 abr. 2016.

SHENON, Philip. The General Gunning for WikiLeaks. **The Daily Beast**. 2010. Disponível em: <<http://www.thedailybeast.com/articles/2010/09/12/pentagons-wikileaks-war-room-readies-for-new-document-dump.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SJÖSTEDT, Roxanna. Exploring the Construction of Threats: The Securitization of HIV/AIDS in Russia. **Security Dialogue**, Oslo, v. 39, n. 1, p.7-29, fev. 2008.

SPEKTOR, Matias. *Wikileaks* nas Relações Internacionais. **Política Externa**, São Paulo, volume 19, nº 4. Páginas: 19 a 29. Mar/Abr/Mai de 2011.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol.25, no 1, p.47-80, janeiro/junho 2003.

TEIXEIRA, Tatiana. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

THE GUARDIAN. Chelsea Manning announces gender transition – full statement. **The Guardian**. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/aug/22/chelsea-manning-bradley-full-statement>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

THE NEW YORK TIMES. A Note to Readers: The Decision to Publish Diplomatic Documents. **The New York Times**. 2010. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2010/11/29/world/29editornote.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2010/11/29/world/29editornote.html?_r=0)>. Acesso em: 31 abr. 2016.

UN HUMAN RIGHTS. **Universal Declaration of Human Rights**. 2016. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

UOL. Assange deve ser libertado e indenizado, diz comitê da ONU. **Uol**. 2016a. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2016/02/05/assange-deve-ser-libertado-e-indenizado-diz-comite-da-onu.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Opinião da ONU sobre Assange "não muda nada", diz Reino Unido. **Uol**. 2016b. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/02/05/reino-unido-considera-que-opinio-da-onu-sobre-assange-nao-muda-nada.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

US DEPARTMENT OF DEFENSE . **DOD News Briefing with Geoff Morrell from the Pentagon**. 2010. Disponível em: <<http://archive.is/nHyaW#selection-379.0-379.54>>. Acesso em: 10 maio 2016.

VALLANCE, Chris. Wikileaks and Iceland MPs propose 'journalism haven'. **BBCNews**. 2010. Disponível em: <<http://archive.is/cOjgM#selection-499.2-499.53>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

WAACK, William. *Wikileaks*, jornalismo e diplomacia. **Política Externa**, São Paulo, volume 19, nº 4. Páginas: 39 a 44. Mar/Abr/Mai de 2011.

WÆVER, Ole. Securitização e Dessecuritização. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 237-275, jul./dez., 2015.

**WE STEAL Secrets: The Story of WikiLeaks**. Direção de Alex Gibney. Produção de Alex Gibney Marc Shmuger Alexis Bloom. Roteiro: Alex Gibney. S.i.: Focus Features, 2013. (130 min.), P&B.

WIKILEAKS. **About: What is Wikileaks?** 2011. Disponível em: <<https://wikileaks.org/About.html>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

WILLIAMS, Michael C. Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics. **International Studies Quarterly**, Oxford, p. 511-531, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4ª ed. Tradução: Ana Thorell. Porto Alegre: Bookman, 2010.